

Carina Guedes de Mendonça

ARQUITETURA NA PERIFERIA

Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres

Belo Horizonte, MG
Escola de Arquitetura da UFMG
Julho de 2014

Carina Guedes de Mendonça

ARQUITETURA NA PERIFERIA

Uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Dra. Silke Kapp

Belo Horizonte, MG
Escola de Arquitetura da UFMG
Julho de 2014

AGRADECIMENTOS

Às mulheres que construíram comigo esse trabalho: Adriana, Ana Paula e Luciana. Obrigada por confiarem em mim.

Aos meus pais e irmã que me fazem, desde pequena, sentir que sou uma pessoa amada. Sem isso não teria chegado até aqui.

À minha família, pelo amor e carinho, sempre me incentivando a seguir em frente.

Às queridas amigas Manoela Campolina e Paula Castro, obrigada por tudo. Amo vocês!

À Lorena, pela amizade e apoio. Sua ajuda foi fundamental para o meu ingresso no mestrado.

Ao amigo e “sócio” Dinho, por ter dividido comigo as primeiras inquietações que me trouxeram até aqui.

Ao Petê, meu querido crítico.

Aos amigos colegas de mestrado Gui, Pudim e Imperador, pelo apoio, discussões e colaborações ao longo desse tempo.

Aos queridos amigos da Casa de Gentil – Rafa, Paula e Nuria – por todas as conversas, trocas de experiências e carinho.

Ao colega Tiago Castelo Branco que me mostrou que mesmo a arquitetura não servindo pra nada, é possível sermos úteis.

Ao Pulica e aos colegas da Murba Engenharia – Roberto, Ronaldinho e Alexandre – por terem me ajudado a trilhar esse caminho.

À Silke Kapp pela orientação impecável, sempre honesta e paciente, e por todos os ensinamentos, sobretudo a importância de termos um olhar crítico.

Ao grupo MOM. Em especial à Mariana Barros, que me acompanhou durante a pesquisa, ao Rod, à Priscilla Nogueira e à profa. Ana Paula Baltazar.

Ao Bruno pelo incentivo e contribuições constantes, além do registro fotográfico e de vídeo de todo o trabalho. Registro este pelo qual serei eternamente grata.

À Cenir pela contribuição importante ao projeto, ministrando as oficinas de construção.

Às ocupações Dandara, Eliana Silva e Emanuel Guarani Kaiowá, por me ensinarem muito a respeito da luta pela moradia. Vocês são belíssimos exemplos do poder transformador que o povo organizado possui.

Èpa Bàbá!

Odò Ìyá!

[...] a Metafísica apareceu e perguntou à Ética, sua irmã mais nova: "O que você recomenda que eu leve aos meus afilhados, os metafísicos, independente de eles referirem a si mesmos como tais ou não?". A Ética respondeu: "Diga-lhes que devem sempre tentar agir de forma a aumentar o número de opções. Sim, aumentar o número de escolhas!".

(Heinz von Foerster, 1991, p.6, tradução minha).

RESUMO

Esta dissertação apresenta um processo de assessoria técnica a grupos de mulheres de baixíssima renda para a melhoria de suas moradias. O trabalho de arquitetos junto aqueles que moram na periferia ainda é escasso, mesmo sendo o local onde se encontra a maior demanda por melhorias habitacionais. A pesquisa partiu da hipótese de que é possível oferecer assessoria técnica de arquitetura a uma camada socialmente excluída, mediante a reformulação dos procedimentos profissionais convencionais, sem depender de recursos públicos e sem que seja necessária a organização prévia dos moradores. A partir de uma análise do contexto social das pessoas de baixíssima renda e da própria estrutura do campo da arquitetura, e tomando como base os trabalhos do Grameen Bank e do grupo de pesquisa MOM, essa pesquisa apresenta um processo de assessoria pautado pelo trabalho em grupo e pelo compartilhamento de informações, ao invés da simples oferta de um produto. Tal processo não se restringe à elaboração de projetos técnicos – abrange desde a explicitação das necessidades e desejos do morador até o planejamento, o financiamento e o acompanhamento das obras. Sobretudo, visa à autonomia das participantes, no sentido de lhes fornecer as informações para ampliarem o seu leque de escolhas e tomarem as decisões, em vez de torná-las dependentes. Mais do que participar, os clientes desse processo devem ser seus protagonistas.

Palavras-chave: assessoria técnica, práticas arquitetônicas, moradia, autonomia

ABSTRACT

This dissertation presents a method of technical assistance to groups of women with very low income to improve their homes. The work of architects with those living in the periphery is still scarce, even though it's where the greatest demand for housing improvements exists. The research started with the hypothesis that it is possible to offer technical assistance of architecture to a socially excluded population, by reformulating the conventional professional procedures, without the need to rely on public funds and with no prior organization of the participants. From an analysis of the social context of people with very low income and of the structure of architecture's field, and based on the works of the Grameen Bank and the research group MOM, this research presents a process guided by the work in groups and the sharing of information, rather than simply offering a product. This process is not restricted to the development of technical designs - it covers from the expression of needs and desires of the residents to the planning, funding and monitoring of the construction works. Above all, seeks the autonomy of the participants, in order to provide them with the information needed to broaden their choices and make their decisions, instead of making them dependent. More than being participants, customers of this process should be the protagonists.

Key-words: technical assistance, architectural practices, housing, autonomy

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Ocupação Dandara nos primeiros dias.....	29
FIGURA 2 - Foto aérea da Ocupação Dandara	32
FIGURA 3 - Foto aérea da Ocupação Eliana Silva	32
FIGURA 4 - Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá.....	32
FIGURA 5- Imagens da Ocupação Dandara atualmente	42
FIGURA 6 - Casas das participantes na Ocupação Dandara	43
FIGURA 7 - Oficina de Levantamento.....	55
FIGURA 8 - Levantamentos feitos pelas participantes.....	57
FIGURA 9 - Apresentação dos desenhos feitos por elas.	58
FIGURA 10 - Projetos feitos pelas participantes	59
FIGURA 11 - Uma das opções de projeto da casa da Adriana desenhado por mim.62	
FIGURA 12 - Exercício de montar os <i>layouts</i> com o <i>Kit Mobiliário</i>	64
FIGURA 13 - Antes: Sala da Luciana.....	65
FIGURA 14 - Depois: Sala Luciana.....	65
FIGURA 15 - Discussão de projetos na 5ª Reunião	67
FIGURA 16 - Desenhos de alterações de projetos feitos por mim durante reunião ..67	
FIGURA 17 - Antes e depois da oficina: instalações hidráulicas, casa da Luciana...73	
FIGURA 18 - Fotos Oficina de Construção	74
FIGURA 19 - Antes: Sala/Cozinha da Ana Paula.....	76
FIGURA 20- Depois: Sala e Cozinha da Ana Paula.....	77
FIGURA 21 - Projeto feito pela participante sobre projeto desenhado por mim	79
FIGURA 22 - Planilha de orçamentos	81
QUADRO 1 - Perfil das participantes segundo elas mesmas	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Caixa	Caixa Econômica Federal
MLB	Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas
MOM	Morar de Outras Maneiras
NEOS	Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade
ONG	Organização não governamental
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 OS ARQUITETOS E A ESFERA SOCIAL.....	19
2.1 A estrutura social da arquitetura	19
2.2 O contexto social dos clientes de baixíssima renda.....	26
2.3 O contexto atual das ocupações urbanas.....	29
2.4 Práticas arquitetônicas para demandas populares	34
3 UMA EXPERIÊNCIA DE ARQUITETURA AUTOPRODUZIDA.....	40
3.1 Definições prévias.....	40
3.2 Formação do grupo.....	48
3.3 Aprendendo a planejar.....	51
3.4 Mão na massa	73
3.5 Etapa de acompanhamento.....	75
4 ARQUITETURA NA PERIFERIA.....	82
4.1 O papel do arquiteto	82
4.2 O projeto como ferramenta.....	86
4.3 Revoluções práticas.....	89
5 CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS	94
APÊNDICE	97

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta uma pesquisa que teve como objetivo investigar, estruturar e experimentar um processo de assessoria de pessoas de baixíssima renda para a melhoria de moradias autoproduzidas¹. Tal processo não se restringiu à elaboração de projetos técnicos, abrangeu desde a explicitação de necessidades e desejos pelas pessoas atendidas até o planejamento, o financiamento e a execução das obras. A pesquisa partiu da hipótese de que é possível oferecer assessoria técnica de arquitetura a uma camada excluída da população mediante a reformulação dos procedimentos profissionais convencionais, sem depender de recursos públicos para viabilizar tal atendimento. O texto que se segue expõe a fundamentação teórica dessa hipótese, a descrição e a análise de uma experiência prática engendrada a partir dela junto a um grupo de mulheres da Ocupação Dandara, em Belo Horizonte, e uma reflexão crítica das formulações iniciais com base nessa experiência.

Das quase sete milhões de moradias que compõem o déficit habitacional no Brasil, dois terços – 4,5 milhões – estão entre famílias de renda mensal de até três salários mínimos (FJP, 2013). O aspecto qualitativo desses dados quantitativos pode ser observado numa simples visita aos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. Que fatores impedem que justamente essa população tenha acesso aos serviços prestados por arquitetos e a informações técnicas em geral? O que faz com que justamente aqueles que têm menos recursos econômicos também sejam obrigados a aplicá-los de modo incerto, às vezes com grandes desperdícios e resultados insatisfatórios?

A carência habitacional não decorre apenas de uma questão econômica, como o senso comum tende a crer. Apesar de a renda constituir o índice mais utilizado para distinguir nominalmente as diferentes classes sociais, esse não é o único fator que caracteriza o público mais carente de habitações, bem como de educação, de

¹ Entende-se por autoprodução, o processo de construção em que os próprios moradores decidem e gerem a produção do espaço, podendo ser eles os construtores (autoconstrução) ou terceiros. (Kapp et al., 2009)

serviços de saúde e de tudo o mais. Utilizarei aqui o termo “baixíssima renda” para manter uma nomenclatura à qual estamos habituados, porém ele se refere a uma classe social que não se identifica apenas – e talvez nem sequer prioritariamente – por esse aspecto. Contribuem para a situação dessa classe um conjunto de interdições sociais, traduzidas em disposições e comportamentos, que figuram como pressupostos tácitos tanto nas práticas profissionais de arquitetos, quanto nos mecanismos institucionais existentes. Jessé Souza (2009) analisa tais disposições que mantêm grande parte da população brasileira na situação de extrema pobreza e, assim, sob o domínio das classes privilegiadas. O aspecto econômico é visto pelo autor não como causa, mas como consequência da exclusão social, política e cultural. Partindo de fundamentos teóricos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, bem como de uma ampla pesquisa empírica, Souza descreve e analisa criticamente a situação social da classe mais pobre do Brasil, que denomina “*ralé estrutural*”. Ele desmistifica o senso comum de que o sucesso do indivíduo dentro da sociedade se deve ao mérito pessoal, evidenciando que tal sucesso é, antes de mais nada, fruto do contexto no qual esse indivíduo foi socializado.

A análise desse contexto social é relevante para a presente discussão, pois é necessário compreender as barreiras que, para além do fator econômico, dificultam o acesso desse grupo aos serviços prestados por arquitetos, como, por exemplo, a dificuldade do diálogo com tais profissionais, normalmente membros de uma classe privilegiada. Se já existem discrepâncias entre os esquemas e critérios de julgamento específicos do campo da arquitetura e aqueles do público “leigo” em condições sociais equivalentes (que tradicionalmente constitui a sua clientela), no caso do público de baixíssima renda tais discrepâncias são ainda maiores. O campo arquitetônico tende a valorizar um conjunto de capitais simbólicos produzidos e julgados pelos seus membros que, em geral, coincidem com aqueles valorizados pelas classes dominantes (Stevens, 2003). Soma-se a isso a utilização de códigos técnicos e representações gráficas de projeto, deliberadamente criados para excluir de sua compreensão todos aqueles que não tenham passado por instância formais de educação, isto é, cursos técnicos e acadêmicos.

Alguns estudos relacionados à prática arquitetônica voltada para o atendimento de demandas populares têm sido realizados pelo Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras) na Escola de Arquitetura da UFMG, do qual a autora faz parte.² Um desses estudos foi conduzido por Priscilla Nogueira e resultou na dissertação de mestrado intitulada *Práticas de Arquitetura para Demandas Populares: A experiência dos Arquitetos da Família* (Nogueira, 2010). A autora questiona as formas usuais de atendimento dos arquitetos quando usadas para clientes que não pertencem a grupos culturalmente privilegiados. A partir disso, ela desenvolve um método de atendimento de demandas populares, baseado no trabalho do arquiteto argentino Rodolfo Livingston.³ Ao contrário das práticas comuns do campo da arquitetura, com suas soluções fechadas, trata-se de um processo aberto e realmente participativo. Essa experiência foi utilizada como uma referência para o presente trabalho, pois representa um avanço na aproximação das práticas arquitetônicas a um público que normalmente não teria contato com arquitetos. No entanto, a demanda abordada por Nogueira – de famílias com renda relativamente baixa mas estável, sem acesso à cultura erudita, mas escolarizadas e habituadas a planejarem a própria vida – ainda diz respeito a grupos melhor posicionados socialmente do que o público com que me propus a trabalhar.

Já quanto aos mecanismos institucionais, tais como os programas públicos de apoio à produção ou à melhoria de moradias com recursos destinados diretamente aos beneficiários, eles apresentam outras características que dificultam o acesso pelos mais pobres (além de não atenderem à demanda atual em termos quantitativos). Os programas de financiamento mais abrangentes para construção ou reforma de imóveis por pessoas físicas, tais como as Cartas de Crédito da Caixa⁴, se

² A pesquisa que deu origem a esta dissertação tem suas premissas baseadas nos trabalhos do Grupo MOM, que desde 2004 investiga processos de produção de moradias no âmbito da produção informal, tendo por horizonte a autonomia dos moradores. Disponível em <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>>. Acesso em: 05 ago. 2013.

³ Livingston desenvolveu uma forma de atendimento alternativa, com o foco na elaboração de projetos para a reforma de casas, sistematizada em seus livros *Cirurgia de Casas* (1990) e *Arquitectos da la Comunidad – El Metodo* (2006).

⁴ A Caixa Econômica Federal oferece duas opções de Carta de Crédito para a construção ou reforma de imóveis, sendo uma com recursos do FGTS, voltada para famílias com renda bruta mensal de até

estruturam de forma que a participação pressupõem indivíduos com disciplina, autocontrole, capacidade de concentração e planejamento, que são características naturalizadas nas classes mais favorecidas, mas pouco comuns entre os muito pobres (Souza, J., 2009). Como mecanismo de exclusão funciona, por exemplo, a própria formatação da informação de divulgação do programa, cuja compreensão exige um grau razoável de conhecimento escolar e de paciência. Algo semelhante vale para a extrema burocratização dos processos e as inúmeras garantias solicitadas, pois cumprir tudo isso pressupõe disponibilidade de tempo (em dias e horários “úteis”) e regularização documental de quase toda a vida dos clientes (certidões de nascimento e casamento, cadastro de pessoa física, “nada-consta” etc.).

Programas criados especificamente para atender às famílias de baixa renda, cujo carro chefe do governo é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) ⁵, apresentam alguns avanços nesse sentido, como a redução de juros, a isenção de taxas administrativas e a dispensa das análises de dados cadastrais e da capacidade de pagamento do mutuário. No entanto, a inclusão de pessoas da faixa de renda mais baixa (até R\$ 1.600,00 mensais) sempre depende da intermediação de prefeituras ou movimentos sociais organizados; não há acesso de famílias individuais a esses financiamentos⁶.

A modalidade do PMCMV gerida pelas prefeituras prevê apenas a compra de imóveis novos, produzidos pelo setor privado, em que o interessado deve se inscrever junto ao órgão, passar por um processo de seleção e aguardar a chamada para o sorteio dos imóveis. O processo é demorado e gera uma fila de espera

R\$ 5.400,00 e a outra com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), sem limitação de renda. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/Minha_Casa/Cons_e_reforma/index.asp>. Acesso em: 25 abr. 2014.

⁵ O PMCMV iniciado em 2009 com o objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro, está em sua segunda fase (2011-2014) com a meta de construir dois milhões de unidades habitacionais para famílias de renda mensal de até R\$ 5.000,00, sendo 60% voltadas para a faixa de renda de até R\$ 1.600,00. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

⁶ Para habitações em meio urbano. No caso das habitações em meio rural, as faixas são divididas em rendas anuais, sendo que para a menor faixa (de até R\$ 15.000,00 anuais) também é necessário que as famílias estejam vinculadas a uma entidade organizadora sem fins lucrativos. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/minha_casa/compra/mcmv/index.asp> Acesso em: 05 ago. 2013.

interminável. Belo Horizonte, por exemplo, teve inscrições abertas entre março e junho de 2009, com mais de 198 mil inscritos. Entre julho e agosto de 2013 a PBH abriu novamente inscrições para o programa, tendo um total de 117.700 inscritos, sendo que as famílias já cadastradas deveriam se recadastrar e a inscrição poderia ser feita apenas pela internet. Nesses cinco anos, desde a implantação do PMCMV em Belo Horizonte, foram entregues 1.950 unidades, sendo que o déficit habitacional, segundo dados do PLHIS⁷ de 2010, é de 62 mil unidades⁸. A produção dos imóveis vinculada ao setor privado implica ainda outras questões que dificultam o acesso das pessoas de baixa renda ao programa. As empresas buscam uma margem de lucro que em muitos casos se torna inviável em função da estreita diferença entre o teto do financiamento permitido e o preço do terreno e da construção. Essa equação abre margem para a produção de moradias mal localizadas e de má qualidade construtiva, quando não exclui completamente os empreendimentos habitacionais destinados à camada mais pobre.

Já a modalidade gerida pelos movimentos sociais, denominada PMCMV-Entidades, possibilita, além da compra do imóvel novo, a construção em terreno próprio ou de terceiros, em regimes de autogestão, mutirão, autoconstrução ou por meio da contratação de construtoras. Essa modalidade é mais abrangente também no processo de obtenção do imóvel, pois prevê o acompanhamento da entidade organizadora – que pode ser uma cooperativa habitacional ou mista, uma associação ou uma entidade privada sem fins lucrativos – desde a preparação da documentação dos associados, passando pela construção e fiscalização das obras, até a realização de um trabalho de pós-ocupação para avaliação dos resultados. A estrutura do programa permite a participação dos beneficiários por meio de um processo denominado *Trabalho Social* que, conforme descrito no Manual elaborado pela Caixa, consiste num “conjunto de ações inclusivas, de caráter sócio educativas, voltadas para o fortalecimento da autonomia das famílias, sua inclusão produtiva e a participação cidadã, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais” (Caixa, 2012, p.30). No entanto, essas medidas supostamente

⁷ Plano Local de Habitação de Interesse Social

⁸ Disponível nos links “[MINHA CASA, MINHA VIDA - 2009](#)” e “[Situação do Minha Casa, Minha Vida 2013 em BH](#)” em <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=urbel>> Acesso em: 24 abr. 2014.

participativas não asseguram a autonomia dos envolvidos. Em muitos casos elas funcionam apenas como dispositivos para a legitimação de soluções previamente definidas, uma vez que os futuros moradores não são envolvidos a ponto de ditarem as regras do jogo (Lopes et al., 2010). Além disso, os programas que envolvem formas de organização coletiva⁹, apesar de serem um avanço no sentido de promover moradias para pessoas pobres, ainda apresentam os mesmos problemas intrínsecos à estruturação dos próprios órgãos públicos: procedimentos e regras que não correspondem à realidade daqueles que os demandam. Exige-se que as entidades passem por processos burocráticos inteiramente pautados nas rotinas das operações imobiliárias de grandes construtoras privadas, incluindo a aprovação de projetos técnicos detalhados e orçados, bem como – o que é a parte mais difícil de operacionalizar na prática – fiscalização e prestação de contas a cada pequena etapa da obra.

Em contrapartida, o único programa público de financiamento especificamente destinado a melhorias habitacionais, o chamado *Construcard*¹⁰, é formulado para processos de construção individuais e sem nenhuma assessoria técnica. O programa exige ainda que o imóvel esteja regularizado e a titularidade ou posse seja comprovada, excluindo grande parte da população pobre que vive em situação irregular. Além disso, é praxe em quase todas as linhas de crédito a interdição de pessoas com o nome em cadastros de devedores, como o SERASA, o que também dificulta a participação dessa população comumente endividada, ainda que os montantes sejam muito pequenos.

De qualquer forma, a prática arquitetônica voltada para demandas populares ainda está em grande parte vinculada a instituições, tais como a administração pública, organizações sindicais ou associações sem fins lucrativos. Vínculo esse que condiciona os trabalhos desenvolvidos, em grande medida, aos arranjos políticos do

⁹ Além do PMCMV – Entidades existe também o programa Crédito Solidário, também voltado para o atendimento de demandas habitacionais por meio de entidades organizadoras e processos de autogestão, que é anterior ao PMCMV, tendo sido fundado em 2004.

¹⁰ Linha de financiamento para compra de materiais de construção e contratação de mão de obra (até 15% do orçamento do material) em lojas conveniadas, por meio de um cartão de débito fornecido pela CEF. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/novo_habitacao/Minha_Casa/Cons_e_reforma/Material_cons/index.asp> Acesso em: 22 de abril de 2014.

momento, pois em geral são projetos para um grande número de pessoas e envolvem questões do âmbito do planejamento urbano. João Marcos Lopes (2011) faz um relato histórico desse envolvimento entre arquitetos e sem tetos, sobretudo na cidade de São Paulo, em que fica claro o quanto a evolução e os resultados desses trabalhos dependem dos mandatos e das diferentes intenções políticas de cada época. Lopes é um dos fundadores da *Usina*, um coletivo de arquitetura com atuação importante junto à população sem casa desde a década de 1980, mas que em geral se restringe ao atendimento de movimentos sociais organizados e projetos habitacionais de grande escala. Essas formas de atuação, ainda que sejam imprescindíveis para a ampliação do envolvimento dos arquitetos com as demandas da população em geral, estão condicionadas a arranjos entre diversas escalas organizacionais. Não apenas é necessária a mobilização social prévia, como também as diferentes organizações envolvidas devem funcionar em concordância para que o trabalho tenha andamento (entidade do movimento social, assessoria técnica, prefeitura municipal, agente financiador etc.). Além disso, a assessoria técnica prestada aos movimentos sociais raramente se interessa por alterar a lógica heterônoma do processo de construção. Com exceção dos cada vez mais raros mutirões autogeridos – em cuja assessoria a *Usina* foi pioneira –, os canteiros de obras dos empreendimentos habitacionais continuam com a sua hierarquia tradicional, na qual os membros das classes mais baixas são os executores que recebem ordens, mesmo que o objetivo final não seja a obtenção do lucro. Em suma, trata-se de formas de assessoria que estão longe de esgotar os tipos de demandas existentes.

Ainda que, pelos motivos já expostos, a dimensão econômica do processo não seja considerada o único obstáculo, é evidente que, numa assessoria a pessoas de baixíssima renda, essa dimensão é decisiva. As pessoas precisam de dinheiro para a execução de suas obras, e esse recurso não está garantido *a priori*. Portanto, um trabalho que envolvesse apenas o projeto de reformas domésticas, sem nenhum tipo de articulação para viabilizá-las, faria pouco sentido nesse contexto de assessoria. Os clientes teriam, ao final do processo, nada mais do que a formulação abstrata de uma proposta técnica e espacial que não melhoraria sua condição de vida. Por isso, desde o início da proposta, tive a preocupação de tentar viabilizar os projetos de alguma maneira.

O trabalho do economista Muhammad Yunus serviu como um modelo nesse aspecto. Yunus desenvolveu uma forma de microcrédito para pessoas em condições de extrema pobreza, o que deu origem ao Grameen Bank de Bangladesh. Seu método se distingue dos procedimentos convencionalmente adotados por instituições financeiras porque se baseia na construção de relações de confiança no interior de grupos que trabalham coletivamente e dividem responsabilidades para alcançarem seus objetivos. No Grameen os acionistas são os próprios beneficiados, ou seja, os pobres são os donos do montante recolhido pelo banco. Dessa forma o Grameen visa limitar o seu trabalho estritamente às pessoas mais pobres, pois Yunus defende que quando se estende os benefícios de um programa a pessoas em diferentes condições socioeconômicas, aqueles em melhores condições sempre acabam colhendo a maior parte dos benefícios. Yunus (2010, p.10-11) chama de "negócio social" esse tipo de empresa autossustentável, cujo objetivo final não é o lucro, mas a redução de um problema social.

Tendo em vista esses temas, o procedimento apresentado e discutido nos próximos capítulos consiste num processo diferente daquele usualmente praticado por arquitetos. Visa à autonomia dos participantes, no sentido de lhes fornecer as informações para ampliarem o seu leque de escolhas, tomarem decisões e darem andamento à produção dos seus espaços de moradia, em vez de os tornar dependentes do trabalho de arquitetos e outros profissionais. Mais do que participar – seja para legitimar medidas previamente definidas (Lopes, et al., 2010) ou para "ter parte" nas decisões –, os clientes desse processo devem ser seus protagonistas. Além disso, o processo foi estruturado para atender também pessoas que não têm uma organização prévia, ou seja, não fazem parte de um movimento social consolidado.

A dissertação se divide em cinco capítulos, incluindo esta introdução. Início o segundo capítulo com a problematização do objeto a partir de uma análise da estrutura social da arquitetura, das atuais formas de atendimento e das relações que pressupõem com seus clientes. Com base na bibliografia relacionada, procuro apontar as discrepâncias entre o comportamento típico dos arquitetos e os diferentes grupos de clientes, em especial aqueles que não fazem parte das classes

mais privilegiadas. Ainda nesse capítulo apresento a experiência dos *Arquitetos da Família* e da disciplina *Cirurgia de Casas*, como práticas arquitetônicas alternativas para o atendimento de demandas populares. A partir disso, formulo um procedimento voltado especificamente para melhorias habitacionais de pessoas de baixíssima renda, baseado em processos coletivos de elaboração de projeto, planejamento, financiamento e execução de obras. Esse procedimento é apresentado e discutido no capítulo 3, a partir de uma experiência realizada com um grupo de mulheres na Ocupação Dandara, já mencionado anteriormente.

No capítulo 4, faço uma análise crítica da experiência conduzida e dos seus resultados, em que procuro apontar possíveis avanços para ampliar a atuação de arquitetos junto a pessoas de baixíssima renda, mesmo que não estejam previamente organizadas, de forma que esse público possa fazer parte do cotidiano dos profissionais, de forma autônoma e emancipatória, e não enquanto beneficiários de programas de caráter assistencialista.

Por fim, no capítulo 5 apresento a conclusão, em que aponto os possíveis desdobramentos e avanços dessa discussão.

2 OS ARQUITETOS E A ESFERA SOCIAL

2.1 A estrutura social da arquitetura

A partir do período do Renascimento a arquitetura se consolida como um ofício especializado e passa a ser exercida por um agente que se distingue dos trabalhadores do canteiro de obras, por não mais realizar operações materiais. O arquiteto passa a ocupar (e a vir de) posições cada vez mais altas na hierarquia social (Ferro, 2012). Essa constatação feita por Sérgio Ferro – o reconhecimento da posição social privilegiada do arquiteto – é relevante para o desenvolvimento de formas de assessoria adequadas às demandas populares, daqueles que não foram socializados nesse mesmo contexto, pois isso se reflete nas práticas usuais do campo.

O trabalho de arquitetura esteve por muito tempo vinculado a grandes projetos para instituições e para membros da elite. Apenas a partir do final do século XIX os arquitetos passaram a se envolver em projetos de moradia para as classes trabalhadoras. No entanto, mesmo essa atuação recente está, em grande parte, vinculada a programas governamentais, ações voluntárias, pesquisas acadêmicas e instituições de caridade. A prática profissional no dia a dia dos escritórios de arquitetura ainda passa longe das periferias e áreas mais pobres da cidade. Basta observarmos as construções em bairros desse contexto para percebermos que a grande maioria foi produzida informalmente e sem qualquer assessoria técnica. Não obstante, quando existe a participação do arquiteto nesses casos, a sua atuação se baseia mais nos interesses do grupo social ao qual pertence do que daqueles com quem está trabalhando, como apontam Kapp et al. (2012). Os autores analisam três atuações típicas pelas quais é possível observar um panorama da prática usual de arquitetos em contextos de autoprodução, sendo essas: tecnocrática, missionária e artística. A atuação tecnocrática é aquela em que o profissional está vinculado ao Estado e, portanto, tem as suas ações predefinidas por normas e procedimentos que não são determinadas por ele e muito menos pelos atendidos. Já na atuação missionária o arquiteto tem a intenção de ajudar o outro, porém em função dos seus

próprios parâmetros, assim como um religioso prega a sua fé. Por fim, a atuação artística se baseia na realização de trabalhos ‘monumentais’, isto é, na valorização simbólica dos contextos em questão, que supostamente aumentaria a autoestima dos moradores, mas que promove antes a autoestima e a projeção social dos seus autores.

Dessa forma há, por um lado, pessoas que estão habituadas a produzir os seus espaços, independentemente da intervenção de um arquiteto ou de qualquer outra assessoria técnica, e que possuem algum conhecimento empírico dos processos construtivos. Por outro lado, há arquitetos habituados a aplicar no seu trabalho comportamentos e conceitos produzidos por outros grupos – da classe dominante – e, sobretudo, de forma impositiva e autoritária. Ou seja, existe uma discrepância entre as demandas reais da população de baixa renda e as respostas em geral oferecidas pelos técnicos (Kapp et al., 2012).

A compreensão das regras tácitas de funcionamento do campo arquitetônico elucida algumas das causas dessa discrepância e se faz necessária para a proposição de possíveis alternativas. Garry Stevens (2003), arquiteto e sociólogo australiano, se baseia nos conceitos de *capital*, *habitus* e *campo*, desenvolvidos pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, para analisar as forças, relações e discursos que regem a estrutura social da arquitetura.

O *capital*, segundo Bourdieu (1986), é o trabalho acumulado (sob a sua forma materializada ou incorporada) que, ao ser apropriado por indivíduos ou grupos, funciona como mecanismo de poder que regula as relações sociais e garante a dominação de uns grupos sobre outros. Bourdieu afirma que o *capital* se manifesta sob diferentes formas, para além da *econômica*, tais como as dimensões *social* e *cultural*. A análise do capital sob diferentes dimensões, para além da questão puramente econômica, desmistifica a ideia do senso comum de um mundo de oportunidades iguais e competição perfeita no qual, a cada momento, qualquer um pode ser o que quiser, pois agrega ao capital propriedades que são transmitidas hereditariamente ou que demandam um bom tempo para serem adquiridas. Jessé Souza aponta o domínio da visão “economicista” no Brasil como um dos fatores responsáveis pela naturalização das diferenças de classes e o encobrimento dos

principais conflitos sociais, pois as pessoas percebem a sociedade como sendo composta por indivíduos que possuem as mesmas condições de calcularem as suas chances na disputa pelos recursos, sendo a miséria superficialmente percebida como uma questão de “gestão de recursos”.

Por conta disso, o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino, sendo a sua situação de absoluta privação facilmente reversível, bastando para isso uma ajuda passageira e tópica do Estado para que ele possa “andar com as próprias pernas”. (Souza, J., 2009, p.17-18)

Dentre as dimensões do capital analisadas por Bourdieu figura o *capital social*, composto pelas redes de relacionamento de um indivíduo, conexões e círculos sociais aos quais pertence, que transmitem para o indivíduo os capitais coletivos desses grupos e as credenciais necessárias para que ele acesse diferentes tipos de benefícios. Já o *capital cultural* pode ser objetivado, sob a forma de bens materiais tais como obras de arte, livros, instrumentos e máquinas; corporificado, sob a forma de disposições do corpo e da mente, tais como comportamentos, gestos e preferências; e institucionalizado, sob a forma de qualificações institucionais, tais como diplomas e títulos. O *capital* possui, portanto, um caráter simbólico em que, sob qualquer forma, sua apreensão só é possível através de uma capacidade cognitiva socialmente construída, ou seja, incorporada ao longo do tempo (Bourdieu, 1986).

Bourdieu define como *habitus* o conjunto de características humanas (disposições), adquiridas socialmente, que orientam a forma como conduzimos a vida. O *habitus* de um indivíduo pode ser observado a partir de suas escolhas e comportamentos pessoais que, por sua vez, são consequências da estrutura social na qual ele foi criado sendo, portanto, um elemento de distinção de classes. Dessa forma, além de estruturante das classes sociais, o *habitus* é também o meio pelo qual as classes sociais são reproduzidas ao longo do tempo.

Stevens (2003) define o *campo* da arquitetura como um espaço social cujos membros são regidos e competem por *capitais* – formas de poder – específicos do

campo e que é comandado por aqueles que possuem, além de um maior acúmulo desses *capitais*, o *habitus* mais adequado às regras do *campo*. Dessa forma, o sucesso de um indivíduo no *campo da arquitetura* não depende apenas do conhecimento obtido dentro das instituições de ensino, mas também de um elemento que é adquirido muito antes, ao longo da sua criação, e que depende do meio social em que ele se desenvolveu. Conforme Stevens descreve, “os filhos dos privilegiados podem se sair melhor do que os demais, mesmo quando contam com capitais menos institucionalizados, porque seu *habitus* os provê com uma sensibilidade intuitiva para o jogo que querem jogar” (Stevens, 2003, p.93). Temos, portanto, uma predisposição do campo em favorecer indivíduos que expressem o *habitus* das classes privilegiadas. No que diz respeito ao atendimento de pessoas pobres, existe uma diferença de *habitus* na relação arquiteto x cliente que em geral não é observada.

Stevens (2003) menciona que o campo da arquitetura tem dois subcampos – o de massa e o restrito – que apresentam dinâmicas internas muito diferentes em função dos diferentes *capitais* ativos em cada um. O *campo da produção de massa* é dirigido por demandas econômicas, onde são produzidos bens para todas as classes sociais como, por exemplo, a produção de habitações populares e edifícios residenciais padronizados. Nesse caso, portanto, os projetos são elaborados para atenderem a um ‘mercado de consumo’, prioritariamente ao atendimento de demandas de ‘clientes’ enquanto indivíduos. O campo possui pouca autonomia em relação aos outros campos sociais, é heterônomo, pois depende da situação econômica e política do local onde opera. No entanto, Stevens aponta que o próprio *campo da arquitetura* rejeita aqueles que trabalham nesse subcampo, tido como o campo da construção e não da arquitetura propriamente dita e, portanto, deixa de analisá-lo em maior profundidade¹¹. O autor não considera, por exemplo, a produção informal ou a autoconstrução, o que talvez seja mais um indício da exígua atuação de arquitetos nessas situações. Entretanto, é válido destacar a constatação do autor de que “o campo da arquitetura, também historicamente, tem se inclinado a excluir de seu discurso não somente os projetistas de edifícios produzidos em massa, mas

¹¹ O autor não considera, por exemplo, as relações sociais de produção existentes dentro do canteiro de obras, que são orientadas para a extração da mais valia da mão de obra (Ferro, 2006).

muitas vezes os edifícios *para as massas*” (Stevens, 2003, p. 103). Já o *campo da produção restrita* é dirigido por valores simbólicos – estéticos e intelectuais – em que a produção de bens é voltada especificamente para a cultura dominante. Essa produção é a mais valorizada pelos arquitetos, pois lhes permite uma maior autonomia com relação aos demais campos sociais, uma vez que o principal *capital* é produzido e julgado pelo próprio campo. Stevens faz uma crítica com relação às implicações sociais do funcionamento desse campo que, ao reproduzir a estética das classes privilegiadas, reforça justamente os símbolos que as mantêm em sua posição de domínio sobre as demais camadas sociais.

Essa análise do *campo da arquitetura* demonstra que a sua estrutura não favorece práticas voltadas para o atendimento de demandas de um público – membros da classe menos favorecida – que não possui os capitais simbólicos valorizados pelo campo. Essa perspectiva é reforçada pelo fato de nas periferias, como é possível observar, a atuação do arquiteto seja tão escassa.

Quando se transpõem os mecanismos usuais do campo arquitetônico para a assessoria técnica a grupos mais pobres, surgem situações discrepantes como, por exemplo, a que me foi relatada por Rosa numa das visitas que fiz à Ocupação Dandara, antes de começar a pesquisa de campo propriamente dita. Estudantes de diversas áreas e instituições visitam a Dandara e, em alguns casos, realizam algumas atividades no intuito de apoiar os ocupantes. Assim, Rosa e outros moradores tiveram os projetos de suas casas desenvolvidos por estudantes de arquitetura. Mas Rosa não executou esse projeto e nem sequer o usou como inspiração quando de fato começou a construir, pois considerou que ele seria caro demais – *“ficou muito bom, mas não era pra mim”*. O que explica essa divergência absoluta entre a demanda e a proposta? Muito provavelmente, os estudantes projetaram o que, a partir da própria posição, imaginavam acerca da situação dos pobres, sem conhecer suas possibilidades, seus limites e, sobretudo, seus reais protagonistas. Basearam-se no próprio *habitus* ou padrão de pensamento e ação, nas fantasias acerca da vida da cliente e talvez em critérios valorizados no campo arquitetônico (volumetria, integridade formal etc.). Rosa, por sua vez, não soube informá-los sobre isso, entre outras coisas porque certos hábitos, critérios e condicionantes são tão naturais para ela que dificilmente veria por que e como falar

a respeito. O resultado foi um projeto com o qual não teve nenhuma identificação e que também não lhe serviu como instrução técnico-construtiva. Ela simplesmente pôs os desenhos debaixo do braço, agradeceu e os deixou para lá.

Outro exemplo que mostra essa tendência à aplicação direta dos valores do campo arquitetônico foi quando, durante o desenvolvimento do meu projeto de conclusão de curso, um centro cultural localizado em uma favela, os meus colegas, inclusive alguns arquitetos formados, me sugeriram com certa insistência projetar uma viga metálica enorme a fim de eliminar um pilar no salão de entrada, pois ficaria “*muito mais bonito sem o pilar*”. Mesmo sem atrapalhar o uso do espaço, a ausência de pilar, o dito “vão livre”, é algo mais valorizado pelo campo. Ao contestar que a minha intenção era fazer um projeto que pudesse ser de fato executado pela associação em questão, pois uma viga metálica não seria viável financeiramente, diziam “*ah, imagine que a viga metálica será uma doação*”. Vivi também situações em meu cotidiano profissional, não tão radicais, onde em vários momentos me vi buscando argumentos para convencer o cliente de que essa ou aquela solução seriam melhores, mesmo sabendo que eram caras para ele, ou não tinham nada a ver com o seu “estilo”.

Se o atendimento no caso de Rosa tivesse incluído uma troca substancial de informações, para uma compreensão compartilhada de demandas e expectativas, certamente aqueles estudantes teriam condições de elaborar um projeto condizente com a realidade de sua cliente. Entretanto, essa abertura para a escuta dos anseios e desejos do cliente é restrita na prática profissional convencional, que sempre pressupõe que o arquiteto tem o direito e o dever de definir todos os aspectos de projeto, sejam eles técnicos, funcionais ou estéticos.

No atendimento convencional, não apenas a escuta ou a coleta de informações tem esse caráter restrito. O desenvolvimento do projeto em si representa um obstáculo à interação entre profissional e clientes. É praxe que, uma vez definido um “programa de necessidades” (que via de regra se resume a uma lista de cômodos ou atividades e um quantitativo das áreas correlatas), o arquiteto se recolha ao seu escritório – ou aonde quer que trabalhe – para entrar novamente em contato apenas depois de desenvolver a solução que julga ser a melhor. Isto é, todo o processo de análise e

verificação das possibilidades de projeto é feito à revelia do cliente, sem que ele se envolva com tais decisões. Quando o projeto é apresentado pela primeira vez, o cliente tem liberdade de expor sua opinião, solicitar modificações e até mesmo rejeitar toda a proposta, mas a forma como estamos habituados a apresentar os projetos não favorece esse tipo de interferência. Pelo contrário, ela é feita para seduzir e convencer. Desde a graduação somos orientados a elaborar belas apresentações utilizando desde recursos gráficos que não estão diretamente relacionados ao projeto (como cores, linhas e símbolos na composição dos desenhos) até recursos de modelagem 3D e tratamento de imagens com elementos que influenciam diretamente na percepção do projeto (como texturas, materiais, luz e sombra). Ademais, de certa forma repetindo os procedimentos de avaliação pelos quais passamos durante a graduação, tendemos a apresentar o projeto para um cliente com o intuito de 'defendê-lo'. Ou seja, não apenas expomos um trabalho, mas tentamos convencer as pessoas de que aquele trabalho é ideal.

Para um cliente que possui as predisposições necessárias para analisar, julgar e eventualmente questionar as decisões tomadas pelo arquiteto, esse tipo de atendimento pode até ser adequado. Afinal, os membros das classes média e alta estão muitas vezes mais interessados nos valores simbólicos que o arquiteto pode incorporar ao projeto do que nos arranjos espaciais em si. Porém, para uma pessoa que não participa desse mesmo círculo, o diálogo com o arquiteto se torna mais difícil, pois a relação é assimétrica e em muitos casos até impositiva. O procedimento convencional dos arquitetos não responde às demandas da população em geral e, particularmente, não responde às da classe mais pobre – a *ralé estrutural*. Essas demandas exigem, não apenas a reformulação das práticas de atendimento arquitetônicas, mas a infração de algumas das regras tácitas desse campo.

2.2 O contexto social dos clientes de baixíssima renda

Jessé Souza realizou um amplo trabalho de investigação teórica e empírica a respeito das estruturas sociais que mantêm e reproduzem a pobreza e a exclusão social no Brasil, representada por aqueles que o autor a denomina de *ralé estrutural*. Souza constrói a sua análise a partir dos fundamentos teóricos de Bourdieu, citados anteriormente, e desmistifica a ideia economicista de que o dinheiro, ou a falta dele, seja o único fator que determina a posição das pessoas na sociedade, mas sim os mecanismos *simbólicos* modernos que as impedem de terem acesso aos meios para serem bem sucedidos.

Tanto que a visão economicista “universaliza” os pressupostos da classe média para todas as “classes inferiores”, como se as condições de vida dessas classes fossem as mesmas. É esse “esquecimento” do social – ou seja, do processo de socialização familiar – que permite dizer que o que importa é o “mérito” individual. Como todas as precondições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual. As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis para propiciar a “boa consciência do privilégio”, seja econômico (das classes altas), seja cultural (das classes médias), e torná-lo legítimo. (Souza, J., 2009, p. 20)

Souza destaca ainda que a *ralé* brasileira é desprovida, não somente de *capital econômico e cultural*, mas também das *precondições sociais, morais e culturais* que a permitiria se apropriar desses *capitais*, pois são condições que só podem ser obtidas durante o processo de socialização dessas pessoas – primeiramente no meio familiar e depois também em outros círculos sociais tais como escola, trabalho,

etc. – e que, portanto, são incorporados ao longo do tempo, não podendo ser “compradas” ou facilmente adquiridas. Jessé Souza cita o exemplo do indivíduo que sabe se comportar em uma entrevista de emprego, pois ele pode ter a mesma escolaridade de outro indivíduo, porém, alguns traços do seu comportamento, tais como a forma de falar, de andar, de gesticular, podem ser decisivos na escolha do candidato. A *ralé*, portanto, é um grupo social caracterizado não apenas pela baixa renda, mas também por não ter acesso aos demais meios de valorização social.

Como ela não encontra emprego no setor produtivo que pressupõe uma relativa alta incorporação de conhecimento técnico ou “capital cultural”, ela só pode ser empregada enquanto mero “corpo”, ou seja, como mero dispêndio de energia muscular. É desse modo que essa classe é explorada pelas classes média e alta: como “corpo” vendido a baixo preço, seja no trabalho das empregadas domésticas, seja como dispêndio de energia muscular no trabalho masculino desqualificado, seja ainda na realização literal da metáfora do “corpo” à venda, como na prostituição. Os privilégios da classe média e alta advindos da exploração do trabalho desvalorizado dessa classe são insofismáveis. (Souza, J., 2009, p. 23-24)

Dentre os mecanismos *simbólicos* que operam no campo da arquitetura está o *gosto*. Segundo Bourdieu (2007), os gostos funcionam como marcadores privilegiados da classe, pois correspondem à hierarquia social dos seus respectivos adeptos. Bourdieu analisa os gostos de diferentes classes sociais da França da década de 1970, contrapondo o que chama de “gosto de liberdade” e “gosto de necessidade”: trabalhadores de nível baixo a médio tendem a definir suas preferências em função da necessidade, mesmo que não tenham consciência disso; já os mais ricos, que não dependem do dispêndio diário de sua força de trabalho, tendem a apreciar justamente o distanciamento em relação a essa necessidade. Um dos fenômenos pesquisados por Bourdieu nesse sentido são os hábitos alimentares. Os mais privilegiados valorizam a maneira como o prato é preparado e sua apresentação, conferindo à sua escolha um valor estético inteiramente abstraído da função primeira do alimento. Já entre os mais pobres, tendem a ser preferidos os alimentos substanciosos, fartos. A necessidade de satisfazer a fome nunca está desvinculada dessa preferência. Essa distinção de *gostos*, sob o ponto de vista das

distinções sociais, em geral, não é considerada pelo campo da arquitetura, que toma como referência e valoriza apenas o *gosto* das classes dominantes. Algo que leva o arquiteto em muitos casos a rejeitar o *gosto* da *ralé*, tido como brega, feio ou até mesmo inferior. Esse distanciamento entre as preferências das classes desprivilegiadas e o modo de trabalho do arquiteto, além de ser mais um mecanismo que contribui para a manutenção dessas pessoas à margem daquilo que é valorizado pela sociedade, dificulta ainda mais que esse trabalho seja desenvolvido de forma coerente com as demandas desse público.

Esse trabalho analisa também formas de representação de projeto adequadas, ou seja, que possam ser compreendidas pelas pessoas sem formação técnica para isso e provavelmente de pouca formação escolar. Pois o desenho técnico difundido na profissão também funciona como uma ferramenta de dominação sobre aqueles que não sabem ler os seus códigos. É o que ocorre nos canteiros de produções capitalistas de edifícios, em que os operários são mantidos sob o comando daqueles que sabem ler os projetos (Ferro, 2012).

A *ralé* analisada por Jessé Souza compõe o grupo daqueles que Paulo Freire (1987) denomina de oprimidos, homens e mulheres que são mantidos sob o controle daqueles que dominam os mecanismos de poder, os opressores. Freire defende que a libertação dos oprimidos só é possível se conduzida por eles próprios, e para tal é necessária a conscientização da sua condição de oprimido. Portanto, um trabalho feito por arquitetos – membros da classe opressora – com a finalidade de proporcionar melhorias para pessoas pobres, não será nada mais que uma falsa “generosidade” caso não seja realizado de forma que os atendidos possam ser capazes de conduzir essa melhoria por eles mesmos. Assim sendo, o presente trabalho propõe uma forma de assessoria técnica em que a relação entre os envolvidos seja diferente daquela usualmente praticada – arquiteto x cliente – mas que se assemelhe mais a uma troca mútua de informações, em que os clientes sejam responsáveis pelas decisões e pelo andamento dos trabalhos. É importante, portanto, observar quais são as precondições para que as pessoas socializadas na *ralé* se apropriem das informações transmitidas durante o procedimento proposto, pois, caso contrário, estariam simplesmente sendo manipuladas, permanecendo totalmente dependentes da atuação do arquiteto.

2.3 O contexto atual das ocupações urbanas



FIGURA 1 - Ocupação Dandara nos primeiros dias

Fonte: Bruno Figueiredo, abril de 2009.

Como já mencionado, esta dissertação resulta de uma experiência de assessoria a um grupo de mulheres moradoras de uma ocupação urbana. Trata-se da Ocupação Dandara, iniciada em 2009 com o auxílio das Brigadas Populares¹² e do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no bairro Céu Azul, Região Norte de Belo Horizonte. Embora o processo proposto não esteja necessariamente vinculado a esse contexto específico, importa esclarecer as circunstâncias que geram e regem esse tipo de moradia, e como tem sido o envolvimento de arquitetos nesse cenário.

¹² A Brigadas Populares é um grupo fundado em 2005 que se organiza em frentes de trabalho, tais como a da Reforma Urbana, em prol da luta popular por meio da mobilização em torno de demandas concretas da sociedade. Disponível em <<http://brigadaspopulares.blogspot.com.br/2009/06/estrutura-organizativa-das-brigadas.html>> Acesso em: 22 de julho 2013.

As ocupações urbanas organizadas, que tiveram início na década de 1970, são ações conjuntas entre movimentos sociais e pessoas sem casa que entram em um terreno desocupado para estabelecerem suas moradias. Militantes dos movimentos sociais iniciam reuniões de mobilização com os futuros ocupantes a fim de prepará-los tanto ideologicamente, conscientizando-os da importância da luta pela moradia, quanto em termos materiais (arrecadação de dinheiro, comida e materiais para a construção dos barracos) para o início da ocupação. Essa etapa pode durar anos, meses ou apenas algumas semanas. A organização previa é importante para que as pessoas envolvidas estejam engajadas, pois dificilmente uma ocupação é realizada sem confronto, seja com o proprietário do terreno ou com o poder público, que em ambos os casos são representados pela polícia, além de estarem dispostas a enfrentarem as diversas dificuldades advindas das tomadas de decisões em grupo.

As ocupações ocorrem em terrenos ociosos, que além de não cumprirem a sua função social e contribuírem para fins especulativos, são locais propensos a ações criminosas, tais como o ocultamento de cadáveres. Um dos lemas difundidos pelos movimentos de moradia que expressa claramente o seu objetivo é: *“Enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito”*. Os moradores dessas ocupações são em geral pessoas que comprometem grande parte da sua renda com o aluguel ou que moram de favor. Essas situações condizem com os dados da Fundação João Pinheiro (2013), segundo os quais a maior parte do déficit habitacional é composta pelas categorias denominadas “ônus excessivo com aluguel” (30,6%) e “coabitação familiar” (43,1%).

As jornadas de protestos de junho de 2013 trouxeram a questão das ocupações urbanas à tona como uma das reivindicações levantadas pelas manifestações em Belo Horizonte. Um dos desdobramentos desses protestos foi a “ocupação da Prefeitura” em julho de 2013, ou seja, a permanência de pessoas no edifício da prefeitura, até que o prefeito Márcio Lacerda se reunisse com membros dos movimentos por moradia da cidade, algo inédito na atual gestão desse prefeito. O Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas (MLB), por exemplo, que tem atuação nacional, sempre adota como procedimento a negociação com os administradores públicos para que as famílias mobilizadas tenham alguma alternativa de moradia, pelo PMCMV ou de outras formas, e não necessariamente

reivindica a estadia dessas famílias nas terras ocupadas. No entanto, em Belo Horizonte, devido à falta de diálogo com o prefeito, a ocupação promovida pelo MLB acabou se mantendo como única alternativa de resistência. A partir dessa reunião, apesar de as reivindicações dos movimentos ainda não terem sido atendidas pela prefeitura, outros encontros ocorreram e o debate sobre a questão do direito à moradia foi ampliado, repercutindo na implantação de novas ocupações. Somente as ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória e Nelson Mandela, iniciadas em Belo Horizonte entre julho de 2013 e fevereiro de 2014, abrangem, juntas, cerca de 6.500 famílias¹³. Ou seja, em oito meses, essas ocupações produziram três vezes mais moradias na cidade do que o PMCMV em cinco anos. As ocupações urbanas se apresentam, portanto, como uma solução alternativa para a demanda não atendida pelos programas públicos.

Como já dito, as ocupações não são iniciadas e organizadas pelos seus moradores, mas por movimentos sociais que os mobilizam a partir de fora e que, em alguns casos, tendem a impor suas próprias visões políticas, além de não experienciar os problemas cotidianos que a situação envolve (a maioria dos integrantes dos movimentos provém da classe média). Somam-se a isso outros entraves, como o tráfico de drogas que, pela ausência do Estado, consegue determinar as regras de funcionamento das ocupações em alguns casos. Contudo, apesar dessas heteronomias, é inegável que os moradores das ocupações ampliam seu acesso a uma discussão política e a uma visão crítica da sua própria situação social. Mesmo que diversos fatores ainda impeçam que essas pessoas sejam de fato autônomas em sua luta, as ocupações organizadas, vistas numa perspectiva mais ampla, constituem um avanço nessa direção. Além de serem uma ferramenta na luta direta pelo direito à moradia, configuram um espaço – físico e social – em que as pessoas passam a questionar a lógica atual da produção habitacional e a refletir sobre a sociedade em que vivem.

¹³ Disponível em: <<http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/>>, <<http://ocupacaoesperanca.blogspot.com.br/>>, <<http://ocupacaovitoria.blogspot.com.br/>>, <<http://ocupacaonelsonmandela.blogspot.com.br/>>. Acesso em 28 de abril de 2014.



FIGURA 2 - Foto aérea da Ocupação Dandara
Fonte: Marcílio Gazzinelli, outubro de 2011.



FIGURA 3 - Foto aérea da Ocupação Eliana Silva
Fonte: Marcílio Gazzinelli, junho de 2013.



FIGURA 4 - Foto aérea da Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá
Fonte: Marcílio Gazzinelli, junho de 2013.

Quanto à atuação dos arquitetos nas ocupações organizadas, ela tem sido cada vez mais frequente e cada vez mais solicitada. Em todas as ocupações recentes houve participação de arquitetos no processo desde o início. Tive oportunidade de trabalhar em duas delas durante o período da pesquisa de mestrado, junto com colegas, profissionais de outras áreas e estudantes. O trabalho partiu do convite do arquiteto Tiago Lourenço, que desenvolveu o projeto da já mencionada Ocupação Dandara em 2009 e, desde então, tem assessorado os movimentos e discutido as formas de atuação de arquitetos-urbanistas nesse contexto. Entendo que as duas experiências resumidas em seguida são relativamente típicas para o que os arquitetos têm feito nas ocupações.

Na Ocupação Eliana Silva, localizada no Barreiro, participei do desenvolvimento do projeto de loteamento, logo após as famílias terem entrado no terreno. A existência de um projeto proporcionou, antes de mais nada, agilidade na distribuição das famílias pelo terreno, que assim puderam iniciar logo as construções definitivas de suas casas, dificultando ações de despejo. Além disso, o projeto deu ao espaço algumas características de cidade formal, como a geometria de arruamento e lotes. Isso aumenta suas chances de regularização posterior, pois não apenas facilita obras de urbanização (água, esgoto, drenagem etc.), como também lhe confere uma imagem de legitimidade, isto é, favorece a sua leitura, pelos próprios moradores, pelos vizinhos e pelo poder público, como um “bairro”. Já na Ocupação Emanuel Guarani Kaiowá, no município de Contagem, participei de reuniões anteriores à entrada das famílias no terreno. Os arquitetos contribuíram para a análise prévia desse terreno no que diz respeito às características físicas, à legislação urbana e às melhores formas de distribuição inicial dos ocupantes.

Essas experiências, no entanto, estão relacionadas à escala urbana (geomorfologia, malha viária, parcelamento do solo etc.). Para a produção e a reforma de casas, que é o foco desta dissertação, é necessária uma análise de outras formas de abordagem.

2.4 Práticas arquitetônicas para demandas populares

Com o objetivo de aproximar o trabalho dos arquitetos das demandas reais de seus clientes, em especial daqueles que não fazem parte das elites culturais e econômicas, alguns profissionais buscam desenvolver práticas arquitetônicas alternativas. Tais práticas são investigadas pelo Grupo de Pesquisa MOM, citado anteriormente. O Grupo desenvolveu a experiência dos Arquitetos da Família, conduzida pela pesquisadora Priscilla Nogueira, que teve como desdobramento a criação da disciplina *Cirurgia de Casas*, ministrada pela professora Silke Kapp no curso de graduação da Escola de Arquitetura da UFMG.

A pesquisa de Nogueira (2010) parte de uma análise da prática arquitetônica convencionalmente utilizada no atendimento a clientes individuais (em contraposição a empresas, órgãos públicos etc.), constatando sua inadequação às demandas populares sob diversos aspectos. O primeiro deles é o tempo relativamente curto dedicado à coleta de informações e ao diálogo com os clientes, bem como a falta de qualquer sistematização nesse processo. É como se o arquiteto 'batesse um papo' com pessoas que, pelo menos em linhas gerais, compartilham o seu meio social, suas aspirações e seus hábitos. O conhecimento acerca do contexto do trabalho em questão é simplesmente pressuposto. Quando se aplica esse mesmo pressuposto a demandas de outros tipos e contextos, a tendência é que se gerem 'soluções' relativamente disparatadas, como foi o caso do projeto da casa de Rosa.

Um segundo aspecto problemático na generalização do atendimento convencional é o pressuposto de que os arquitetos devem fornecer produtos fechados, não havendo engajamento dos clientes no desenvolvimento desses produtos, isto é, no processo de projeto em si. O arquiteto cria e decide, o cliente aprova. Além disso, é usual que o arquiteto incorpore ao projeto o chamado "conceito", uma ideia central abstrata que justifica todas as suas decisões.

O conceito, aquela ficção metafórica, narrativa, teórica ou apenas formal que o arquiteto insere no processo de concepção de um espaço, aparece [aos clientes] apenas como elemento estranho, isto é, como inútil complicação que interdita possibilidades e interferência no projeto e ainda pretende impedir transformações das construções ao longo do tempo. (Kapp, et al., 2009).

Nogueira destaca ainda que muitas pessoas não necessitam do arquiteto pela sua habilidade de elaborar projetos com algum valor simbólico de distinção, como estão habituados a fazer, mas para a solução de problemas pragmáticos, como arranjos espaciais, reparos de defeitos construtivos, verificação da estabilidade de terreno ou estruturas existentes, quantificação e definições de materiais etc.

Finalmente, o atendimento convencional pressupõe que o arquiteto só será bem sucedido se concluir todas as etapas do projeto (estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal e projeto executivo), tendo assim o controle do produto final. Clientes que não estão acostumados a planejarem as suas obras, mas já possuem algum conhecimento a respeito dos processos construtivos, ficam receosos em se comprometerem com um serviço demorado, cuja necessidade lhes parece nebulosa.

Em busca de uma forma alternativa de atendimento, Nogueira recorreu ao trabalho do arquiteto argentino Rodolfo Livingston, iniciado no contexto da autoprodução de moradias de operários da construção civil em Cuba na década de 1960. O método desenvolvido pelo arquiteto a partir dessa experiência se caracteriza por romper com a ideia do projeto como solução fechada e definitiva, sem modificações ao longo do tempo. Em vez disso, Livingston pensa a moradia como processo. O cliente, por sua vez, não é simples usuário de um objeto material definido de uma vez por todas, mas protagonista desse processo e, portanto, também protagonista na elaboração do projeto. Na prática arquitetônica, isso significa uma ampla e sistemática escuta das demandas e o compartilhamento efetivo das decisões, além da possibilidade de interrupção dos serviços a qualquer momento e da redução das formalidades.

O método de Livingston prevê três passos no processo de coleta de dados: pré-entrevista, entrevista e visita. A pré-entrevista é o primeiro contato com o cliente, que

muitas vezes se dá por telefone ou numa conversa casual. Nessa conversa, o arquiteto já busca as informações básicas para identificar o tipo de demanda (construção nova, reforma grande ou pequena, com ou sem uso simultâneo do imóvel, prazos etc.) e explica ao cliente o seu sistema de trabalho e de honorários. Livingston insiste nesse ponto, pois considera que a incerteza acerca dos desdobramentos do serviço e do preço é motivo de receios e ansiedade para todos os clientes comuns, isto é, todos que não vejam a contratação do arquiteto como um mecenato. O segundo passo é a entrevista, em que Livingston define uma série de exercícios que possibilitam que o próprio cliente compreenda melhor suas necessidades e que o arquiteto escute as suas demandas de forma mais aprofundada e sistemática. Dentre as atividades propostas, o cliente é solicitado a elaborar um desenho do seu projeto antes mesmo dessa entrevista, o que o faz refletir sobre o seu espaço e o que deseja (ainda que ele não chegue de fato a fazer o desenho). Da mesma forma, Livingston detalha os procedimentos a serem realizados na visita ao local da obra para levantamento das informações sobre a construção e o seu entorno.

Já na etapa de elaboração do projeto propriamente dito, o método de Livingston difere das práticas comuns, pois propõe a apresentação de *opções* ou *variantes*, como ferramenta para que os clientes possam definir soluções condizentes com o que querem. As decisões que envolvem gostos e preferências ficam a cargo dos clientes e não do arquiteto. Livingston destaca ainda que todo o processo deve ser orientado por um *Roteiro de Trabalho* de forma que o cliente saiba, desde o começo, quais serão as etapas desenvolvidas e consiga, ao longo do processo, saber onde se situa e inclusive decidir se irá dar continuidade ou não ao projeto.

Apesar de ter sido iniciado a partir do atendimento de trabalhadores em Cuba e de fato possibilitar o protagonismo dos clientes no processo de projeto, o método de Livingston não foi desenvolvido com o objetivo específico de atender a demandas da população de baixa renda. Realizando uma observação direta durante duas semanas no escritório de Livingston em Buenos Aires, Nogueira (2010) conclui que o método vem sendo aplicado pelo arquiteto no contexto de uma classe média argentina, cuja renda é relativamente pequena, mas que tende a ter boa formação escolar e um meio cultural erudito. Ou seja, mesmo que disponham de pouco

dinheiro para as suas obras, os argentinos atendidos por Livingston têm conhecimentos que facilitam a compreensão de códigos técnicos, bem como o consenso com os parâmetros estéticos ou juízos de gosto mais comuns entre os arquitetos.

A mesma coisa não vale para a chamada ‘classe média baixa’ no Brasil, que foi o foco da pesquisa de Nogueira. Trata-se de uma camada da população brasileira que, apesar de ter conseguido uma melhoria de renda, com muito trabalho e esforço, não tem os privilégios de nascimento da tradicional classe média, tais como o tempo livre para a apropriação de conhecimento erudito, ou seja, de *capital cultural*. Ela pode ser descrita como de “batalhadores” (Souza, 2010), mas não pelos padrões tradicionais da burguesia cultural. Isso ficou demonstrado na experiência de atendimento de demandas populares em Belo Horizonte, que Nogueira realizou com base no método de Livingston.

Dentre as adaptações feitas por Nogueira está, por exemplo, a inclusão da modalidade de atendimento denominada *Consulta*, que combina aspectos da entrevista e da visita, com o objetivo de solucionar problemas e fornecer soluções imediatas no local. O procedimento se assemelha a uma consulta médica e o seu produto, a uma receita. Essa adaptação foi criada porque alguns clientes apresentaram demandas que não necessitavam de passar por todo o processo, nos moldes do método avaliado.

No entanto, a maior diferença entre a experiência de Nogueira e o método de Livingston está na forma de representação e apresentação do produto final do atendimento – o projeto executivo ou *Manual de Instruções*. Os desenhos que Livingston produz para essa etapa são repletos de informações codificadas em símbolos e números, cuja leitura exige conhecimento técnico específico. Mas os operários da construção civil brasileira – em particular aqueles que o público de renda média-baixa pode contratar – têm escolaridade inferior a de seus colegas argentinos, em geral com formação técnica. Dado que o projeto precisa ser compreendido pelas pessoas que irão executá-lo e que as obras da clientela em questão dificilmente seriam conduzidas por arquitetos, engenheiros ou mestres de obra experientes, teria sido inútil repetir aqui o padrão de representação de

Livingston. A pesquisadora propõe vários pequenos Manuais de Instruções elaborados concomitantemente com a realização das obras, em função da demanda específica de cada cliente, em contraposição à apenas um com muitas informações concentradas. Nogueira também observa, nesse contexto, que a formação dos arquitetos brasileiros em matéria de técnicas construtivas também é deficiente. Em suma, temos a situação paradoxal em que arquitetos ignoram a prática de construção, mas a instruem a partir de códigos que, por sua vez, são ignorados pela maioria dos construtores.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido por Nogueira, a disciplina *Cirurgia de Casas*, ministrada no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, orienta os estudantes na aplicação do método em situações de atendimento real de demandas de reformas domésticas ou de pequenos estabelecimentos comerciais. O objetivo da disciplina não é apenas que os estudantes cheguem a uma solução satisfatória, como é usual nas disciplinas de projeto, mas que reflitam, discutam e avaliem criticamente o processo de atendimento em si. Além disso, a disciplina objetiva instruir os estudantes quanto a soluções técnicas simples, que podem evitar ou remediar patologias construtivas recorrentes. Finalmente, a disciplina incentiva a elaboração de representações gráficas afinadas com a formação dos respectivos clientes e construtores, de modo que elas sejam compreendidas por todos os envolvidos. Assim, o método vem sendo aprimorado, ao mesmo tempo em que os estudantes incorporam à sua formação acadêmica um contato direto com clientes reais¹⁴ e com problemas construtivos mais corriqueiros.

O trabalho de Nogueira e a disciplina *Cirurgia de Casas* demonstram um método viável de atendimento a demandas populares. No entanto, essa prática ainda pressupõe clientes que possuem os *recursos econômicos* para a execução de suas obras, formação cultural para a compreensão das etapas de desenvolvimento do projeto arquitetônico e o hábito de planejamento e de poupança. Ademais, conforme Nogueira também aponta, o processo ainda se mantém dividido entre concepção, construção e uso, além de não interferir na lógica heterônoma do processo de

¹⁴ Os currículos de graduação em Arquitetura e Urbanismo incluem um estágio obrigatório, que pode dar aos estudantes essa oportunidade, embora não seja comum que as empresas e os escritórios que contratam estagiários os deixem conduzir o diálogo com os clientes.

construção em si. Para o atendimento de pessoas de baixíssima renda, que não possuem os recursos, a formação e os hábitos pressupostos nesse processo, e que frequentemente constroem as próprias casas ou pelo menos participam da construção, faz-se necessária uma nova reformulação das práticas já desenvolvidas para o atendimento de demandas populares.

3 UMA EXPERIÊNCIA DE ARQUITETURA AUTOPRODUZIDA

3.1 Definições prévias

Objeto do presente capítulo é a experiência empírica realizada durante a pesquisa para informar e subsidiar o desenvolvimento de um método arquitetônico condizente com demandas de pessoas de baixíssima renda. Essa experiência partiu do princípio de que as participantes não seriam figurantes (passivos) de uma rotina preestabelecida, mas tomariam as decisões sobre o andamento dos trabalhos e teriam domínio de todo o processo. Estabeleci *a priori* algumas definições mínimas e um roteiro de trabalho, descritos a seguir, mas considerando não serem mais do que instrumentos para dar início ao processo e que, necessariamente, seriam alterados no seu decurso; caso contrário, a possível autonomia desses clientes estaria minada de antemão. A busca de autonomia também foi a principal razão para que a experiência se realizasse sem vínculos com instituições externas – como a Caixa, a Prefeitura ou mesmo os movimentos sociais – que pudessem lhe impor suas próprias regras.

Trabalho em grupo

A opção por realizar a assessoria em grupo – e não individualmente – se baseou nos trabalhos desenvolvidos por Muhammad Yunus em Bangladesh. O Grameen Bank concede microcréditos a pequenos grupos de pessoas como uma ferramenta de combate à pobreza. O crédito nunca é concedido individualmente, porque, segundo Yunus (1997, p.135), “o indivíduo isolado tem tendência a ser imprevisível e indeciso. Num grupo ele se beneficia do apoio e do estímulo de todos e, com isso, seu comportamento se torna mais regular”. Os empréstimos dispensam dispositivos jurídicos ou contratuais, partindo do princípio de que seus beneficiários são confiáveis e, como um grupo, capazes de cumprir os acordos feitos. Essa solução torna o processo mais acessível para os realmente pobres que, além de em muitos casos não saberem ler um contrato, não poderiam fornecer as comprovações (de

renda, de residência, de idoneidade etc.) usualmente solicitadas em contratações formais.

Outro fator positivo da assessoria em grupo é a possibilidade de redução dos gastos nas obras. O planejamento coletivo aumenta o poder de barganha e permite certa economia de escala na contratação de mão de obra especializada, na negociação com prestadores de serviço, na compra de materiais, no transporte etc. Essa economia vale também no que se refere ao pagamento do arquiteto, pois o atendimento simultâneo de várias pessoas permite reduzir o tempo de trabalho que seria despendido no atendimento individual.

Apenas mulheres

Escolhi trabalhar com um grupo exclusivamente de mulheres por entender que isso facilitaria o relacionamento e a criação de laços de confiança, fundamentais para o bom andamento dos trabalhos, além de tornar a experiência menos intimidadora e mais informal. As experiências de financiamento coletivo do já citado Grameen Bank, apontam que as mulheres tendem a se comprometer mais do que os homens com o bem estar da família como um todo (Yunus, 1997, p. 116-119). Nogueira (2010) também observou, durante a sua pesquisa empírica, que a maioria das demandas por melhorias na moradia partia das mulheres, mesmo que dependessem do aval dos homens para levarem seus projetos adiante. Ainda em conformidade com essas observações, os programas habitacionais brasileiros e também algumas políticas públicas de combate à pobreza adotam como diretriz priorizar famílias chefiadas por mulheres e fazer os contratos em nome delas.¹⁵ A própria ocupação Dandara recebeu o nome de uma mulher, guerreira negra que lutou pela libertação dos escravos no Brasil, em homenagem ao grande número de mulheres que contribuíram para a sua realização. Em outras ocupações com as quais trabalhei, vi muitas mulheres enfrentando a vida sob um barraco de lona, mesmo quando os maridos não aceitavam acompanhá-las naquelas condições.

¹⁵ Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/11124.htm>. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que dispõe sobre a criação do Bolsa Família. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/10.836.htm>. Acesso em 25 de jun. 2013.

Local: Ocupação Dandara



FIGURA 5- Imagens da Ocupação Dandara atualmente
Fonte: Arquivo pessoal da autora, junho de 2014.



FIGURA 6 - Casas das participantes na Ocupação Dandara
Fonte: Bruno Figueiredo, 2013.

Decidi trabalhar com um grupo da Ocupação Dandara por ser um assentamento que já completa cinco anos de existência e encontra-se relativamente consolidado, mas com muitas casas ainda inacabadas ou que demandam reformas e melhorias. Outro aspecto favorável à realização da experiência nesse local é que, por ter sido uma ocupação organizada com o apoio de movimentos sociais, seus moradores construíram certa consciência política com relação à luta por moradia e outros direitos. Essa consciência contribui para que estejam abertos a novas formas de buscar alguma melhoria social.

Inicialmente, a ocupação havia sido dividida em nove setores, organizados por um ou dois coordenadores cada um e independentes nas suas decisões sobre as respectivas áreas. Apenas questões concernentes ao conjunto da comunidade eram discutidas em reuniões de todos os coordenadores ou em plenárias de coordenadores e moradores. Depois de algumas visitas, percebi que essa forma de organização estava se desfazendo, pois vinha sobrecarregando os coordenadores. Esses sofriam pressões e ameaças recorrentes, em função de disputas por lotes e da territorialização da ocupação pelo tráfico de drogas. Atualmente, está em curso a formação de uma Associação Comunitária que substitui a atuação dos coordenadores, assume a luta política e conduz ações coletivas, como a reforma do centro comunitário e a construção da creche comunitária. Apesar de essa associação ter o nome da Ocupação Dandara, a intenção é que ela venha a se engajar também em outras ocupações.

Financiamento vinculado

Desde o início da pesquisa defini que haveria um financiamento vinculado à assessoria técnica. A ideia era que esse financiamento, além de garantir os recursos para a execução das reformas, também fosse um meio de as pessoas pagarem pelos serviços prestados mediante uma taxa aplicada às parcelas. Essa taxa seria menor que as taxas de juros praticadas no mercado, pois visaria apenas a cobrir os custos do procedimento, sem nenhum lucro. Porém, tendo em vista a dificuldade inicial para formar o grupo, a desconfiança das pessoas com relação à proposta e por ser a primeira vez que eu estava aplicando o procedimento, decidi oferecer o financiamento sem nenhum custo adicional ou taxa.

Não defini de antemão o valor que seria financiado, pois não sabia ainda quais seriam as demandas ou quantas pessoas estariam participando. Dessa forma, separei uma quantia máxima de dez mil reais, proveniente do meu trabalho como arquiteta, para utilizar na pesquisa. Ao longo dos encontros, tendo em vista essa quantia, os tipos de reformas e o número de participantes, defini que o valor financiado seria de três mil reais para cada uma. Apesar de não ter um valor definido desde o primeiro encontro, deixei claro que seria uma quantia suficiente apenas para uma pequena reforma. Não levei em consideração nenhum dos critérios usualmente utilizados pelas instituições financeiras: avaliação da capacidade de pagamento dos beneficiários, comprovação de renda etc. A forma de pagamento e o valor das parcelas seriam discutidos entre as participantes para que elas mesmas definissem as suas condições de se comprometerem com esse endividamento.

Apesar de essa experiência não ter examinado a viabilidade financeira de aplicação do procedimento no cotidiano profissional, pois o trabalho que realizei não foi remunerado, acredito que essa possibilidade mereça ser investigada em aplicações futuras, seja da forma como eu havia pensado inicialmente, com as clientes pagando pela assessoria técnica, seja mediante a captação de recursos externos (lei de incentivo, organizações de apoio a iniciativas sociais ou a própria lei de assistência técnica).

Roteiro de Trabalho

Inicialmente, dividi a assessoria em duas etapas: planejamento e acompanhamento. Para a primeira etapa foram previstos sete encontros em intervalos de uma semana, a serem realizados na Ocupação Dandara. A segunda etapa consistiria em outros sete encontros, em intervalos quinzenais, com visitas às obras. As atividades a serem realizadas na primeira etapa foram pensadas levando em consideração o método desenvolvido por Nogueira, os trabalhos realizados pelo Grupo MOM, além de conversas com a orientadora e outros pesquisadores do grupo. Dessa forma, desenvolvemos a ideia da *Oficina de Levantamento*, em que as participantes aprenderiam a tirar medidas e a desenhar a sua própria casa, prevista no primeiro encontro.

ROTEIRO DE TRABALHO

1ª ETAPA - PLANEJAMENTO	REUNIÃO	TEMA	DATA	HORÁRIO	ATIVIDADES
	1	Introdução	___ / ___	___ : ___	Oficina de Levantamento
	2	Avaliação	___ / ___	___ : ___	Apresentação do levantamento feito pela participante
	3	Proposições	___ / ___	___ : ___	Apresentação das ideias de reforma feitas pela participante
	4	Definições	___ / ___	___ : ___	Apresentação da ficha de intervenção feita pela arquiteta
	5	Planejamento 1	___ / ___	___ : ___	Oficina de Planejamento de Obras Pagamento do 1º depósito. R\$ _____
	6	Planejamento 2	___ / ___	___ : ___	Apresentação do planejamento de obras feito pela participante
	7	Manual de Obras	___ / ___	___ : ___	Apresentação do Manual de Obras feito pela arquiteta Início do Financiamento. R\$ _____

Nome da participante: _____	Telefone: _____
Assinatura: _____	Data: _____

FIGURA 7 - Roteiro de Trabalho (Frente).
Fonte: produzido pela autora, 2013

ROTEIRO DE TRABALHO

2ª ETAPA - ACOMPANHAMENTO	REUNIÃO	TEMA	DATA	HORÁRIO	ATIVIDADES
	8	Acompanhamento 1	___ / ___	___ : ___	Relato do acompanhamento das obras feito pela participante Pagamento do 2º depósito. R\$ _____
	9	Acompanhamento 2	___ / ___	___ : ___	Relato do acompanhamento das obras feito pela participante Pagamento do 3º depósito. R\$ _____
	10	Acompanhamento 3	___ / ___	___ : ___	Relato do acompanhamento das obras feito pela participante Pagamento do 4º depósito. R\$ _____
	11	Acompanhamento 4	___ / ___	___ : ___	Relato do acompanhamento das obras feito pela participante Pagamento do 5º depósito. R\$ _____
	12	Acompanhamento 5	___ / ___	___ : ___	Relato do acompanhamento das obras feito pela participante Pagamento do 6º depósito. R\$ _____
	13	Acompanhamento 6	___ / ___	___ : ___	Relato do acompanhamento das obras feito pela participante Pagamento do 7º depósito. R\$ _____
	14	Acompanhamento 7	___ / ___	___ : ___	Relato do acompanhamento das obras feito pela participante Pagamento do 8º depósito. R\$ _____

Observações:

FIGURA 8 - Roteiro de Trabalho (Verso).
Fonte: produzido pela autora, 2013

A partir dessas definições, elaborei uma ficha denominada *Roteiro de Trabalho*, semelhante às fichas utilizadas também por Livingston e Nogueira. Cada participante receberia uma cópia desse Roteiro no primeiro encontro, apresentando a listagem das reuniões, os temas ou as atividades prevista para cada uma delas e espaços para o preenchimento de datas e horários. Ao final incluí também um espaço para as participantes escreverem nome, telefone, data e assinatura, de modo que o Roteiro constituiria ao mesmo tempo certa formalização da participação de cada uma no projeto.

A ficha apresenta também a relação dos depósitos que seriam realizados, vinculados a alguns dos encontros. Apesar dessa questão não estar definida na época, decidi indicá-la apenas para as participantes terem, logo no primeiro encontro, uma referência do que seria esse financiamento, ou seja, que elas teriam que se comprometer a pagar uma certa quantidade de dinheiro periodicamente ao longo da experiência.

3.2 Formação do grupo

A princípio pensei em trabalhar com um grupo de cinco a sete mulheres. Não quis estabelecer critérios de seleção para a participação no grupo, a não ser a necessidade de reformar a casa. Era importante que a demanda viesse da pessoa e não o contrário, pois o experimento iria exigir certo comprometimento da participante, tanto de tempo, quanto de dedicação. Tive também a preocupação de que a formação desse grupo fosse conduzida de forma discreta e independente dos assuntos da comunidade, pois não sabia como o experimento iria se desenrolar e não queria provocar grandes expectativas quanto aos seus resultados. É recorrente, em comunidades como a Dandara, chegarem pessoas de fora com propostas de 'ajuda' que depois não são levadas adiante ou que apenas sugam informações dos moradores para benefício próprio, sem de fato contribuir. Não queria que a minha proposta fosse vista dessa forma pelos moradores. Depois que o processo já estava em pleno andamento, uma das participantes confirmou a pertinência dessas preocupações; as mulheres ficaram 'desconfiadas' no início:

Já teve tanta gente que foi entrar aqui dentro do Dandara pra aproveitar da gente, que nós pensamos, será que não é mais algum tipo de golpe que vai dar ou alguma coisa assim? (Adriana, entrevista, 06 de dezembro de 2013).

Os receios foram se diluindo ao longo dos trabalhos, mas a formação do grupo foi, por si só, um desafio ao projeto. Foram necessárias sete reuniões prévias para finalmente conseguirmos reunir o grupo que se manteve ao longo da experiência.

05 de fevereiro de 2013

Meu primeiro contato na Ocupação Dandara se deu numa reunião com quatro mulheres e um homem, todos coordenadores de diferentes grupos, e o colega Tiago Lourenço, que me apresentou a eles. Nessa reunião apresentei a ideia geral do projeto para saber se haveria interesse de algumas mulheres em participar. A princípio todos apoiaram a realização do experimento e duas demonstraram

interesse. Combinamos que elas iriam conversar com outras pessoas que pudessem integrar o grupo, enquanto eu ainda estava desenvolvendo o formato do processo.

11 de julho de 2013

Depois da primeira reunião entramos em contato com o grupo de pesquisa NEOS da FACE-UFMG, para uma possível colaboração com relação à forma de financiamento das obras. Fizemos uma segunda visita à Dandara, com a presença de quatro coordenadores da ocupação (um homem e três mulheres), as professoras Ana Paula Baltazar e Silke Kapp, o arquiteto Tiago Lourenço, a estudante de arquitetura Mariana Barros, que me auxiliou durante todo o processo, e os pesquisadores do NEOS. Esses últimos expuseram a ideia da criação de um banco comunitário como possível desdobramento da experiência por mim proposta, deixando claro que o banco não estaria necessariamente vinculado ao meu projeto, mas poderia se formar a partir dele. O recurso inicialmente captado para o financiamento das reformas se transformaria num fundo comunitário, na medida em que os beneficiários pagassem suas parcelas. Futuramente, o fundo poderia ser destinado a outras funções que não apenas a de reforma de casas, transformando-se num banco comunitário, com a administração e gerência feitas pelas pessoas da comunidade.

Após esse segundo encontro, tivemos duas reuniões marcadas que não se realizaram: uma porque a coordenadora com a qual combinei o encontro se esqueceu dele; outra porque ela me pediu para ligar no dia anterior confirmando a reunião e, quando tentei entrar em contato, não consegui. Depois disso fiquei alguns dias tentando falar com ela, que não me atendeu mais. Pensei que teria desistido do projeto, mas mais tarde soube que ela passava por problemas de saúde.

30 de agosto de 2013

Por indicação de uma professora da Escola de Arquitetura entrei em contato com uma moradora da ocupação, Luciana, quem eu até então não conhecia, e que acabou participando do grupo. Então, Mariana e eu voltamos à Dandara para uma reunião com Luciana e sua amiga Raphaela. Expus novamente a ideia geral do projeto e elas se interessaram em participar. Perguntei se conheciam mais pessoas que poderiam aderir. Visitamos imediatamente as casas de mais três mulheres. A

própria Luciana falou sobre o projeto e perguntou se elas gostariam de participar, conseguindo assim mais duas adesões, de Ana Paula e Adriana. Nessas conversas percebi que o ponto principal para elas era de que as participantes deveriam ser pessoas de confiança. Achei bom, pois demonstrou que haviam entendido a dinâmica de funcionamento da proposta. Saímos de lá com a próxima reunião agendada para a consolidação do grupo.

10 de setembro de 2013

Quando voltamos no dia marcado, apenas Luciana e Adriana apareceram. Conversamos um pouco e depois ligamos para as outras mulheres que haviam demonstrado interesse. Uma delas tinha desistido, porque o filho havia contraído leishmaniose. Marcamos então outra reunião com aquelas que confirmaram interesse, para dar início ao processo.

12 de setembro de 2013

Novamente, conseguimos reunir apenas duas participantes. Embora elas tenham insistido para começar a experiência ainda assim, decidimos adiar o início dos trabalhos e marcamos uma nova data. Nesse dia, Mariana e eu ficamos muito desapontadas e preocupadas com o andamento do projeto, pois a consolidação do grupo estava sendo mais difícil do que o esperado.

Essa dificuldade em reunir o grupo, inicialmente pensado para cinco a sete participantes e que acabou se consolidando com apenas três, me fez refletir sobre algumas questões analisadas por Jessé Souza (2009) quanto ao *habitus* de classe e sua relação com a forma pela qual as pessoas tomam suas decisões no dia a dia. Conforme o autor aponta, o hábito do planejamento, treinado pelos membros das classes média e alta desde a infância, não faz parte do conjunto de disposições incorporadas por aqueles que compõem a chamada *ralé estrutural*. Essas pessoas estão acostumadas a resolver problemas e urgências na medida em aparecem. Pensar o que deve ser feito agora para que algo se concretize em médio prazo é pouco comum nesse contexto, porque as pessoas estão constantemente constrangidas por premências imediatas. No caso do atendimento que eu estava propondo, seria necessário que as mulheres tivessem consciência disso para se sentirem motivadas a darem continuidade ao trabalho.

3.3 Aprendendo a planejar

Por fim o grupo se consolidou com três participantes: Adriana, Ana Paula e Luciana, mulheres jovens e mães de três filhos cada uma. Os encontros da etapa de planejamento ocorreram na Ocupação Dandara, no início no Centro Comunitário e posteriormente nas casas das participantes. Todos os encontros foram conduzidos por mim e acompanhados pela bolsista de iniciação científica Mariana Barros. As reuniões foram gravadas em áudio, transcritos pela Mariana. Após cada reunião, eu e Mariana escrevíamos relatos pessoais, descrevendo não apenas o ocorrido, mas também as nossas impressões de cada encontro. Meu amigo Bruno Figueiredo registrou em vídeo todo o processo e ao final dessa etapa realizou uma entrevista com as participantes a partir de um roteiro de perguntas que elaboramos juntos.

1ª Reunião: Introdução (16 de setembro de 2013)

Começamos a reunião com a apresentação do projeto, resumindo nossos objetivos e expectativas em relação à experiência. Como já havíamos conversado com todas elas sobre a proposta, apenas Luciana fez alguns questionamentos, todos sobre a questão financeira.

Pedi então que cada uma se apresentasse, falasse sobre os moradores da sua casa, sobre os motivos para participarem do projeto e o que gostaria de realizar em sua casa (Quadro 1). Já nessas apresentações, as participantes descreveram uma situação de vida comum a todas elas, que constitui um círculo de problemas aparentemente sem saída: o fato de não existirem creches pública suficientes para deixarem as crianças as impede de trabalhar fora de casa; o fato de não poderem trabalhar fora de casa as impede de buscar um aumento na sua renda; o fato de não terem condições de pagar aluguel as leva a viver numa ocupação irregular; o fato de viverem numa ocupação irregular implica não ter endereço; o fato de não ter endereço dificulta ainda mais colocar as crianças na escola e conseguir emprego.

Adriana (37 anos)

Ocupação	Não tem emprego fixo, fica por conta do filho Lucas, que necessita de tratamento médico; faz faxina de vez em quando e vende fuxicos. O auxílio doença de Lucas é a principal fonte de renda da casa.
Filhos	Juliander (19 anos) - trabalha dia sim, dia não e cursa o ensino médio. Lucas (7 anos) - estuda de manhã e faz tratamentos. Gilvander (4 anos) - estuda de 7h30 às 16h30.
Moradores	4 pessoas (ela e os três filhos).
Casa Atual	4 cômodos sem acabamentos: 2 quartos, sala e cozinha conjugadas e banheiro. Construiu primeiro dois cômodos e os outros dois não tem nem um mês que acabou de fazer, também com muita luta.
Obra Pretendida	Colocar acabamentos.

Ana Paula (33 anos)

Ocupação	Está de licença maternidade em casa.
Filhos	Christian (16 anos) - estuda de 7h às 11h. Junior (7 anos) - estuda de 7h às 11h. Maria Eduarda (Duda) - 5 meses.
Moradores	4 pessoas (ela e os três filhos).
Casa Atual	4 cômodos sem acabamentos: 3 quartos, banheiro e cozinha conjugada com a sala. Construiu os quartos no ano passado quando ficou grávida, o cunhado fez a obra e ela comprou os materiais. Quando se mudou, era apenas um cômodo.
Obra Pretendida	3 cômodos novos nos fundos do lote.

Luciana (29 anos)

Ocupação	Participa das reuniões e faz trabalhos para a comunidade, vende bolos e salgados.
Filhos	Maria Alice (8 anos) - estuda de 7h às 11h. Lorena (5 anos) - estuda de 7h às 11h. Hugo (1 ano) - fica na creche (de uma ONG) de 7h às 16h.
Moradores	5 pessoas (ela, o marido e os três filhos).
Casa Atual	3 cômodos sem acabamentos: sala, 2 quartos onde deveria ser a cozinha e a loja, cozinha onde deveria ser área de tanque e um banheiro.
Obra Pretendida	Estrutura da casa e 4 quartos no segundo pavimento. Fazer uma loja no primeiro pavimento (onde hoje é o quarto do casal).

Raphaela (26 anos) – Participou apenas da primeira reunião

Ocupação	Vende coisas e faz faxina.
Filhos	Eduarda (8 anos) - estuda de 7h às 16h. Daniel (6 anos) - estuda de 7h às 16h. Laíssa (3 anos).
Moradores	4 pessoas (ela e três filhos).
Casa Atual	Apenas a fundação e um cômodo de madeirite.
Obra Pretendida	Construção de 5 cômodos: três quartos, sala, cozinha e banheiro.

QUADRO 1 - Perfil das participantes segundo elas mesmas

Fonte: produzido pela autora, 2013.

Elas demonstraram também uma descrença com relação ao PMCMV, no qual se cadastraram nas duas vezes em que a Prefeitura abriu inscrição, sem nenhum retorno. Quando mencionei que o Programa privilegia mulheres chefes de família, Raphaela comentou: “*Ah, mas eu não acredito muito não. Porque eu não tenho marido, fiz duas inscrições [...] até hoje nunca consegui nada*”. Criticaram também a forma como foi conduzida a última inscrição, realizada pouco tempo antes dessa reunião, em agosto de 2013, em que a única via de acesso era pela internet. Como aponta Luciana: “*Só pela internet! E aí a gente se ferra mais uma vez*”.

Conforme descrito no Quadro 1, cada participante apresentou uma demanda diferente de melhoria da casa, com diferentes graus de complexidade. A constatação dessa diversidade as fez questionar se o valor do empréstimo seria igual para todas elas. Expliquei que isso poderia ser decidido em comum acordo. Conversamos e chegamos à conclusão de que a princípio o valor seria igual para todas, porém, os projetos contemplariam tudo o que elas desejassem realizar nas casas, mesmo que a verba do financiamento fosse suficiente apenas para uma parte. Fiquei na dúvida se essa decisão foi correta, pois havia o risco de elas se frustrarem depois com a falta de dinheiro para executar o resto. No entanto, considerei melhor não impor limites à imaginação delas durante a elaboração dos projetos.

Após explicar que, para a elaboração do projeto de reforma, precisaríamos primeiro saber como a casa é hoje e as suas medidas, entregamos os *Kits Levantamento* para que elas mesmas pudessem medir e desenhar as suas casas. Esses *kits* consistiam em: pasta, trena, prancheta, lápis, borracha, apontador, caneta, papel branco, papel manteiga, papel vegetal, bloco de notas, algumas etiquetas, o *Roteiro de Trabalho* e uma máquina fotográfica, sendo que essa última deveria ser devolvida no encontro seguinte. Pedimos que a pasta fosse levada em todas as reuniões e todos os desenhos produzidos fossem guardados nela.

Ao receberem os *kits*, todas ficaram bastante animadas, contrariando meu receio de que pudessem não gostar de fazer um trabalho normalmente feito pelo arquiteto.

Sabe quando você se sente assim uma pessoa que tem valor em alguma coisa, que pode fazer alguma coisa? Por quê? Porque aqui dentro do Dandara tem muita divisão. Por exemplo, eu participo de uma reunião, mas só as pessoas mais elevadas que vão pra fora, participam de outras coisas lá fora, a gente fica só aqui no miolinho. Então quando você recebe assim uma coisa diferente, você se sente mais pra cima sabe? (Adriana sobre o que sentiu ao receber o *Kit Levantamento*. Entrevista, 06 de dezembro de 2013).

Percebi que o *Kit Levantamento* não apenas cumpriu a função primordial de ferramenta para executar os trabalhos, mas também serviu como incentivo para que elas aprendessem algo novo.

Eu fiquei feliz e falei assim: ‘nó gente, a gente vai aprender a medir as coisas, aprender a fazer coisas diferentes que a gente nunca tinha feito, né?’ Assim, a gente pegava só no pesado, virar concreto e esses trem. A gente ia e ajudava e tal. Só que a gente nunca tinha tido um contato assim mais direto com engenharia, fazer projeto e essas coisas. [...] Me senti muito entusiasmada. Achei que agora sim, a gente vai aprender a fazer alguma coisa. Mesmo que não dê em nada, alguma coisa a gente vai tirar de bom. (Ana Paula, sobre o que sentiu ao receber o *Kit Levantamento*. Entrevista, 06 de dezembro de 2013)

Depois da distribuição dos *kits*, expliquei o *Roteiro de Trabalho* e pedi que elas assinassem no campo indicado e colocassem a data da primeira reunião, a que estávamos tendo. Primeiramente perguntei se todas sabiam ler e escrever, elas riram um pouco constrangidas dizendo que sabiam “*mais ou menos*”, mas logo uma delas disse “*mas tem que perguntar mesmo, porque tem muita gente aqui no Dandara que não sabe nada!*”. Elas não deram muita importância a essa formalização, à assinatura de um papel, ficaram mais interessadas no *kit*.



FIGURA 7 - Oficina de Levantamento

Fonte: Bruno Figueiredo, 2013.

Em seguida, passamos à *Oficina de Levantamento*, explicando primeiro o uso da trena. Marquei com um adesivo a linha na qual elas deveriam ler os valores em metros, para evitar que os confundissem com a linha das polegadas. Mariana e eu mostramos como tirar e anotar medidas, usando como exemplo uma parede com janela da sala em que estávamos. Para ilustrar como são representados os cômodos e as medidas que elas iriam levantar, levei alguns exemplos de *croquis*. Expliquei como são as linhas que representam cada elemento: paredes, portas, janelas, projeções e cotas. Passei a descrever um dos *croquis* – o que era cada cômodo, onde era a sua entrada, como eram representados os móveis – e pedi a cada uma que continuasse a descrição, como se estivessem caminhando naquele espaço. Esclareci as dúvidas apontando para elementos da própria sala em que estávamos. Percebi que umas tiveram mais dificuldade em compreender o desenho, mas elas mesmas se ajudaram esclarecendo as dúvidas daquelas que não tinham entendido.

Pedi então que tirassem as medidas da sala em que estávamos e a desenhassem. Fui dando explicações mais detalhadas e tirando as dúvidas à medida que faziam o trabalho. Essa forma de transmitir as informações concomitantemente com a ação delas, permitiu maior engajamento do que se todas as explicações tivessem sido

dadas de antemão e depois ‘exercitadas’, da maneira que costuma acontecer nas salas de aula. A ação facilitou a aprendizagem desses processos novos.

Por fim, mostramos brevemente como utilizar as máquinas fotográficas, elas tiraram algumas fotos do local, para testar, e pedi que trouxessem na próxima reunião as medidas, os desenhos e as fotos de suas casas, incluindo todas as coisas de que elas gostassem e não gostassem no espaço em que vivem.

A *Oficina de Levantamento* durou apenas cerca de trinta minutos. Fiquei um pouco preocupada de ter passado as informações de forma superficial e tive dúvida se elas conseguiriam fazer os levantamentos necessários.

2ª Reunião: Avaliação (23 de setembro de 2013)

No dia da reunião, Raphaela me ligou dizendo que não poderia participar, mas deixaria o seu levantamento com Ana Paula. Apesar de lamentar sua ausência, considerei positivo o fato de ela ter feito o desenho e ter se preocupado em me avisar. Além disso, mais uma vez o atendimento em grupo se mostrou favorável, pois ela pôde contar com Ana Paula para levar seu desenho à reunião. Mais tarde descobri que elas também tinham se ajudado na execução do levantamento.

Todas as participantes fizeram os levantamentos e apresentaram desenhos muito coerentes, se levarmos em consideração que nenhuma delas tinha feito algo parecido antes. Começamos a reunião com cada uma fazendo a apresentação da sua casa. Copiamos as fotos para um computador, fotografamos os desenhos que elas fizeram e projetamos tudo na parede. Elas começaram explicando os desenhos, depois mostraram as fotos e disseram o que gostavam e o que não gostavam nas casas. Por fim, conversamos sobre como haviam sido os processos de construção das casas. O exercício de tirar as medidas, desenhar, fotografar e descrever a própria casa as levou a perceber a casa a partir de uma visão crítica, expressada por observações como a de Luciana: “*entra na sala tem um vãozinho aqui, que tem um metro e nove. [pausa] E aí eu tenho que dar uma função pra esse pedaço aqui que fica só pra entulhar bagunça*”.



FIGURA 9 - Apresentação dos desenhos feitos por elas.

Fonte: Bruno Figueiredo, 2013.

Durante as apresentações elas começaram a perguntar e comentar sobre as casas umas das outras, algo que tentei incentivar durante todo o processo. O fato de serem todas mulheres as deixou a vontade, a ponto de fazerem muitas brincadeiras e contarem casos, o que tornou as reuniões descontraídas e prazerosas.

Ao final da reunião pedi que trouxessem para o próximo encontro desenhos de como gostariam que a casa ficasse. Expliquei que poderiam aproveitar o levantamento e desenhar em cima com o papel manteiga e poderiam fazer quantos desenhos quisessem, inclusive com mais de uma opção de projeto.

3ª Reunião: Proposições (01 de outubro de 2013)

Novamente a Raphaela não compareceu e, dessa vez, não deu satisfação. Desde então, ela não participou mais do grupo. Entrei em contato com ela depois, mas ela disse que estava sem tempo para participar porque tinha conseguido um emprego “fichada”. Insisti que poderíamos combinar horários compatíveis, mas ela pareceu não querer se comprometer.

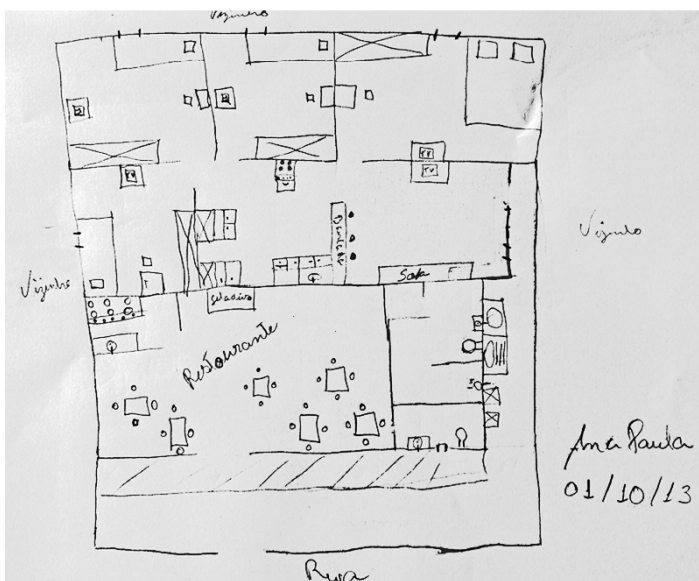
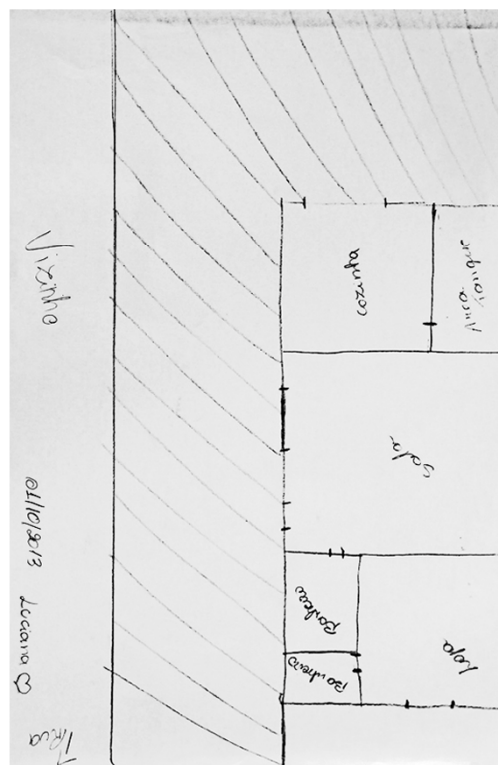
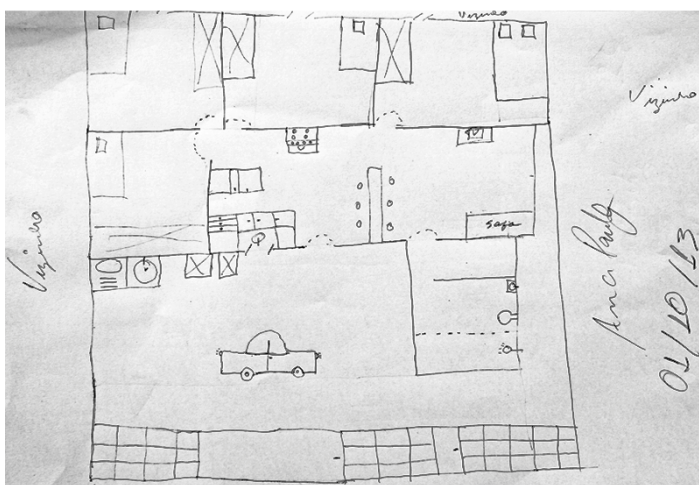
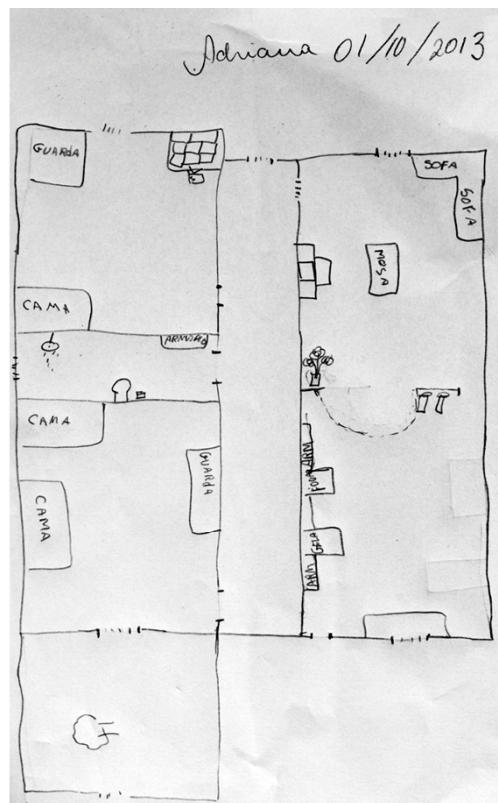
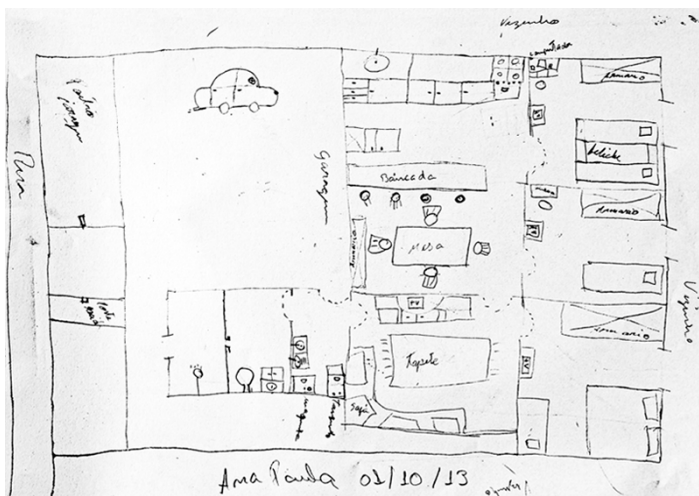


FIGURA 10 - Projetos feitos pelas participantes
 Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2013.

Começamos a terceira reunião com a apresentação dos projetos que as participantes fizeram. Todas começaram a apresentação utilizando a projeção dos desenhos na parede e depois partimos para a discussão com os desenhos na mesa. Luciana queria acrescentar um andar à sua casa, mas teve dificuldades em representar a escada e por isso não fez o desenho desse segundo pavimento. Por outro lado, a dificuldade de imaginar a escada a levou a conversar com o marido sobre o projeto, e ele também fez um desenho. Ana Paula chegou a fazer três projetos diferentes, todos com muitos detalhes de *layout*. Adriana apresentou uma nova demanda, vinda do seu filho mais velho que, ao ficar sabendo que ela iria reformar a casa, disse que não queria mais dividir o quarto com os irmãos pequenos e queria um quarto apenas para ele.

Durante a apresentação de Luciana, como ela não tinha feito o desenho do segundo pavimento, começamos a desenhar na hora sobre o desenho do primeiro piso que ela havia feito. Iniciei o desenho e ela continuou. Nesse momento, Ana Paula começou a questionar algumas das proposições de Luciana e tivemos uma discussão interessante sobre o projeto. Por fim, Ana acabou pegando um papel e fazendo ela mesma uma alternativa para o projeto de Luciana. No início, Luciana ficou um pouco incomodada com os “palpites” das outras sobre a sua casa, mas logo começou a refletir sobre o que estavam dizendo. Fizemos o mesmo exercício com as outras duas e, ao final, tínhamos mais projetos do que os que elas haviam trazido.

Foi interessante observar que elas mesmas perceberam que algumas coisas poderiam ter uma solução melhor do que a que haviam pensado anteriormente após terem passado essas ideias para o papel. Adriana, por exemplo, queria mudar a entrada do seu quarto de lugar para que ficasse independente da entrada do quarto dos seus filhos. Ela já tinha até contratado um pedreiro para fazer o serviço, mas ao desenhar viu que a forma como iria fazer não resolveria totalmente a questão, pois os filhos ainda teriam que passar pelo seu quarto para chegarem ao banheiro.

Depois dessa reunião, Mariana e eu passamos os levantamentos para desenhos técnicos (em AutoCAD) e marcamos uma visita às casas para conferir algumas medidas. Essa visita já era prevista para que conhecêssemos as casas,

propositalmente após elas terem nos apresentado os seus desenhos pois, como Livingston recomenda, isso evita que o nosso julgamento se sobreponha, de antemão, à percepção delas. A conferência foi surpreendentemente rápida, porque as medidas tomadas pelas participantes estavam quase sempre corretas e precisas. Em menos de uma manhã já tínhamos visitado e conferido as três casas. Conversamos um pouco com as participantes e foi possível perceber que elas realmente estavam raciocinando sobre o projeto da sua casa, amadurecendo algumas ideias, repensando e clareando outras. Luciana, por exemplo, comentou que o banheiro do segundo pavimento não poderia ser no local que ela havia imaginado, mas sim acima do banheiro existente para que ela pudesse aproveitar a tubulação hidráulica.

Durante a visita, Luciana nos levou à casa de uma amiga que estava, ela mesma, construindo a sua casa e então me perguntou se eu não poderia levar alguma pessoa lá para ensiná-las a construir também. Achei a ideia interessante e disse que iria procurar alguém que pudesse fazer isso, mas que teríamos que verificar com as outras participantes se elas teriam interesse.

4ª Reunião: Definições (08 de outubro de 2013)

Para essa reunião, eu deveria levar os projetos desenhados em escala. Como os desenhos que elas fizeram ficaram muito bons, fiquei com receio quanto à forma de representá-los, pois não queria que elas entendessem que o meu desenho é que era legítimo e que o delas seria descartado. Portanto, tendo como base alguns trabalhos já desenvolvidos pelo MOM, busquei fazer uma representação apenas do essencial, sem elementos que pudessem ser vistos como um atrativo – tais como objetos, elementos decorativos, cores, texturas – e desviassem a atenção delas das decisões de projeto.



FIGURA 11 - Uma das opções de projeto da casa da Adriana desenhado por mim
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2013.

Fizemos então quatro desenhos técnicos, em formato A4, na escala 1/50: a casa como é hoje; apenas as modificações em papel vegetal; a casa com as modificações hachuradas; a casa após as modificações. Dessa forma, elas poderiam ver com clareza exatamente o que estava sendo modificado colocando o papel vegetal sobre o desenho da casa como é hoje, ter o projeto completo como normalmente são representados ou visualizar como ficaria a casa após as intervenções. Fiz essas três opções de visualização do projeto, pois tinha dúvidas quanto a qual delas seria melhor compreendida por elas. Após apresentarmos os projetos, verificamos que a opção com as modificações em papel vegetal sobre a casa existente foi a que mais agradou.

Para a elaboração dos projetos, coletamos os desenhos que elas haviam feito e as anotações do que tinham falado e fizemos três opções de projeto para cada uma. Seguindo as recomendações de Livingston, nomeamos cada opção com um título que remetesse a alguma característica do projeto e, portanto, fosse fácil de ser identificado.

Juntamente com os projetos entregamos um *Kit Mobiliário*, que consistia em 27 peças com desenho de móveis comuns, recortados em isopor prensado e desenhados a mão com caneta, para que elas testassem em cada projeto os possíveis *layouts*. Apresentamos os projetos dando uma breve explicação sobre o que é a escala 1/50, sobre os elementos das legendas e sobre as diferenças em cada projeto. Em seguida, pedimos que elas fizessem o exercício com o *Kit Mobiliário*. Esse exercício as ajudou a compreender as dimensões reais dos espaços que estavam sendo projetados, pois puderam ver com facilidade o que caberia ou não nos lugares. Até mesmo decisões a respeito do que elas gostariam que os cômodos tivessem já começaram a ser repensadas. Ana Paula, por exemplo, fez uma primeira composição com muitas peças na sala e depois concluiu que não queria a sala dela “*cheia de coisas assim*”, partindo para uma configuração com menos móveis.

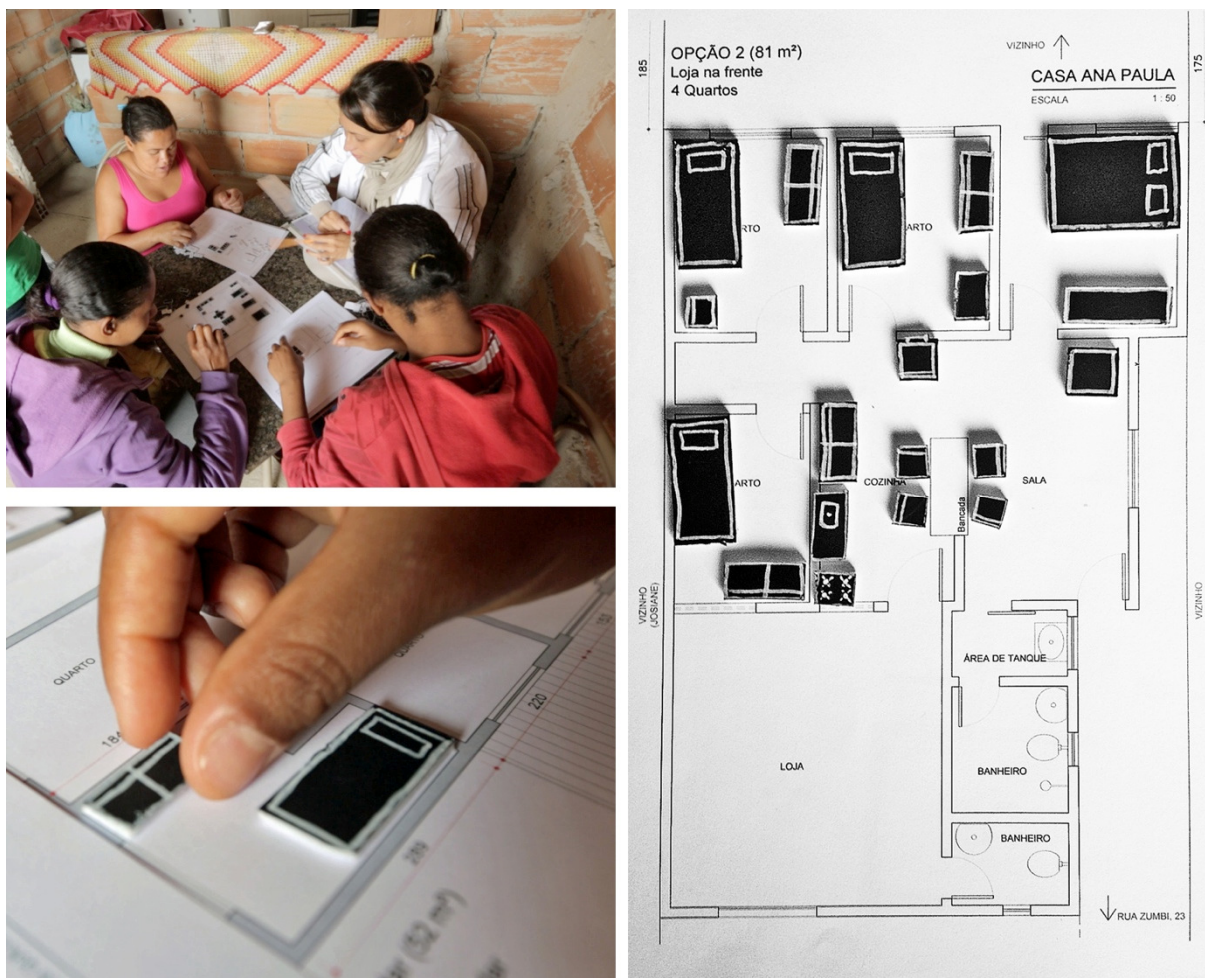


FIGURA 12 - Exercício de montar os *layouts* com o *Kit Mobiliário*

Fonte: Bruno Figueiredo, 2013.

No momento em que elas começaram a analisar os projetos, ficaram emocionadas por estarem vendo os seus sonhos ali representados. Foi um momento bonito, mas fiquei com receio que o projeto se tornasse um objeto 'mágico', intocável, algo que eu não queria que acontecesse, pois objetivava que elas continuassem sendo donas dele, o modificando ao seu gosto e necessidade.

Ao final dessa reunião, pedi que refletissem sobre os projetos e continuassem desenhando em cima do que já havíamos feito até que chegassem a uma solução que mais as agradasse. Pedi também que comesçassem a pensar nos materiais e serviços que seriam necessários e como que as obras seriam realizadas. Por fim, perguntei se gostariam de aprender alguns serviços básicos de construção, como Luciana havia sugerido. Para minha surpresa, todas se interessaram muito.

5ª Reunião: Planejamento 1 (17 de outubro de 2013)



FIGURA 13 - Antes: Sala da Luciana
Fonte: Luciana, setembro de 2013.



FIGURA 14 - Depois: Sala Luciana
Fonte: Bruno Figueiredo, outubro de 2013.

Ao chegarmos à casa de Luciana, ela perguntou: “*Vocês viram que a minha sala está maior?*”. O espaço realmente parecia mais amplo e ela explicou que havia retirado alguns objetos que ficavam “*apenas ocupando espaço*” e mudado a posição de alguns móveis. A percepção que ela teve de que aquele espaço poderia ser melhorado apenas mudando alguns elementos de lugar, sem nem ser necessária a alteração da sua estrutura, acredito ter sido um importante desdobramento dos exercícios que vínhamos fazendo. Além de mostrar que ela estava compreendendo melhor as possibilidades daquele espaço, estava colocando em prática mudanças que poderiam melhorar sua vida cotidiana.

A partir dessa reunião foram desenvolvidas atividades diferentes daquelas que eu havia previsto inicialmente no *Roteiro de Trabalho*.

Começamos a reunião retomando a discussão sobre os projetos e as alterações que gostariam de fazer, em geral, juntando uma opção com outra para chegar a uma solução ideal. Ficou claro que elas haviam pensado sobre o assunto. Adriana levou outro desenho que ela fez, Ana Paula fez o seu desenho na hora e Luciana contou que havia conversado com seu marido sobre o projeto.

Seguindo as recomendações de Livingston, desenhei as alterações discutidas em papel manteiga sobre os projetos enquanto conversávamos. Esse exercício contribuiu para que as discussões evoluíssem, pois permitiu que elas visualizassem ali mesmo quais ideias seriam boas ou não. Percebi também que, ao contrário do dia em que entreguei os projetos, elas se mostraram mais familiarizadas com esse ‘objeto’ e mais seguras em discutir sobre ele, tanto que a conversa foi rápida, tomando apenas um terço da reunião.



FIGURA 15 - Discussão de projetos na 5ª Reunião

Fonte: Bruno Figueiredo, 2013.

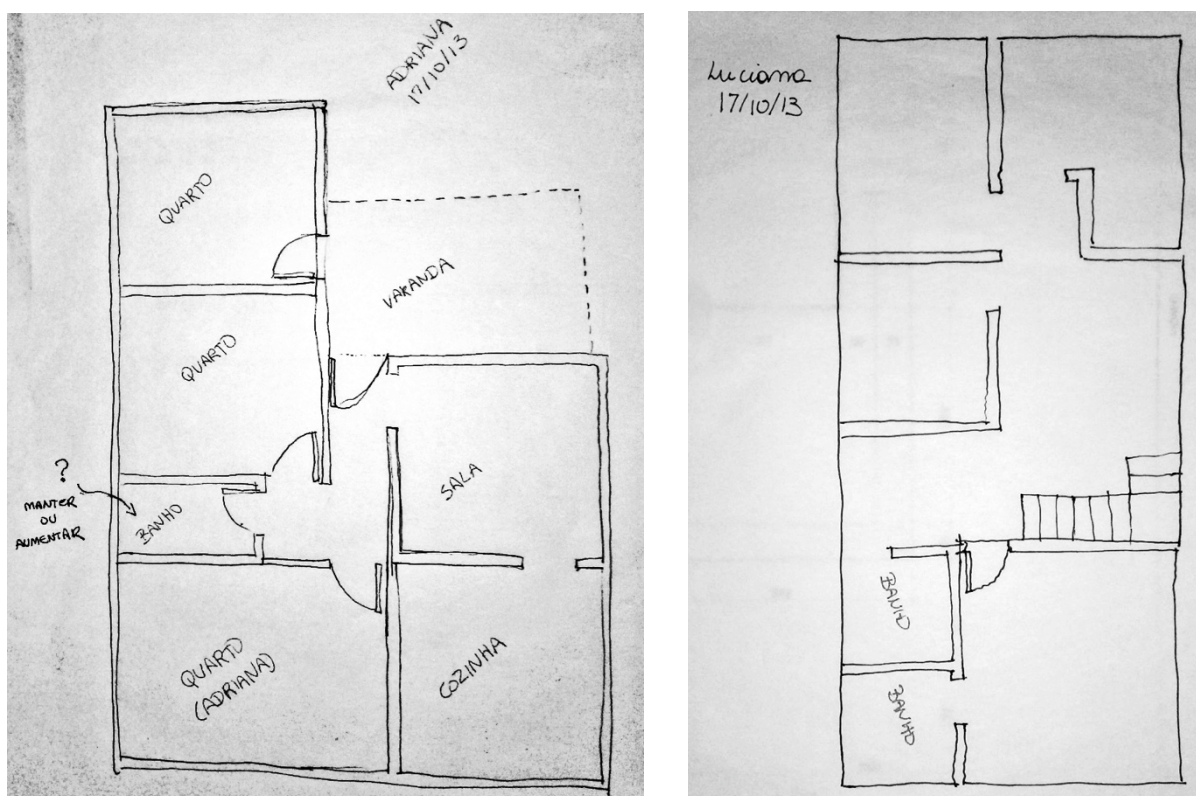


FIGURA 16 - Desenhos de alterações de projetos feitos por mim durante reunião

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2013.

Após a discussão dos projetos pedi que elas fizessem um quadro listando os materiais e serviços que seriam utilizados e respondessem às seguintes questões com relação às reformas pretendidas: *O que será feito? Quem vai executar? Quanto tempo vai durar? Quanto pretendem gastar?* Nesse momento começaram a surgir várias dúvidas com relação ao financiamento, até elas dizerem que não poderiam responder às perguntas se não soubessem como ele seria.

Nessa reunião, eu havia previsto a realização de um depósito por cada participante como 'oficialização' do início do financiamento, como constava no *Roteiro de Trabalho*. Esse depósito daria início a uma poupança do grupo, onde também seriam depositadas as parcelas do financiamento após elas terem recebido o empréstimo. No entanto, assim como para a elaboração dos projetos e seguindo as recomendações dos colegas do NEOS, decidi discutir com elas todas as questões que envolviam o financiamento antes de colocá-lo em prática: quando iria começar, quanto tempo iria durar, qual seria o valor da parcela, como os pagamentos seriam recolhidos etc. A única definição prévia que coloquei para elas era de que o valor do financiamento seria de R\$ 3.000,00 para cada uma.

Ao começarmos a conversa sobre o financiamento, elas ficaram mais sérias e preocupadas. Expliquei que a duração do financiamento dependeria do valor que elas conseguissem poupar mensalmente e que esse valor deveria ser pensado em função dos gastos mensais que elas têm e de quanto recebem. Outra questão que coloquei foi que elas poderiam iniciar os depósitos antes de receberem o dinheiro do financiamento para diminuir as parcelas dos pagamentos depois, como se fosse uma poupança (conforme havia previsto). Elas então começaram a discutir entre si essas questões e mais dúvidas foram surgindo. Por fim pedi que se reunissem para conversarem sobre tudo isso, sem a minha presença, para que chegassem a algumas definições.

Estava prevista, para essa reunião, a realização de uma oficina de planejamento de obras. No entanto, percebi que a discussão sobre o financiamento levantou questões mais relevantes para o entendimento do próprio hábito de planejar, pois elas começaram a refletir sobre quais decisões deveriam tomar para que as coisas acontecessem da forma como queriam lá na frente.

6ª Reunião: Planejamento 2 (22/10/13)

O assunto dessa reunião foi basicamente o financiamento e suas implicações. As participantes chegaram um pouco desanimadas, com uma postura bem mais reflexiva e séria do que das outras reuniões, que foram bastante descontraídas. Percebi uma dificuldade quanto à definição da parcela que elas pagariam

mensalmente, pois estavam com receio de não conseguirem se comprometer com o valor que fosse acertado. Pedi então que anotassem em um papel o total de dinheiro que elas recebem por mês e, ao lado, todos os seus gastos fixos mensais. Ao anotarem os seus gastos fixos elas mesmas se surpreenderam com o valor que, teoricamente, sobra da sua renda, pois, na prática, elas acabam gastando tudo. Esse exercício, apesar de simples, não era algo que elas costumavam fazer, mas lhes deu mais clareza quanto ao valor que poderiam dispender sem risco de comprometer as suas necessidades. Além disso, fez com que refletissem sobre os seus gastos – com o que afinal elas gastam o seu dinheiro? –, algo de que também não se davam conta antes de pararem para pensar no assunto.

A proposta de criação de uma ‘poupança’ ou de depósitos anteriores ao desembolso do empréstimo, foi algo que, de início, estranharam. No entanto, após uma se convencer de que isso seria melhor, passou a explicar para as outras os motivos, até que todas concordaram. Depois passamos a discutir quando esses depósitos seriam iniciados, o que as levou a novas reflexões sobre suas prioridades de consumo. Como estávamos no final do ano, começaram dizendo que dezembro e janeiro são meses em que gastam muito e que seria difícil se comprometerem com as parcelas. Porém, ao longo da conversa, começaram a questionar o porquê desses gastos, pois elas poderiam priorizar o investimento na casa em vez de comprar presentes, como demonstra a fala de Luciana nesse dia:

A gente pensar assim, na lógica, é uma palhaçada esse negócio de Natal, sabe. Você gasta um dinheiro que dá pra você comer dois meses! E se a gente começar a pensar nisso, será que tem tanta importância mesmo eu gastar esse tanto de dinheiro, não comemorar a data, mas gastar esse tanto de dinheiro assim? [...] Você vai lá e faz uma compra pra fazer uma ceia, muita coisa desperdiça, aí você vai lá e compra uma roupa [...] e nunca mais você usa. É uma coisa que dá pra cortar mesmo. E aí pensar nesse negócio também, né, o que é que vale mais...? (Luciana, outubro de 2013).

Ao final das discussões elas chegaram às seguintes definições:

- Os depósitos e as parcelas do financiamento serão de R\$ 200,00;
- Adriana ficará encarregada de recolher os pagamentos;
- Os depósitos serão feitos em uma conta conjunta criada por elas;
- Os depósitos serão iniciados antes de receberem o empréstimo.

Com relação às reformas, decidiram que as obras seriam feitas em mutirão, chamando familiares e amigos, a fim de economizar com a mão de obra. Em cada final de semana trabalhariam numa das casas, para que as obras acabassem todas mais ou menos juntas. Imaginaram que isso levaria quatro meses.

7ª Reunião: ~~Manual de Obras~~ Reflexão (05 de novembro de 2013)

As participantes ainda estavam um pouco angustiadas no começo da reunião. Iniciamos com a apresentação dos projetos revisados, e duas delas disseram que queriam “mudar tudo”: Luciana porque não iria mais construir um segundo pavimento e Ana Paula porque o pai dela iria morar com ela. Fizemos então alguns desenhos das alterações propostas, mas elas pareciam ainda desanimadas. Ao longo da conversa percebi que as discussões das últimas reuniões as deixaram preocupadas com relação aos gastos das obras. Perguntei então o motivo do desânimo e após um momento de silêncio elas começaram a fazer uma reflexão sobre como as coisas tinham se encaminhado até então.

Na hora que entrou no assunto de financiar, foi aí que a gente colocou o pé no chão. Que a gente tava muito empolgada com as coisas. Tava querendo fazer coisas demais. E coisas que, quando a Carina falou o orçamento, não ia caber no orçamento. Aí a gente falou assim '*Gente, pera aí, vão colocar o pé no chão né? Voltar lá no começo que a gente falou qual eram as nossas prioridades. Colocar nossas prioridades em prática!*'. [...] Aí a gente foi, focou mais, mas de uma certa forma, foi bom, foi bom por isso. Até pra gente parar de voar e pensar que as coisas é fácil, porque não é. E a gente tem que correr atrás. Correr atrás e ver o que dá pra melhorar no momento. (Ana Paula, entrevista, 06 de dezembro de 2013).

Essa reflexão foi muito importante para a experiência. Apesar de não ter previsto esse momento, percebi que foi fundamental para que elas tivessem mais segurança quanto ao que iriam fazer em suas casas. Acredito que o fato de existir um financiamento vinculado ao projeto deixou em evidência quais seriam as consequências concretas daquilo que estava sendo planejando e as fez ponderar sobre quais eram as suas reais prioridades. Pois o projeto, por mais que seja algo que elas passaram a compreender, ainda é uma abstração que não faz parte do cotidiano, enquanto o dinheiro é algo concreto e real que tem uma influência muito forte e direta em suas vidas, ainda mais por ser tão escasso. Acredito que a abordagem da questão financeira em um processo de assessoria técnica para pessoas de baixíssima renda contribui para que o projeto arquitetônico desenvolvido seja mais coerente com as condições reais de execução. Evita-se que aconteça algo comum aos projetos de arquitetura: são feitos de acordo com o que os clientes pedem, todos ficam satisfeitos, mas acabam não construindo da forma projetada.

Após perceberem que os projetos estavam contemplando coisas além das suas prioridades e terem elencado quais essas seriam de fato, elas nitidamente voltaram a ficar animadas e dispostas a darem continuidade ao processo. Voltamos a desenhar, mas dessa vez usamos também um programa de modelagem 3D (*SketchUp*), pois estávamos discutindo alterações que não são bem visualizadas apenas em planta. Até então só havíamos utilizado representações bidimensionais pois havia o receio de que a representação tridimensional pudesse funcionar mais como um mecanismo de sedução do que de visualização do projeto. O que, por um momento, ocorreu, pois elas acharam “lindos” os modelos digitais de suas casas mesmo sem nenhuma reforma, apenas com paredes e piso brancos – o que, no modelo, é apenas a ausência de textura, mas que no mundo real seria a casa rebocada e pintada. Quando expliquei a Ana Paula até comentou “*aí tá vendo, é isso que eu preciso*”. Ainda assim, acredito que, como elas já estavam mais maduras com relação à leitura dos projetos, a utilização do modelo digital foi útil para a compreensão de alterações mais sutis e da ambiência que estávamos criando no espaço, sem desviá-las das questões que estavam sendo discutidas.

8ª Reunião: Acompanhamento 1 (12 de novembro de 2013)

Adriana me ligou dizendo que não iria poder participar dessa reunião, porém decidi mantê-la para não interromper a sequência dos encontros. Entreguei os projetos revisados à Ana Paula e Luciana. Elas os olharam rapidamente, fazendo alguns comentários sobre pequenas coisas que estavam faltando, tal como uma porta para o quintal. Percebi que já lidavam com o projeto como algo corriqueiro, sem mistérios e sem aquele fascínio que tiveram ao verem o desenho técnico pela primeira vez.

Eu havia pedido que fizessem algumas cotações dos materiais que iriam precisar nas obras mas, como não fizeram, sugeri irmos juntas a um depósito. No primeiro em que fomos, vivemos uma situação desagradável. Quando chegamos (junto com as crianças) os atendentes nos olharam 'torto' e, mesmo tentando disfarçar, ficou claro que a nossa presença ali não era desejada. Fiquei constrangida e envergonhada de ver como as pessoas podem ser tão preconceituosas e nem se darem conta disso. Mesmo incomodada, não consegui reagir a essa situação. Já Luciana, no momento em que nos sentamos com um dos atendentes, comentou: *“não gostei da forma como estamos sendo atendidas”*. Essa experiência me pareceu exemplificar diretamente a naturalização da desigualdade social no Brasil, evidenciada por Jessé Souza (2009): as pessoas não percebem que estão contribuindo para a manutenção das diferenças e, do ponto de vista do excluído, é muito difícil enfrentar essas barreiras.

3.4 Mão na massa

Realizamos duas *Oficinas de Construção*, nos dias 26/11/13 e 05/12/13. Levei uma mulher pedreira para ensina-las a executar alvenaria, reboco, instalações hidráulicas e demolições. As participantes ficaram encarregadas de providenciar as ferramentas e os materiais que seriam utilizados na casa de cada uma. Fizemos o reboco numa parede da casa de Adriana e alvenarias e demolições na casa da Ana Paula, conforme o projeto, diminuindo o banheiro e criando um nicho para a cozinha. E para as instalações hidráulicas, fizemos a ligação da descarga do banheiro de Luciana, com a derivação de uma tubulação de água existente na entrada da casa.



FIGURA 17 - Antes e depois da oficina: instalações hidráulicas, casa da Luciana
Fonte: Luciana, setembro de 2013 e Arquivo pessoal da autora, novembro de 2013.

Ao longo das oficinas, as participantes tiveram momentos de desânimo, por perceberem que alguns serviços não são tão simples de executar quanto pensavam. Contudo, disseram que iriam aplicar o que haviam aprendido em suas casas – o que de fato fizeram. Ana Paula nos mostrou com orgulho que ela mesma tinha instalado uma pia em seu banheiro, que até então nunca tinha tido uma. Adriana fez a alteração do acesso para os quartos que queria, para ter mais privacidade (aquela que no começo do trabalho seria feita por um pedreiro, mas que, depois de discutirmos os projetos, ela mesma reformulou), demolindo um vão e executando uma parede. Já Luciana fez as instalações hidráulicas para finalmente ter torneira no seu tanque, algo que desde a primeira reunião havia comentado que a incomodava.



FIGURA 18 - Fotos Oficina de Construção

Fonte: Arquivo pessoal da autora, novembro e dezembro de 2013.

Apesar de elas já terem auxiliado outras pessoas em serviços desse tipo, nunca haviam tentado executar elas mesmas as obras em suas casas, pois esse trabalho é normalmente atribuído a homens. Logo, ficavam sempre na dependência de alguém para ajudá-las. A realização das oficinas trouxe para essas mulheres não apenas o conhecimento sobre alguns serviços de construção, mas a confiança de que poderiam fazê-los sem depender de outra pessoa. Essa percepção do que elas mesmas podem fazer promoveu melhorias concretas em suas casas e de forma muito rápida. Ademais, mesmo em obras futuras, elas terão condições de acompanhar e fiscalizar os serviços de outros que venham a contratar.

3.5 Etapa de acompanhamento

9ª Reunião: Acompanhamento 2 (12 de dezembro de 2013)

Ao chegarmos à casa de Ana Paula tivemos uma surpresa. As alvenarias que fizemos na *Oficina de Construção* tinham o objetivo de criar um nicho para a cozinha, que até então ocupava o mesmo cômodo da sala e, portanto, tinha seus itens espalhados pelo ambiente. Após uma semana, a moradora já tinha feito as adaptações de tomadas necessárias e transferido a cozinha para o nicho que criamos. A sala parecia bem mais ampla, mesmo tendo perdido um espaço para a nova cozinha, pois Ana Paula retirou várias peças de móveis desmontados que ficavam entulhadas num canto da sala. Até uma ilustração que ficava escondida atrás da porta do quarto ganhou uma nova posição de destaque na decoração da sala.

Esse foi o último encontro do ano e as participantes decidiram que as obras começariam em fevereiro de 2014, após a época das chuvas.



FIGURA 19 - Antes: Sala/Cozinha da Ana Paula
Fonte: Ana Paula, setembro de 2013.



FIGURA 20- Depois: Sala e Cozinha da Ana Paula
Fonte: Bruno Figueiredo, dezembro de 2013.

Espera (janeiro a maio de 2014)

No início do ano ocorreu uma inspeção judicial na Ocupação Dandara, como parte do processo de julgamento sobre a questão da posse do terreno. Após essa visita do juiz, houve uma audiência de instrução e julgamento, em que foram ouvidas as testemunhas a favor da Dandara. A próxima – e possivelmente última – audiência estava prevista para os meses seguinte, entre abril e maio, quando seriam ouvidas as testemunhas da construtora proprietária do terreno. Tendo em vista a expectativa de conclusão do processo judicial, as participantes optaram por esperar a audiência para receberem o financiamento e começarem as obras. Combinamos então que até a definição da data da audiência elas continuariam fazendo os depósitos mensais de R\$ 200,00 e nos encontraríamos uma vez por mês.

Nesse tempo, levei os *projetos executivos* de cada uma, plotados em formato A2, com a planta da casa existente, a planta com as modificações hachuradas, duas imagens tridimensionais da casa, uma lista dos serviços que deverão ser executados, a lista de portas e esquadrias e as áreas de piso e parede de cada cômodo para que elas tenham os quantitativos para orçar os materiais. Dessa vez, elas mal olharam o projeto e já o colocaram de lado para continuarmos a conversa. Ficou clara a evolução da relação delas com os desenhos. A cada vez que elas recebiam um projeto revisado, a interação com aquele objeto foi se tornando menos cerimoniosa e mais prática, sem nenhum fascínio. Afinal, ao longo de toda experiência elas já haviam realizado diversas melhorias nas casas mesmo sem o projeto executivo.

Ao final de maio, não tendo ainda nenhuma definição quanto à data da audiência, as participantes resolveram começar as obras mesmo assim. Uma delas apresentou dificuldade em manter o pagamento de R\$ 200,00 e me perguntou se a parcela poderia ser reduzida para R\$ 150,00. Respondi que elas deveriam decidir isso e que poderiam optar por umas continuarem pagando R\$ 200,00, enquanto ela pagaria menos, mas demoraria mais para quitar o financiamento. Elas conversaram e resolveram reduzir a parcela para todas, pois dessa forma seria mais fácil controlar saldos e débitos.

Ana Paula, que desde o início de 2014 está casada e com o pai morando em sua casa, me falou que queria fazer mais um quarto. Na reunião seguinte, levou um desenho, que tinha até testado com o *Kit Mobiliário* antes de apresentar, verificando se os quartos estavam com dimensões suficientes para comportarem uma cama e um armário. Discutimos os prós e contras das alterações que ela estava propondo, mas ela já sabia muito bem o que queria e me pediu apenas que calculasse as áreas para que ela fizesse o orçamento da obra. Isso demonstra que elas já não dependem do arquiteto para planejarem seus espaços, algo que acredito ser um dos efeitos mais positivos dessa experiência.

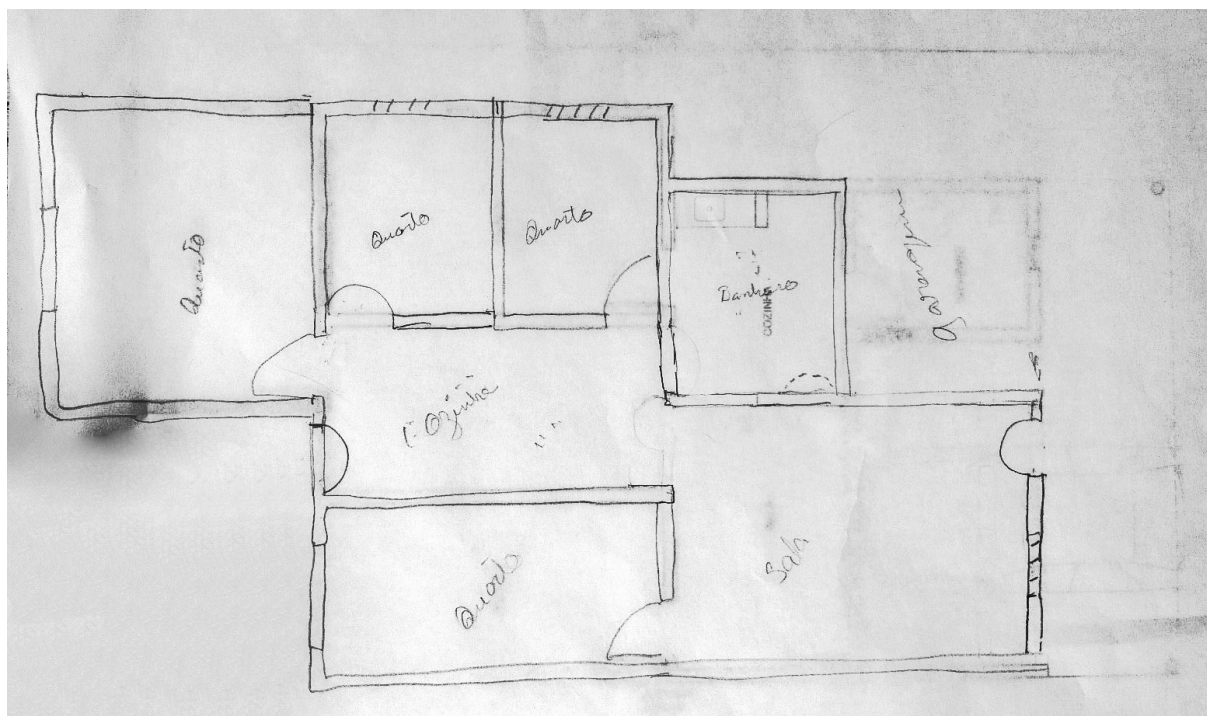


FIGURA 21 - Projeto feito pela participante sobre projeto desenhado por mim

Fonte: Arquivo pessoal da autora, abril de 2014.

10ª Reunião: Acompanhamento 3 (16 de junho de 2014)

Pedi que elas fizessem a lista de materiais que iriam comprar com o dinheiro do financiamento. Juntamos as listas, identificamos os materiais em comum e somamos as quantidades. Pedi que pesquisassem com os conhecidos que trabalham com obras, as lojas mais baratas da região e onde costumam comprar materiais para que eu pudesse fazer os orçamentos. Eu já tinha pedido uma vez que elas fizessem alguns orçamentos e percebi a dificuldade que tiveram em encontrar o tempo necessário para irem às lojas, uma vez que não têm telefone fixo, computador,

acesso à internet, carro, moto ou qualquer outro recurso que permita uma coleta ágil de preços. Portanto, resolvi eu mesma fazer as cotações e no próximo encontro irmos todas às lojas que apresentarem os melhores preços.

11ª Reunião: Acompanhamento 4 (20 de junho de 2014)

Levei os orçamentos que havia feito nas lojas que elas me indicaram e uma planilha (figura 22) com o comparativo de cada proposta, com os valores da compra de cada uma destacados ao final. Tive o receio de elas não compreenderem a planilha e, portanto, não darem muita importância ao assunto. Porém, ao contrário, elas questionaram item por item para entenderem tudo que estava descrito ali, inclusive como era a conta que eu tinha feito para saber quanto que cada uma iria gastar.

Como vimos que alguns depósitos tinham o preço melhor em um item, mas perdia em outro, resolvemos ir a um dos depósitos negociar para que cobrissem os preços que estavam mais caros. Ao fim do dia conseguimos uma proposta para todos os itens da planilha com os melhores preços em todos eles, com exceção dos itens de estrutura para os pilares da Luciana, que iremos comprar em uma loja especializada.

Essa experiência de assessoria técnica ainda está em andamento, com previsão de início das obras em julho de 2014. Até o momento, as participantes conseguiram poupar R\$ 2.284,25 (incluindo os rendimentos da poupança em que o dinheiro está sendo depositado). Combinamos que a compra dos materiais será realizada com os dois mil reais da poupança delas e o restante será financiado por mim. Após a compra, elas continuarão depositando mensalmente a mesma parcela até o pagamento total do empréstimo.

REFORMA DE CASAS - ADRIANA, LUCIANA E ANA PAULA													
MATERIAIS PARA REFORMAS													
Cotação de Preços				PROPOSTAS									
LOCAL :	DANDARA - BH/MG			CERAMICA SANTO ANTONIO			AÇOMIX			DEPÓSITO GRAO DE AREIA			
ITEM	DESCRIÇÃO	U.	QUANT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	U.	QUANT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	U.	QUANT	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	MATERIAIS EM COMUM				3.803,00				0,00				3.514,00
1.1	Areia Lavada Fina 12 MT	ca	2,00	490,00	980,00	mt	12,00	-	-	ca	1,00	880,00	880,00
1.2	Cimento CPIII	sc	50,00	22,00	1.100,00	sc	50,00	-	-	sc	50,00	20,50	1.025,00
1.3	Brita Zero 5 MT	ca	1,00	450,00	450,00	mt	5,00	-	-	ca	1,00	530,00	530,00
1.4	Mangueira elétrica 4 rolos	mt	200,00	0,99	198,00	rl	4,00	-	-	rl	4,00	28,00	112,00
1.5	Caixa PVC 2x4 para tomada	uni	20,00	0,80	16,00	uni	20,00	-	-	uni	20,00	1,50	30,00
1.6	Tomadas	uni	14,00	4,30	60,20	uni	14,00	-	-	uni	14,00	5,00	70,00
1.7	Apagadores com tomada	uni	6,00	7,30	43,80	uni	6,00	-	-	uni	6,00	9,00	54,00
1.8	Cabo 2,5 mm 2 rolos	mt	200,00	0,95	190,00	mt	200,00	-	-	rl	2,00	70,50	141,00
1.9	Quadro Elétrico PVC 6 din	uni	2,00	26,00	52,00	uni	2,00	-	-	uni	2,00	14,50	29,00
1.10	Disjuntor 40A	uni	4,00	14,00	56,00	uni	4,00	-	-	uni	4,00	-	-
1.11	Disjuntor 20A	uni	4,00	9,00	36,00	uni	4,00	-	-	uni	4,00	-	-
1.12	Porta prancheta 70cm	uni	2,00	59,00	118,00	uni	2,00	-	-	uni	2,00	92,00	184,00
1.13	Alizar Angelim 5cm	uni	2,00	25,00	50,00	uni	2,00	-	-	uni	2,00	20,00	40,00
1.14	Marco Angelim	uni	2,00	84,00	168,00	uni	2,00	-	-	uni	2,00	72,00	144,00
1.15	Argamassa AC I p/ 102m² de piso 20kg	sc	30,00	7,90	237,00	sc	-	-	-	sc	30,00	8,50	255,00
1.16	Rejunte p/ 50 m² de piso cerâmico saco 5kg	sc	3,00	16,00	48,00	kg	-	-	-	kg	5,00	4,00	20,00
2	ADRIANA				461,34				0,00				0,00
2.1	Piso cerâmico 45x45	m2	46,60	9,90	461,34	m2	45,00	-	-	m2	45,00	-	-
3	LUCIANA				1.181,50				616,56				1.122,50
3.1	Pilares de 3,50m	uni	12,00	-	-	uni	12,00	48,88	586,56	uni	12,00	-	-
3.2	Frete	gb	1,00	-	-	gb	1,00	30,00	30,00	uni	8,00	-	-
	OU								653,45				
3.1	Barras de 5/16	uni	25,00	24,00	600,00	uni	25,00	19,49	487,25	uni	25,00	24,50	612,50
3.1	Estribos de 7/17 (320 unidades)	uni	320,00	0,55	176,00	cx	1,50	72,80	109,20	uni	320,00	0,50	160,00
3.1	Arame PG7	kg	5,00	7,50	37,50	kg	5,00	5,40	27,00	kg	5,00	8,50	42,50
3.2	Frete	gb	1,00	-	-	gb	1,00	30,00	30,00	uni	8,00	-	-
3.2	Areia lavada grossa	mt	4,00	90,00	360,00	mt	4,00	-	-	mt	4,00	75,00	300,00
3.3	Madeira para forma de 8 pilares				-				-				-
3.4	Pregos para forma 17x21	kg	1,00	8,00	8,00	kg	1,00	6,03	6,03	kg	1,00	7,50	7,50
4	ANA PAULA				1.268,30				692,00				400,00
4.1	Porta sanfonada 70cm	uni	3,00	79,00	237,00	uni	3,00	-	-	uni	3,00	-	-
4.2	Porta sanfonada 60cm	uni	1,00	69,00	69,00	uni	1,00	-	-	uni	1,00	-	-
4.3	Porta para o quintal 80cm	uni	1,00	185,00	185,00	uni	1,00	-	-	uni	1,00	-	-
4.4	Piso de Ardósia 42x42cm ou 40x40	m2	51,00	10,90	555,90	m2	51,00	12,00	612,00	m2	51,00	7,00	357,00
4.4	Frete ardósia (estimado)	gb	1,00	120,00	120,00	gb	1,00	80,00	80,00	gb	1,00	43,00	43,00
4.5	Piso Cerâmico (banheiro)	m2	6,00	9,90	59,40	m2	5,20	-	-	m2	5,20	-	-
4.6	Rejunte para piso de Ardósia 10kg saco 5kg	sc	2,00	21,00	42,00	m2	51,00	-	-	m2	51,00	-	-
TOTAL					6.714,14	1.308,56					5.036,50		
TOTAL ADRIANA					2.000,84	0,00					1.373,33		
TOTAL LUCIANA					2.018,50	616,56					1.994,67		
TOTAL ANA PAULA					2.694,80	692,00					1.660,50		
FORNECEDOR	CERAMICA SANTO ANTONIO			AÇOMIX			DEPÓSITO GRAO DE AREIA						
ENDEREÇO	Av Denise Crsitina Rocha, 1555			Rua da Pedreira, 850			Av Joao Soares, 700						
FONE / FAX	36381522			33086104			33541607						
CONTATO	Cibelle			Thais			Sheila						
CONSIDERAÇÕES	O valor da ardósia é da Pedra Forte (3384-1919). Peça de 42x42 cm			O valor da ardósia é da Marmoraria da Antonio Carlos (3422-1227). Peça de 40x40 cm			O valor da ardósia é da Ardósia Catalão - Carlos (3498-1744) Rua Póvoa de Varzim, 430. Peça de 40x40 cm. Desconto no dinheiro						

FIGURA 22 - Planilha de orçamentos
Fonte: produzido pela autora, 2014.

4 ARQUITETURA NA PERIFERIA

4.1 O papel do arquiteto

A experiência conduzida durante essa pesquisa demonstra uma forma alternativa de atuação do arquiteto pautada pelo compartilhamento de informações, em vez da convencional oferta de um produto – o projeto. Possibilitar que pessoas privadas de todo o tipo de informação acessem um conhecimento normalmente negado a elas permite não apenas que descubram novas opções para a construção do seu espaço, mas também promove um sentimento de autoconfiança que as motiva à realização dos seus desejos. A autoconfiança é, segundo Jessé Souza (2009), umas das disposições fundamentais para que um indivíduo seja bem sucedido na nossa sociedade. Nas classes média e alta, essa autoconfiança costuma ser incorporada desde a tenra idade, mas ela tende a ser rara entre os membros da *ralé estrutural*, pois está diretamente relacionada a ambientes familiares bem estruturados. Em lares seguros e emocionalmente equilibrados, onde os filhos se sentem amados pelos pais, eles passam a ter certeza de que possuem valor em si mesmos e, portanto, estão mais aptos a encararem “derrotas e perdas como fatos transitórios e o enfrentamento de todo tipo de desafio e de dificuldades com confiança e esperança” (Souza, J., 2009, p. 45).

Senti que eu não preciso mais depender dos outros. Que eu mesma dou conta de fazer o que eu quero, entendeu? Então daqui pra frente é bola pra frente, é lutar pra comprar o material, lutar pra conseguir fazer, sem ter medo, porque eu tenho capacidade de fazer. (Adriana, entrevista, 06 de dezembro de 2013).

O sentimento de autoconfiança promovido por essa assessoria técnica, certamente não substitui anos de carência de todos os tipos. No entanto, ela parece ter funcionado como um incentivo para as participantes colocarem em prática algumas ações que possam melhorar as suas vidas. Especialmente por serem mulheres, pois não precisam mais esperar que um homem faça por elas algo que elas mesmas

podem resolver. Um exemplo é o caso de Luciana, que depois das *Oficinas de Construção* resolveu o seu problema de água encanada no tanque, que causava grande incômodo, pois a obrigava a buscar baldes de água na vizinha para lavar as louças e as roupas. Até então, ela não havia se sentido capaz de resolver esse problema e apenas constatava que seu marido estava “*enrolando para fazer o serviço*”. Assim, a assessoria técnica provocou uma transformação nas relações existentes, não apenas com os maridos como também com futuros executores de suas obras. Mais do que o produto, o processo de assessoria em si, em que ocorrem as trocas de informações e o aprendizado, me parece a maior contribuição do profissional nesse contexto.

Nos atendimentos usuais, o arquiteto é encarregado de ‘apresentar soluções’ e possui maior poder de decisão do que o cliente. Sobretudo quando se trata de cliente que não pertencem à elite, o arquiteto acaba assumindo uma posição de superioridade. Mesmo em contextos de empreendimentos habitacionais ditos participativos, o envolvimento dos futuros moradores se limita à anuência daquilo que é previamente proposto pelo corpo técnico (Lopes, et al., 2010). Já a assessoria técnica aqui proposta permite que as participantes tomem as decisões e criem as regras do processo em si. Por exemplo, as *Oficinas de Construção* não haviam sido previstas por mim, mas aconteceram por uma demanda que *elas* apresentaram e foram realizadas mediante a obtenção de materiais e ferramentas que *elas* se dispuseram a organizar. As decisões de projeto também foram de responsabilidade delas, uma vez que apresentei os desenhos das alternativas elaboradas por *elas* anteriormente. Na medida em que as participantes se tornaram donas do processo, adquiriram alguma autonomia e puderam definir a direção dos trabalhos. Esse é um ponto que acredito ter sido fundamental para o bom andamento dessa experiência, pois a responsabilidade quanto aos resultados passou a ser delas, não minha, e portanto, se incumbiam de leva-la adiante da melhor forma possível. Soma-se a isso a utilização de interfaces – meios que permitem que as pessoas inventem os seus espaços na medida que os constroem e os utilizam sem a necessidade de um mediador (Baltazar, 2009) – como o *Kit Levantamento* e o *Kit Mobiliário*, que possibilitaram o desenvolvimento de novas habilidades e a compreensão dos seus espaços pelas participantes.

Durante a experiência conduzida nessa pesquisa houve um momento de reflexão em que as participantes repensaram os seus projetos. Muitas casas autoproduzidas estão sem reboco, pintura ou acabamentos e apresentam problemas de instalações hidráulicas ou elétricas, apesar de estarem sempre em obras. Até esse momento reflexivo, as participantes de fato estavam elaborando projetos que priorizavam a ampliação da casa em vez de abordarem esses itens. No entanto, depois voltaram a analisar suas prioridades e optaram por resolver tais situações antes de expandirem novamente as casas. A partir de então me dei conta de que as pessoas não ‘preferem’ manter as casas sem acabamentos e aumentá-las, mas que isso costuma ocorrer por uma dificuldade de planejamento de médio ou longo prazo e pelas razões estruturais discutidas acima. A experiência da assessoria arquitetônica provocou uma alteração nesse aspecto.

Poderíamos comparar a atuação do arquiteto aqui proposta ao papel de um *facilitador*. O termo, mais utilizado no contexto empresarial, designa o responsável por gerenciar grupos de trabalho e desenvolver o potencial de seus membros, com a finalidade de gerar ideias inovadoras e aumentar a produtividade da empresa. Já em processos de desenvolvimento social, Raniere Sousa (2006, p.1) descreve que “ao facilitador [...] cabe a tarefa de compreender os sentimentos do grupo com o qual trabalha, aceitá-los e construir a partir deles”, sem, no entanto, “tomar para si a responsabilidade da resposta, da solução”. Segundo o autor, a potencialização dos sentimentos e desejos do grupo deve ser promovida pelo facilitador como um meio de propulsionar ações concretas de transformação social.

Reconheço que o alcance do procedimento proposto se limita a um grupo específico de pessoas e está vinculado a uma situação também específica. Em primeiro lugar, porque uma única experiência com um número reduzido de participantes não permite generalizações, nem mesmo em se tratando de outros grupos em situações socioespaciais similares. Em segundo lugar, porque se trata de uma assessoria para grupos de baixíssima renda, cuja carência de informações e de *capital cultural* não vale igualmente para outras classes sociais. E em terceiro lugar, porque a assessoria foi especificamente centrada na questão da moradia. Acredito que em projetos para outras finalidades as pessoas dificilmente se dedicariam tanto quanto se dedicam à melhoria da sua própria casa.

Por outro lado, um ponto chave dessa forma de assessoria é que ela se baseia no trabalho coletivo, ainda que o engajamento das participantes no grupo seja motivado pela obtenção de um bem individual (a moradia). Historicamente, é evidente que uma transformação social pelos oprimidos só é possível mediante ações coletivas. O fomento do trabalho coletivo em prol de um ganho pessoal se apresenta como um mecanismo poderoso de mobilização, que poderia ser explorado também de outras formas, ampliando as possibilidades de aplicação do procedimento aqui proposto. Além disso, o papel do arquiteto proposto por essa pesquisa vai além da melhoria do espaço físico da casa, pois possibilita o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades, sobretudo o hábito do planejamento, que podem ser úteis em outros campos da vida das pessoas assessoradas.

4.2 O projeto como ferramenta

Trabalhando por cinco anos em canteiros de obras de edifícios comerciais de grande porte, sempre percebi o projeto como um manual de regras, um documento que deve ser seguido à risca, uma ordem de serviço, como diz Sérgio Ferro. Essa é a função que geralmente atribuímos ao projeto de arquitetura, ainda que em pequenos empreendimentos, não contratados a preço global¹⁶, eventuais alterações não sejam tão mal vistas quanto em grandes obras, onde acarretam aditivos contratuais afetando diretamente os custos e a viabilidade do empreendimento. De todo modo, nos dois casos existe uma separação clara tanto entre as etapas – projeto, obra e uso – quanto entre os papéis – arquiteto, construtor e usuário ou morador. Em contrapartida, o processo de que participei durante a pesquisa para esta dissertação rompe todas essas separações, seja entre criação, construção e uso, seja entre criador, construtor e usuário.

Percebi que o fato de as mulheres estarem vendo o ambiente de sua vivência cotidiana se modificar concretamente tinha um impacto maior nas suas decisões do que a leitura de uma planta. O projeto não deixou de ser um guia para os serviços a executar, mas deixou de ser a única referência para a configuração daquele espaço. Ele se tornou um entre outros elementos daquele processo de decisões arquitetônicas, perdendo toda a 'pompa' ou importância simbólica que estamos acostumados a atribuir aos trabalhos desenvolvidos nos escritórios de arquitetura. Não se tratava mais de um projeto completo e acabado, mas de representações dinâmicas e mutáveis das possibilidades de alteração daqueles espaços. Isso quase que automaticamente levou a representações mais simples, não por falta de detalhamento, mas por facilidade de leitura e alteração. O projeto ali deveria informar, não seduzir, nem comandar. Por isso também não teria sentido passar

¹⁶ Uma contratação a *preço global* é quando todos os custos referentes a materiais e mão de obra estão inclusos no contrato, caso a construtora esqueça de orçar algum item ou estime um valor inferior ao valor real, ela deve arcar com o ônus. Portanto, essa modalidade de contratação é mais comum quando se trata de construtoras que possuem estrutura e know-how suficientes para a elaboração de um orçamento completo da obra.

pelas etapas convencionais de estudo preliminar, anteprojeto e projeto executivo. Tudo isso diminui o tempo de elaboração dos documentos de projeto pelos arquitetos e, no caso de uma ampliação desse procedimento para trabalhos profissionais, poderia reduzir o seu custo.

Por outro lado, o projeto cumpriu uma função no processo dessa assessoria às mulheres da Ocupação Dandara que não costuma ter para clientes e usuários, mas apenas para os próprios arquitetos: o de ferramenta no desenvolvimento da capacidade de compreender espaços existentes e imaginar espaços novos. Ou seja, o principal resultado do processo de assessoria não foi um conjunto de desenhos, mas o aprendizado durante a sua elaboração.

Esse negócio de desenhar mudou muito. De desenhar a casa. Por quê? Eu via minha casa de outro jeito. Quando eu fiz esses dois cômodos aqui, eu arrependi até ter feito. Porque eu não via projeto de casa nele. Os outros ainda passava '*Uai Adriana, cê tá construindo dois cômodos separados da sua casa?*' E com o desenho na... Ali, no papel, eu pude ver onde eu podia colocar uma porta, mudar tudo, aí formei, tipo a casa mesmo. Aí dá pra ver que é uma casa. Que não parecia que era uma casa. Parecia que era uma gaiolinha assim, esquisita que tava por aí. (Adriana, entrevista, 06 de dezembro de 2013).

Que a gente fazendo o projeto, a gente tem outra visão da casa da gente, né? [...] Porque a gente achava que, como a gente não conhecia, a gente não sabia fazer projeto, quando a gente começou a ter outra visão da casa da gente, a gente viu que as coisas não eram assim, um bicho de sete cabeças. Que a gente mesmo, se a gente quisesse, a gente poderia mudar nossa casa sim. Do jeito que a gente queria. Erguer as mangas né? E vão trabalhar. Ficou mais fácil pra gente poder entender... Como a gente poderia mudar as coisas pra melhor pra gente. (Ana Paula, entrevista, 06 de dezembro de 2013).

Sabe, eu acho que o mais difícil, assim, foi ter essa noção de espaço, o que eu posso fazer naquele espaço. [...] Porque aí era difícil pra eu entender assim, *'nossa, eu tenho esse espaço aqui, eu preciso de três quartos, preciso de um banheiro e preciso de uma cozinha. E aí eu tenho que fazer caber tudo nesse espaço. Como que eu vou usar esse espaço?'* (Luciana, entrevista, 06 de dezembro de 2013).

Envolver as participantes na elaboração dos seus projetos contribuiu para que elas mesmas fizessem a ligação entre o que desejavam e como esses desejos poderiam ser alcançados, pois partiu de uma experiência que elas estavam vivendo, de tentar representar aquilo que queriam, e não apenas de receberem um projeto e ouvirem as explicações vindas de outra pessoa.

A própria relação do arquiteto com o projeto se mostrou bastante diferente nessa experiência. Pela primeira vez não me vi apegada ao desenho como se o projeto fosse meu. É comum que o arquiteto se sinta lesado de alguma forma quando um cliente diz que vai mudar algumas coisas no 'seu projeto'. Já aconteceu comigo. Mas, dessa vez, ao propor que as participantes desenhassem os seus projetos previamente, saí da posição de autora. Os desenhos que elaborei foram todos baseados em algo que elas já haviam apresentado. Esse distanciamento afetivo em relação ao projeto é algo que entendo como positivo, pois, afinal, é o cliente que vai se relacionar diariamente com aquele ambiente que será construído. Além disso, dessa forma também se evita qualquer primazia do gosto do arquiteto, característico de sua posição de classe e de sua formação especializada.

4.3 Revoluções práticas

O trabalho em grupo apresentou diversos benefícios. Um deles foi a já mencionada redução do tempo de trabalho profissional que, numa prática mais ampla, poderia significar uma assessoria a mais pessoas por um custo menor. O fato de as participantes terem feito os levantamentos arquitetônicos de suas casas, por exemplo, resumiu um trabalho profissional de três dias a uma manhã. Mas, mais importante do que isso foi a colaboração que se desenvolveu entre as participantes. Elas ensinaram umas às outras, emprestaram materiais e ferramentas, discutiram os projetos de cada casa e sugeriram alterações. Como observa Luciana:

Mas o legal que assim, toda hora que a gente se esbarra na rua, a gente já começa a falar do projeto. Às vezes uma coisa tão simples que eu não tinha conseguido enxergar na minha casa, que ficaria melhor, e aí as meninas chegava e falava '*mas porque que você não faz assim?*'. Aí o negócio mudava totalmente de figura, porque aquela mudança ali era menor, entendeu? [...] mudava o projeto, diminuía a quantidade de trabalho, com a interferência das outras. Porque a gente também, quem tá de fora consegue ver melhor as coisas, né? E a gente as vezes fica muito fechado naquela ideia fixa ali. (Luciana, entrevista, 06 de dezembro de 2013.)

O trabalho em grupo também ampliou os laços entre as mulheres. Observei ao longo do processo como elas se sentiam mais seguras no grupo e motivadas a corresponder às expectativas da companheiras ou a não decepcioná-las. Entendo que seria muito mais difícil uma pessoa (não habituada a qualquer planejamento) se comprometer, sozinha, a fazer os exercícios e levá-los nas reuniões ou a fazer os depósitos regularmente. No grupo, cada uma queria se mostrar competente e digna da confiança das outras. Criou-se uma relação de cobrança mútua, mesmo que nunca explicitada. O desenvolvimento desse laço me parece determinante para esse tipo de assessoria, pois faz com que as decisões tomadas pelo grupo sejam levadas a sério sem a necessidade de qualquer instância externa de legitimação.

Outro aspecto em que o processo diferiu fundamentalmente dos processos habituais dos arquitetos foi o fato de eu ter ido 'buscar' a demanda, em vez de esperar que ela batesse à porta do meu escritório. Na prática mais usual, os clientes procuram os arquitetos, geralmente a partir de indicações no interior de uma rede social comum. A busca explícita e direta de clientes não é bem vista nessa lógica. Já na assessoria às mulheres da Dandara, não apenas todos os encontros foram realizados na própria ocupação, como também a formação do grupo só foi possível depois de muita insistência e várias visitas ao local. Tratava-se de um grupo que não estava previamente organizado e não teria se formado sem essa ação externa.

Relaciona-se a essa busca direta da demanda também o fato de que todo o processo foi realizado no local e no ambiente de tal demanda. Não creio que as mulheres teriam participado se fossem obrigadas a se deslocar para o escritório de um arquiteto. Notei que todas as vezes em que tinham algum compromisso em outras partes da cidade, o seu dia inteiro ficava comprometido. Com a deficiência e o alto preço do transporte público, é incoerente esperar que os moradores das periferias participem sistematicamente de eventos em outros locais, sejam relacionados a uma assessoria técnica, sejam outros eventos quaisquer (como, por exemplo, as reuniões no âmbito das políticas ditas participativas). A dificuldade de locomoção é um obstáculo concreto. Soma-se a ele uma questão colocada por Muhammad Yunus acerca da sua experiência com o Grameen Bank: ambientes como os de agências bancárias (e escritórios de arquitetura ou laboratórios universitários) intimidam as pessoas que não estão habituadas a eles. Por isso, os funcionários do Grameen vão até os beneficiários de seus financiamentos, não esperam que eles venham até as suas agências. Portanto, essa inversão de perspectiva sugerida por Yunus – em vez de o cliente vir até você, você ir até o cliente – me parece uma boa estratégia para assessorar pessoas de baixíssima renda.

5 CONCLUSÃO

A experiência empírica realizada durante a pesquisa revelou alguns resultados surpreendentes, dentre eles, o fato das participantes terem realizado melhorias em suas casas antes mesmo do final do processo ou de terem sequer recebido o financiamento. Além disso, mesmo sem nenhum contato prévio com o conhecimento técnico necessário para o desenvolvimento de projetos, elas tiveram certa facilidade em compreender tais informações e aplicá-las. O trabalho realizado com esse pequeno grupo, aponta a assessoria técnica a grupos de mulheres sem o intermédio de movimentos sociais organizados ou instituições, como um caminho para a ampliação da atuação de arquitetos junto às pessoas de baixíssima renda. Uma pesquisa mais ampla, com mais grupos, poderia ser conduzida para que esses resultados venham a ser confirmados e o método seja aprimorado visando sua utilização no cotidiano profissional. Mantendo-se a escala dos grupos, com três a no máximo cinco participantes, pois essa característica permite que as envolvidas se relacionem com mais proximidade e os laços de confiança se desenvolvam. Tal pesquisa poderia ser conduzida dentro da universidade, dando continuidade aos trabalhos já desenvolvidos pelo grupo MOM ou fora dela, através do desenvolvimento do que Yunus chama de “*negócio social*”, voltado para a melhoria habitacional. Seria necessária a captação de uma verba inicial para o financiamento do primeiro grupo e para o pagamento dos honorários do arquiteto e, na medida em que as pessoas fossem pagando as parcelas, seria possível reaplicar o montante em novos grupos. Atualmente existem empresas que são especializadas em apoiar o desenvolvimento de negócios sociais, tais como as internacionais *Ashoka*¹⁷ e *Nesst*¹⁸ ou a brasileira *Artemisia*¹⁹. A replicação do procedimento proposto por essa pesquisa possibilitaria ainda a sua sistematização, algo que não foi possível até o momento.

¹⁷ Disponível em: <<http://www.ashoka.org.br/>>. Acesso em 20 jun. 2014.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.nesst.org/brasil/>>. Acesso em 20 jun. 2014.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.artemisia.org.br/Default.aspx>>. Acesso em 20 jun. 2014.

Outro desdobramento da aplicação da assessoria técnica desenvolvida nessa pesquisa em novos grupos seria a vinculação da implantação de sistemas alternativos de aquecimento de água e de tratamento de esgoto à reforma das casas, por meio de parcerias com outros grupos de pesquisa ou com instituições sem fins lucrativos. Durante a experiência constatei que existe uma carência generalizada pelos serviços básicos de fornecimento de água e luz nas moradias da Ocupação Dandara, algo que acredito ser comum a outras regiões pobres da cidade. O país vive um momento em que o fornecimento de energia elétrica está sobrecarregado e cada vez mais caro, sobretudo em função da crescente demanda²⁰. Além disso, é comum nas moradias da periferia que as casas sejam abastecidas com instalações ilegais, que nem sempre funcionam bem. No caso da Dandara, por exemplo, onde a rede energia elétrica foi toda construída pelos moradores, a falta de luz é constante. Sendo o chuveiro elétrico uma das principais fontes de consumo de energia em uma residência, a instalação de um aquecimento solar de baixo custo seria uma solução adequada para ambos os casos – daqueles que pagam caro pela energia elétrica e daqueles que não são abastecidos pela rede pública. Atualmente, a empresa *Geraso*²¹ oferece cursos de montagem do sistema de aquecimento solar de baixo custo (ASBC), em parceria com a UFMG, e comercializam as peças do sistema, que também pode ser montado utilizando materiais de linha disponíveis no mercado.

No caso do esgotamento, é também recorrente que as moradias da periferia não possuam ligação com a rede pública. Os moradores em geral optam por utilizar fossas, no caso do esgoto proveniente dos vasos sanitário, e o restante do esgoto acaba sendo jogado a céu aberto, o que provoca além do mau cheiro, a propagação de doenças, sobretudo nas crianças. Formas alternativas de tratamento de esgoto, como o *TEVAP*²² (tanque de evapotranspiração) e o círculo de bananeiras²³, vem

²⁰ <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/preco-da-energia-dispara-e-quem-vai-pagar-a-conta-e-consumidor>>. Acesso em 02 jul. 2014.

²¹ Disponível em: <<http://gerasolbh.com.br/>>. Acesso em 23 abr. 2014.

²² Sistema de tratamento de esgoto que consiste em um tanque preenchido por diferentes camadas de substrato para a filtragem do efluente, em que por cima se planta vegetais de crescimento rápido e de alta demanda por água, para a absorção do líquido filtrado. (Galbiati, A. F., 2009).

sendo implantadas em algumas ocupações urbanas em Belo Horizonte por grupos de pesquisa da UFMG. Apesar de essas experiências apresentarem alguns problemas decorrentes da falta de compreensão por parte dos moradores sobre o funcionamento do sistema como um todo – ao tentarem reproduzir o protótipo, acabam cometendo erros que inviabilizam o funcionamento do sistema, tal como a construção de tanques totalmente estanques similares a uma fossa – a utilização desses sistemas nesses contextos se mostra viável.

Por fim, acredito que nós arquitetos podemos ampliar a nossa contribuição para a sociedade em geral, afinal, nossos usuais clientes não representam nem metade da população do Brasil atualmente. Para tanto, é importante a crítica, tanto da nossa prática, quanto das relações sociais (injustas) que nos cercam.

²³ Técnica para tratamento de esgoto cinza que “consiste em uma vala preenchida com britas e coberta com solo, ao redor da qual são plantadas bananeiras e outras plantas”. (Galbiati, A. F., 2009, p. 30)

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, A. P. *Cyberarchitecture: the virtualization of architecture beyond representation towards interactivity*. Tese de doutorado em Arquitetura e Ambientes Virtuais, defendida na Bartlett School of Architecture, University College London, em março de 2009.

BANHAM, R., *A black box: the secret profession of architecture*, in: *A critic writes: essays by Reyner Banham*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1999, p. 292–299.

_____. Por uma arquitetura virtual. *A&U - Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 131, p. 57-60, 2005.

BOURDIEU, P. *A Distinção - Crítica social do julgamento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *The Forms of Capital*. In J. G. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood Press, 1986, p. 241-258.

BRASIL, *Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais de política urbana*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2001.

FERRO, Sérgio. *Aula 1: Um pouco de teoria e Renascimento em Arquitetura*. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal//home.jsp?tipo=0& EntityIdentifier=uspoCVjrMVBG7X8yrtE0leP09JbFqlfELVrm9S_Y_BgVZE>. Acesso em: 03 jan. 2013.

_____. “*Arquitetura experimental*”. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. Organização de Pedro Fiori Arantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 37-46.

_____. “*Arquitetura nova*”. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. Organização de Pedro Fiori Arantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 47-60.

_____. *O canteiro e o desenho*. In: FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. Organização de Pedro Fiori Arantes. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 105-202.

FREIRE, P. (1970) *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Centro de Estatística e Informações / Brasil, Ministérios das Cidades. *Déficit habitacional municipal no Brasil 2010*. Belo Horizonte, 2013.

GALBIATI, A. F. *Tratamento domiciliar de águas negras através de tanque de evapotranspiração*. 2009. Dissertação (Mestrado em Tecnologias Ambientais) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, 2009.

HARVEY, D. *The Enigma of Capital*. New York: OXFORD University Press, 2010.

KAPP, S.; et al. *Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação*. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade". Florianópolis: UFSC, 2012.

KAPP, S.; NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, A. P. "*Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema*". In: *Projetar*, 2009, São Paulo. Projeto como investigação: Antologia. São Paulo: Altermarket, 2009.

KAPP, S.; LINO, S. F. *Na cozinha dos modernos*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.15, n.16, 2008, p. 11-28.

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P.; VELLOSO, R. C. L.. *Morar de Outras Maneiras: Pontos de Partida para uma Investigação da Produção Habitacional*. Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 4, p. 34-42, 2006.

KAPP, S.; *Autonomia Heteronomia Arquitetura*. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, 2004, p. 95-105.

LOPES, J. M. A. *Sobre Arquitetos e Sem-Tetos – técnica e arquitetura como prática política*. Tese de livre-docência no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LOPES, J. M. A.; BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. *Por partes: o novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. Silacc 03 - Simpósio Ibero-Americano de Cidade e Cultura: novas espacialidades e territorialidades urbanas, São Carlos: EESC-USP, n.3, p.1-25, 2010.

NOGUEIRA, P. S. *Discutindo a lógica da autoprodução de moradias*. Revista Oculum Ensaios, Campinas, v. 10, n. 1, 2013, p. 57-72. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/1927>>. Acesso em 29/04/2014.

NOGUEIRA, P. S.; *Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência do arquiteto da família*. 2010. 186f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2010.

SOUSA, R. P. *O papel do facilitador em processos de desenvolvimento social*. Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, 15 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.fonte.org.br/node/150>>. Acesso em: 08 abril. 2014.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: a nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. *A Ralé Brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

STEVENS, G.; *O Círculo Privilegiado: Fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: UNB, 2003.

von FOERSTER, H.; *Ethics and Second-Order Cybernetics*, discurso de abertura para a Conferência Internacional "Systemes, ethiques: Perspectives en therapie familiale". Paris, 04 de outubro de 1990. (Reproduzido em *Understanding Understanding: Essays on Cybernetics and Cognition*, Nova York: Spring-Verlag, 2003, p. 287-304).

YUNUS, M. (1997). *O Banqueiro dos Pobres*. São Paulo: Editora Ática, 2008.

YUNUS, M. *Criando um Negócio Social: Como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

APÊNDICE

ENTREVISTAS

Transcrição das conversas individuais

Depoimentos de Adriana, Ana Paula e Luciana

Data da entrevista

06/12/2013

Entrevistador

Bruno Figueiredo

Data da transcrição

Março e abril de 2014

Responsáveis pela transcrição

Mariana Barros

Carina Guedes

Bruno: *Me fala um pouco sobre você, seu nome, sua idade, qual a atividade que você faz, quantos filhos você tem?*

Adriana: Me chamo Adriana, tenho 37 anos. Tô aqui no Dandara desde o primeiro dia. Tenho três filhos. Sou uma pessoa que... Agora tô mexendo com faxina, porque eu não posso trabalhar fichada por causa do Lucas. Sou uma pessoa que tento ajudar todo mundo e sempre tomo ferro, por causa de, assim, a gente ajuda e nunca é recompensado por isso. Tenho três filhos maravilhosos, tenho minha mãe... É isso aí. Gosto, não tenho preguiça pra trabalhar, trabalho com qualquer coisa, não tenho profissão certa, o que falar comigo eu tô indo, o básico.

Ana Paula: Meu nome é Ana Paula, tenho 33 anos, tenho três filhos. E... atualmente eu não trabalho, num faço nada não né [riso]. Eu trabalho de cozinheira, só que eu estou desempregada no momento, por causa da Duda, minha filha que tem 8 meses.

Luciana: Meu nome é Luciana, tenho 28 anos, se eu não tiver enganada, porque eu erro a minha idade. Tenho três filhos, sou casada há um ano, mas eu moro junto com o pai dos meus filhos já tem dois anos. Tenho três filhos: Ana Alice de 8, Lorena que tem 5 anos e o

Tálisson Hugo que tem 1 ano e 9 meses.

B: *Onde você morava antes de vir para o Dandara?*

A: Pois é, eu fiquei sabendo que eu tava grávida do Lucas, com 4 meses eu comecei a ter as dores já de parar de andar, pra mim ficar na cama. Aí eu morava em Ribeirão das Neves de aluguel. Como meu pai tava vendo que eu tava naquele sofrimento de médico todos os dias e não tinha ninguém pra me levar pro médico, eu tinha sempre que ir de carro, eu vim pra casa do meu pai no São Francisco, aqui do lado do Dandara. Morava na casa dele nos fundos de favor, aí foi no dia que eu vi o pessoal do Dandara chegando, que eu levei um susto, eu falei “*Meu deus do céu tem um monte de cigano invadindo aquele campo ali em cima*”. Aí que o Joviano foi chamando as pessoas pra vim. Aí foi assim que eu vim. Mas eu vim de aluguel, depois pra casa do meu pai, depois pro Dandara. [**B:** *Então você ficou sabendo do Dandara por coincidência?*] Foi, porque o pessoal saindo de manhã, cinco e meia da manhã, eu fui fechar o portão, porque meu irmão tava saindo, eu fui fechar o portão, no que eu olhei pra cima aquele tanto de barraquinha preta, ônibus chegando, eu falei “*Gente que povo chique, tem até ônibus!*” Aí foi que coincidiu. Aí o Joviano falou, eu falei “*Uai gente, tô precisando, tô na casa dos outros, vamo usar*”. Eu tava grávida do Gilvander, meu segundo neném. Aí eu enfrentei e vim. Ai, mas assim, eu sinto saudade daquela época do Dandara, era melhor do que agora, as pessoas eram mais unidas, tinha mais amor ao próximo sabe. Agora o povo é meio distanciado, a gente quase não conhece ninguém. Antigamente não, a gente tinha assembleia geral, cê conhecia todo mundo né. Aí foi assim que eu vim pro Dandara [risos].

AP: Eu morava no Piratininga, aí eu era casada... E morava é de favor no lote da minha ex sogra. Aí eu separei, e fiquei sabendo que tinha uma ocupação e minha irmã e meu irmão tavam aqui. Aí eu fui e resolvi vir aqui nas reuniões e consegui um lote pra mim. E acabei assim, separando mesmo né do meu ex marido e vim pra cá. Eu comecei a participar de umas reuniões, porque é... Antes aqui no começo do Dandara, tinha... Toda quarta feira tinha reunião de coordenação, que tinha umas pessoas que ficou designada pra poder coordenar um certo número de famílias, porque o Dandara é muito grande, então uma pessoa só não teria condições de cuidar do Dandara. Aí quem tava precisando de lote pra morar e tal, vinha pra essa reunião. Aí se saísse algum lote eles passavam pra quem tivesse precisando. Eu fiquei uns dois meses participando das reuniões e... Consegui meu lote, que era ali embaixo, ali na Milton Santos. Aí eu construí lá, cavei buraco sabe? [riso] Fiquei com a mão cheia de calo, até quase sangrando e tudo, lutei muito. E construí lá. Só que aí ficava

muito longe, porque a minha irmã morava aqui. Ficava muito longe pros meninos ficar lá sozinho, porque eu trabalhava né e tal. Aí a moça que morava aqui queria tocar. Eu fui e troquei com ela, pau a pau assim né. E vim pra cá, aqui só era um cômodo e tal. A gente ficou num apertinho durante muito tempo. Aí depois eu fiquei grávida da Duda... E tive que aumentar a casa, se não não ia caber todo mundo [riso]... Foi isso.

L: Antes de vir pra comunidade Dandara eu morava no bairro Novo Aarão Reis, que também foi uma ocupação lá em 1994 eu acho. Era uma fazenda improdutivo. Só que aí na negociação lá, o dono da fazenda mesmo, ele cedeu o terreno, num teve processo nem nada, cedeu o terreno pro loteamento, lá pras casas. Quando a gente foi morar nessa ocupação que hoje é o bairro Novo Aarão Reis, eu tinha uns 6, 7 anos de idade, então assim, eu não lembro muita coisa. A organização de lá era totalmente diferente da organização da Dandara. Era uma ocupação menor, não sei dizer quantas pessoas que eram na época, mas assim, lá ficou uns cinco anos em barraca de lona pra depois começar a construção, porque a condição financeira também da época era outra. O pessoal morou muito tempo na escadaria da Igreja São José. Não tinha os gatos de água nem de luz. A luz lá era com vela e lampião. E a água era caminhão pipa que levava. É isso que eu me lembro.

B: *Como que foi a construção da sua casa aqui no Dandara?*

A: Nesse processo que o Joviano me chamou, aí eu fui tentando capinar um pedacinho, nós fizemos barraca de lona, depois eu fiz de madeira e depois eu fiz o de alvenaria, mas tudo com ajuda dos outros. A barraca de madeira meu ex-marido me ajudou, né e... Nós já tava separado mas ele teve esse processo de me ajudar. E a alvenaria foi um amigo meu que me ajudou. Eu comprei os material e ele não cobrou nada dos dois cômodos que ele fez pra mim. E esse aqui eu paguei, esses dois cômodos de cá. Mas os de lá assim, pra mim sair da barraca de lona e entrar pra casa foi ajuda dos outro. Porque, é igual eu tô te falando, que antigamente tinha mais é, sabe aquela coisa com o próximo, aquela solidariedade, agora já não tem né. Mas teve um processo, barraca de lona, barraca de madeira e alvenaria. Fora que o vento levou meu telhado todinho da barraca de madeira. Nó, sofremos. Até que foi bom que andou mais rápido sabe, a gente teve mais rápido pra fazer o cômodo de alvenaria. Mas teve esses três processos, barraca de lona, de madeira e alvenaria. [**B:** *Como que foi, vocês planejam, como que foi pra construir, como que vocês pensaram a construção da alvenaria?*] Uai, vendo aquela situação né, eu com menino pequeno, o Lucas né com aquela dificuldade que eu tinha com ele de médico e essas

coisas. Aí um colega meu que morava aqui atrás falou assim “oh Adriana, compra o material, que eu te ajudo”. Aí foi nesse processo de ajuda mesmo. Como eu não tinha condições de pagar pedreiro e nem servente, eu fui a servente, e ele sempre fazia, ele final de semana ele vinha fazer pra mim, foi nesse trem. Mas planejar assim quarto, sala, cozinha, não, nós falamos assim, vamos fazer dois cômodos, um proê ficar de quarto proê e os meninos e sala e cozinha que é, são os dois cômodos. Não teve assim eu fazer sala, cozinha e quarto, uma que eu não tinha condições né.

AP: Na de baixo, como eu tava me separando, aí eu fui e falei com o meu ex-marido que era pra ele poder me ajudar porque eu não tinha condições nenhuma. Aí ele foi e tirou os materiais pra mim a prestação, e eu pagava ele, lógico né, que ex-marido é.. Só deus! Só que aí ele vinha e me ajudava a levantar parede, meu irmão também ajudou. Praticamente eu e o Christian que trabalhamos mais né. Aí a gente cavou as valas pra poder fazer o alicerce, e... Viramos o concreto mesmo, com massa nas costas, vamos que vamos, aí construímos lá. Só que aí depois eu fui e troquei. Aí eu fiquei grávida da Duda e... Tive que correr atrás né de aumentar, porque aqui era só um cômodo e um banheiro. Aí eu fui, tava trabalhando, fui e comecei a trabalhar em outro serviço, trabalhava de dia, aí chegava em casa por volta de duas e meia, três horas, vinha aqui olhava como que os menino tava e ia pro outro serviço. Minha irmã me ajudava muito né, que ela ficava olhando os menino pra mim. Aí trabalhava, chegava era umas três horas da manhã mais ou menos, dormia até as seis, levantava e ia pro outro serviço. E foi indo, pra mim conseguir até um dinheiro pra mim poder comprar mais material pra poder construir. Aí eu consegui comprar os materiais e o meu cunhado levantou as paredes pra mim... E tá ainda na alvenaria né, que não deu pra terminar ainda direito.

L: Eu fiquei sabendo que ia ter essa ocupação aqui, nesse lote aqui do Céu Azul, na época eu tava morando no Novo Aarão Reis. E tinha as reuniões lá no bairro pro pessoal que tava morando de aluguel, como lá tem muitas casas em área de risco, porque em volta do bairro tem o córrego do Onça que passa lá. E aí, eu acho que foi um dos lugares que o pessoal do MST e das Brigadas escolheu pra poder fazer as reuniões justamente por esse motivo de ter muita gente na área de risco. Aí eu fiquei sabendo por essas reuniões. Só que na época eu tava grávida da minha menina do meio, que é a Lorena, e eu fiquei com medo de vim no dia que eles tavam ocupando aqui. Aí quando foi, isso foi em abril né, a ocupação, quando foi em dezembro eu vim pra cá. Aí eu já tinha ganhado a Lorena, ela tava com três meses. Antes de dezembro eu comecei a participar das reuniões. Participei de algumas assembleias, aí tinha uma lista de espera... E aí depois dessa lista eu consegui vir pro meu lote.

B: *Você alguma vez já participou de algum programa de habitação, tipo Minha Casa Minha Vida, essas coisas assim?*

A: Não. Uma porque quando saiu esse negócio do Minha Casa Minha Vida, tinha que ter um salário né, acho que um negócio assim, e eu não tinha aquela condição, não tinha um salário na carteira pra mostrar que eu tinha condições de pagar. Uma que eu também não acredito. Minha Casa Minha Vida eu não acredito. Tem muitos lugares que pode tá até acontecendo, mas acho que é muito raro. Porque muitas coisas do governo é mais é só pra... Fachada. Eu não acredito que todo mundo que cadastra no Minha Casa Minha Vida tem condições de receber a casa. Eu acho que é mais é fachada, sabe, não tem aquela coisa assim que todo mundo vai é... Negoçar. Eu não conheço ninguém que saiu nesse negócio! E olha que meu irmão participou, não foi sorteado, um monte de gente fez e não conseguiu. Então por isso que eu não acredito muito não... Num dá pra acreditar muito não.

AP: Já, inclusive eu tô cadastrada no Minha Casa Minha Vida. Desde a primeira vez, que... Teve a primeira vez que a gente cadastrou. Só que eu era casada ainda, aí ficou a minha inscrição, só que assim, não deu em nada. Só que teve uns três meses pra cá, aí eles pediram pra recadastrar, aí eu recadastrei, só que agora, até agora também, nada né. Porque, sei lá, não sei se não funciona, ou funciona só pra quem tem mais dinheiro né, num sei.

L: Eu não sei como que é participar de um programa de habitação né, porque, eu fiz a inscrição, agora procê participar cê tem que ser chamado pra alguma coisa né! [riso] Há uns sete anos atrás eu fiz a inscrição no programa Minha Casa Minha Vida, tinha um número de protocolo, mas não faço a mínima ideia de onde que foi parar porque [riso], são sete anos né. Mudamos, moramo em beira de rio, morando em tudo que é canto, então não tem como cê guardar. Mas também nunca tive retorno de nada. Então, a opção que teve foi vir morar na ocupação mesmo. Eu pra mim, isso era até mentira. Quando eu fiz a inscrição, tinha uma opção pela internet e tinha a opção por telefone. E aí eu trabalhava na época como operadora de telemarketing e aí eu peguei e fui fazer por telefone. E aí anotei o número do protocolo e tudo, e eu fiquei até meio desacreditada, porque como que existe um programa que cê fica sete anos esperando o programa e nunca ninguém faz contato né.

B: *Você já tentou fazer algum financiamento?*

A: Não. Não porque eu acho que o salário mínimo, a gente não tem essas condições, pra quem vive de salário mínimo. O pessoal não dá essa oportunidade pra quem tem salário mínimo, acho que esse negócio é de três salários, até três salários, mas quem tem um salário mínimo, aquele tiquinho ali, acho que não dá conta não.

AP: Já tentei fazer uma vez um financiamento pra poder construir só que... É muito cheio de burocracia. E a gente não conseguiu. Tem muita coisa que pede, renda... Tem que comprovar o tanto que você recebe, é muita coisa. É muito difícil cê conseguir isso. Foi até logo quando a gente mudou pro Piratininga né, que a gente queria construir e a gente tava meio sem dinheiro pra construir. Aí a gente foi tentar fazer aquele *Construcard*. Só que é assim, quase impossível cê conseguir. Aí a gente foi e pegou um empréstimo, que é bem pior né, o juros é lá no alto, mas fazer o quê. No banco que o Leo tinha conta, no Itaú, que o juros é mais alto ainda do que na Caixa né [riso]... Mas aí, foi indo né, fazer o que.

L: Eu já participei de um financiamento pelo banco BB e assim, eu peguei na época um valor assim de uns 3 mil reais e quando eu terminei de pagar, eu já tinha pago tipo uns 6, 7 mil reais. Porque as minhas parcelas que eu podia pagar era um valor muito baixo né e aí eu me lembro que eu ia ficar pagando uns dois anos, só que aí como tava no final eles me ligaram me dando uma promoção, que aí eu consegui quitar o empréstimo todo. Pra poder pegar o empréstimo no banco eu fiquei mais de um mês ligando, indo no banco. E assim, eu só consegui pegar porque na época eu tava trabalhando em uma empresa, empresa grande, e já tinha um certo tempo que eu tava lá. Mas assim, o valor que eu peguei num era o valor que eu queria né, eu queria um valor um pouco mais alto. Então assim, fora eu ter feito o empréstimo, eu fiquei assim muito endividada porque eu tive que tirar dinheiro da onde que não tinha, pegar com terceiros, pra poder completar pra coisa que eu queria.

B: *Como que você entrou neste projeto?*

A: Pois é, esse negócio do projeto da Carina foi o seguinte, eu estava aqui em casa quando chegou a Paula e a Luciana, falando que tava precisando de uma pessoa de confiança pra entrar no projeto que a Carina tava fazendo. Mas tinha que ser uma pessoa de confiança porque ia mexer com responsabilidade, tinha que depositar dinheiro, tinha que ser uma pessoa que pagasse tudo certinho. Eu falei “*cês tá doida, pra quê que cês vieram atrás de mim, eu num quero isso não, cês pó parar*”. [risos] Ela “*não, vão, vão*”. Aí eu fui. No primeiro dia eu nem queria ir porque, por causa da minha vida agitada de médico, essas coisas. Aí a Luciana “*ah não, se não for você quem que nós vão levar?*”. Aí eu fui, foi desse jeito. Mas foi através da Paula e da Luciana. No primeiro dia eu nem queria ir [risos], mas eu fui. [risos]

Mas assim, uma benção, nossa senhora, foi a coisa melhor que aconteceu pra mim. Mas eu não sabia nem, nem como é que era. Uma que a primeira vez também, que teve a reunião, eu não pude ir. A reunião tentou ser umas três vezes e não deu certo, acho que só a partir da terceira vez que a reunião foi pra frente, mas foi uma benção.

AP: A minha sobrinha, ela... Ela que teve o primeiro contato com a Carina, a Luciana. E... Ela foi e me falou assim “*Ana, você não quer participar do projeto de construção das casas?*”. Aí no primeiro momento eu falei assim “*Ah Luciana...*” Tipo assim que a gente já fica meio com o pé atrás: “*Ah esse trem num vai funcionar não*”. Falei “*Ah, num sei não, vou pensar*”. “*Não Ana, vão, que vai ser bom, tem que arrumar mais pelo menos umas, mais umas três famílias pra poder entrar, que tem que ser umas cinco famílias mais ou menos*”. Falei “*Ah Luciana, num tô querendo não*”. Só que como ela não tava conseguindo arrumar família, eu falei “*Ah Luciana, coloca meu nome lá que eu vou*”. Vou chamar a Rafa também pra poder ir, porque a Rafa, assim, ela precisa. Aí a gente foi e chamou a Rafa, a Adriana e a Marisinha. Só que a Rafa e a Marisinha deu pra trás. Aí no final ficou só eu, a Luciana e a Adriana.

L: A Carina me ligou, porque eu já tinha participado de um projeto aqui na comunidade que era o pré-vestibular, e aí a gente tinha uma apoiadora, que era a Alice. E ela conheceu a Carina, ouviu a história dessa coisa de tentar melhorar as casas e tudo e fez propaganda minha porque eu sou ótima né, dez, e aí a Carina que me ligou. [riso] E aí eu achei legal, juntei um pessoal, aí no meio do caminho teve alguns problemas com algumas pessoas que desistiram. E aí a gente tá continuando até hoje.

B: O que você esperava do projeto?

A: Aprender muito, pra não depender de ninguém. [B: *Mas naquele momento?*] Naquele momento eu não esperava, eu falei “*gente, será o quê que é isso, isso é um pessoal que veio fazer... Algum tipo de curso com nós e tá querendo enrolar nós num é não?*” [risos]. Mas aí depois a gente viu que num era né, que era totalmente diferente. Que a Carina assim, ela se abraçou com nós né, ela num só, aquela pessoa que vem cá e ensina não, ela faz junto com a gente, ela pega na massa, ela faz tudo com a gente, nossa senhora.

AP: Assim, no primeiro momento que eu decidi participar do projeto... A gente foi meio com o pé atrás mesmo, igual eu te falei, a gente foi meio com o pé atrás, falou assim “*Ah, esse trem... Num vai dar em nada não, mas vão, vão ver né no que que vai dar*”. E assim, a primeira reunião já, na verdade quando eu fui pra reunião, porque eu tava tendo algumas

coisas pra poder fazer, já tinha tido acho que umas duas reuniões, eu fui na terceira, e já tava assim meio que encaminhado sabe. Aí eu, assim, “*Bom, parece que vai dar certo né, vão focar pra ver se vai andar mesmo*”.

L: No primeiro momento eu achava que era assim, eu ia falar o que eu queria fazer na minha casa, eles iam me emprestar o dinheiro e aí eu se virava como que eu ia fazer.

B: *Qual era a sua ideia inicial de reforma da sua casa?*

A: Pois é, no começo do projeto, nós entramos com um objetivo, que era reformar a casa, né? Então o que eu queria: rebocar as paredes e colocar o piso. Só que a Carina foi dando corda pra nós e nós foi só expandindo. Aí é construir quarto, é construir varanda, é colocar não sei o que... Depois que nós caiu de novo sabe? Porque nós foi muito além do que nós tava... Mas, no comecinho mesmo era o reboco e o piso. Aí depois que veio os quartos. Mas aí depois, voltou de novo pra ser o que é agora né. Que eu quero é só o reboco e o piso. Mais tarde eu vejo o quarto do Juliander.

AP: Naquele primeiro momento, a minha ideia era rebocar minha casa e colocar piso, pra dar um certo conforto maior pros meus filhos né.

L: A minha ideia de reforma da casa, quando eu recebi a ligação da Carina, era de bater laje, de construir por cima, pintar, rebocar, pôr piso e ficar chique. Só que depois, quando começou, né, que eu vi que era tudo ao contrário, a gente tinha que fazer um projeto, né? E fazer os orçamentos e... E aí ela começou a explicar pra gente assim, a perguntar na verdade né, o que incomodava na casa, o que achava mais feio na casa, né. Aí, assim, a minha prioridade foi área de tanque, porque meu tanque não tem torneira, não tem rede de esgoto. Na época assim, não tinha cano nenhum ali jogando a água usada fora. E a outra parte era janela no meu quarto. E uma torneira que eu tenho na porta, que ela é horrível e que eu queria melhorar. Era isso, mas assim, o meu problema era a água, sabe? Canalizar a água e colocar uma janela no quarto. Não! Eu esqueci de uma coisa. As pilar. As pilar. É pilar? Sabe? Que sustenta a parede pra bater laje. E assim, nossa, acho que isso era mais do que o resto. E fugiu aqui da minha mente aqui agora. Mas era fazer isso. Porque eu tenho medo da casa quando não tem essas... Sabe? As pilar. Porque dá a impressão que vai cair, né? [riso] Aí quando cê faz o negócio direitinho, tem uma família, todo mundo pra poder cuidar né. É isso.

B: *O que você pensou quando recebeu o Kit de Levantamento?*

A: O kit né, da... Nó menino, falei *“Tô chique demais, ó pro cê ver!”* Trena, tinha máquina fotográfica, tinha tudo. Nó, foi chique demais. Sabe quando cê se sente assim, uma pessoa que tem, é, valor em alguma coisa, pode fazer alguma coisa? Foi isso que nós pensou. Por quê? Porque aqui dentro do Dandara, tem muita divisão. Por exemplo, eu participo de uma reunião, mas só as pessoas mais elevadas que vão pra fora, participa de outras coisas lá fora. A gente fica só, ficava aqui só no miolinho. Então quando cê recebe uma coisa diferente, cê se sente mais pra cima, sabe?

AP: Ah eu, eu fiquei feliz e falei assim *“Nó gente, a gente vai aprender a medir as coisas, aprender a fazer coisa diferente, que a gente nunca tinha feito”*, né? Assim, a gente pegava só no pesado, né? Virar concreto, esses trem, a gente ia e ajudava e tal. Só que a gente nunca tinha tido um contato assim, mais direto com engenharia, fazer projeto, essas coisas né. Achei muito bacana. Foi muito bom! Entusiasmo. Senti muito entusiasmada e assim, achei que agora sim a gente vai aprender a fazer alguma coisa. Mesmo que não dê em nada, alguma coisa a gente vai tirar de bom.

L: No dia que ela chegou com o kit, assim, tudo que tinha no kit a gente conhecia, só que usar os negócio, num tinha nada a ver com a gente. Mesmo porque eu pensava assim que o projeto era né, cê pega o dinheiro, paga alguém aí e alguém faz e pronto e acabou né. Mas só que eu achei legal que assim, que foi mudando as coisas. A partir do momento que eu fui apresentada pra trena, assim que eu tinha que medir a casa e tudo... Aí agora eu já tô fazendo um outro projeto de reforma do Centro Comunitário. Que aí eu fui apresentar o Centro Comunitário pro pessoal, já levei a trena, o caderninho, tudo pra poder anotar as medidas, tudo direitinho. Mas assim, no primeiro momento é assustador né. Quando ela entregou assim o kit, eu achei assim, que era coisa que eu não ia dar conta. Porque na verdade, a gente mede tudo, quando a gente tem casa pequena, não tem muito espaço, a gente mede tudo. Só que a gente mede com cabo de vassoura. Aí cê pega o cabo de vassoura, [risos] cê vai pôr o sofá? Cê pega o cabo de vassoura, põe o cabo de vassoura no sofá, depois cê põe na parede que cê quer pôr. Pra ver se cabe, entendeu? Então esse negócio de trena... E aí, a gente não sabia qual número que valia pra poder medir. Se era o número de cima ou o número de baixo. [risos] Então, assim, ficou um negócio meio... Mesmo assim, depois ela... né? Mas assim, a primeiro momento, quando cê vai vendo assim, fica *“ich, fudeu, agora eu não vou saber fazer nada”*. [risos]

B: *Você teve dificuldade em fazer o levantamento?*

A: Não, quando eu recebi eu senti. Falei assim *“Meu Deus! Será que eu dou conta?”* Mas é muito fácil! [riso] Mas eu senti medo. Medo de não conseguir, é... Atender o objetivo do projeto. Mas é muito fácil. Principalmente quando a Carina falou que tem que tirar medida não sei do que, medida não sei o que. Um tanto de número eu falei *“Meu Deus do céu, como é que vai fazer hein?”* Mas, passou rapidinho o medo. Não tive dificuldade nenhuma pra tirar medida, nada. Porque a gente, assim, a gente ser humano, a gente assusta muito num primeiro instante. Depois que a gente vê que a gente tem capacidade, é muito fácil. Não é bicho de sete cabeças igual eu tava pensando que era não. E também tem o apoio né? Da Carina, das meninas que sempre uma tava ajudando a outra, quando podia.

AP: Foi meio complicado pra gente fazer o levantamento porque a gente nunca tinha mexido com isso antes né? Assim, eu tinha um leve conhecimento porque meu ex-marido tá estudando engenharia e... Só que assim, eu nunca tinha pegado numa trena pra mim medir, nunca tinha tentado desenhar um projeto, mas foi empolgante. Foi mais ou menos difícil. Medir eu acho que foi mais complicado.

L: Eu ficava muito preocupada se a pessoa vai entender o quê que eu tô querendo dizer ali no meu desenho, sabe. Aí, tinha um espacinho entre a porta e a janela e aí eu ficava assim *“Como é que eu vou colocar isso, será que eles vão entender desse jeito?”* Isso aí sabe o que é? De inventar demais, porque quando cê tá desenhando, aí tinha um espaço de quatro metros pra ser feito, construído alguma coisa. E aí cê construía um prédio, no desenho cê construía um prédio no espaço que cê tem. Só que aí na hora que cê vai colocar uma porta, janela, não cabe nada. Sabe, eu acho que o mais difícil foi isso assim, ter essa noção de espaço, o que eu posso fazer naquele espaço. Eu acho que foi até mais difícil do que a pessoa entender, né? Porque aí era difícil pra eu entender assim, *“nossa, eu tenho esse espaço aqui, eu preciso de três quartos, preciso de um banheiro e preciso de uma cozinha. E aí eu tenho que fazer caber tudo nesse espaço. Como que eu vou usar esse espaço?”* Isso foi difícil.

B: *E o projeto da casa, como que foi você fazer ele?*

A: Ai o projeto da casa, assim é tipo como se você tivesse realizando um sonho. Igual, por exemplo, eu tô com 37 anos e nunca tive uma casa própria né. Então meu sonho era ter aquela casa com sala, cozinha, copa, banheiro, então cê desenhando ali parece que o seu sonho tava vindo... a ser realizado sabe. Então assim a gente empolgou muito, fizemo quarto, sala, ainda fizemo móvel na casa, então foi muito chique nó, foi bom demais. [B: *E você teve alguma dificuldade?*] Não, não porque é tipo um sonho né, então já tá tudo assim

na cabeça, então eu só descrevi no papel, foi muito bom, foi fácil demais.

AP: O projeto foi a parte melhor né. A gente viajou muito, ficou viajando no quê que a gente queria... É... Fizemos vários projetos. E a gente até saiu um pouco do foco da gente que era o principal né, viajamos muito mesmo [risos]. Aí começamos a demolir, construir aqui, coisa que nem era pra poder fazer, a gente começou a inventar. Só que aí depois de uma certa reunião assim, que... Depois que a Carina falou assim que o orçamento não ia ser assim o que que a gente imaginava. Aí a Luciana falou assim “*Oh gente, peraí, vão colocar o pé no chão? O que que era pra gente fazer, desde o começo do projeto?*”. Aí é que a gente foi maneirando, colocando o pé no chão mesmo né. Falei, peraí, a gente tá viajando demais, querendo demais. Vão focar, se não, num vai sair é nada.

L: Pois é, eu já tinha, quando eu construí aqui eu já tinha mais ou menos uma ideia de como que eu queria a minha casa. Só que quando cê começa a colocar no papel, aí cê começa a ver o tanto de coisa que cê vai gastar. Cê começa a ver assim o tanto que dá trabalho construir por cima. Eu comecei a ver assim que talvez eu podia ter usado melhor o espaço aqui embaixo e feito a casa toda aqui embaixo. Igual muitas pessoas fez e ficou legal. E aí muitas vezes eu até pensei em mudar o projeto e fazer uma outra coisa, que não era o que eu queria, mas que ia ser melhor no momento. Só que aí depois, acho que vale mais a pena cê planejar, mesmo que cê vá fazer devagarzinho, ir desenhando devagarzinho. Quando eu olhava os meus desenhos assim, os primeiros, o primeiro, sempre o último que cê fez ele tava o mais perfeito sabe. O primeiro que eu fiz, eu levei ele todo orgulhosa, falei “*Nossa, o meu desenho tá lindo demais!*” Aí quando a gente foi fazer o outro, aí eu já nem queria guardar na pasta também, os antigos porque já tava feio. Quando chegou o da Carina então eu queria rasgar o resto todo [risos], que tava né, melhor. E assim, esse negócio docê, sei lá, quando cê desenha a casa cê consegue ter uma visão melhor assim sabe do que vai ser. Porque assim eu já tinha a ideia de três quartos lá em cima, e aí, quando cê começa a pensar, você vê os três quartos lá em cima. Só que quando você vai desenhar, o espaço é outro. Eu via sabe, tem o espaço da minha sala, eu via dois quartos de um lado, dois quartos do outro e um corredor no meio saindo pra varanda. Só que aí o espaço que tem é cinco metros pra você dividir pra dois quartos e aí num ia ser quarto ia ser corredor, ia ser tudo corredor [riso]. E aí eu acho que é isso assim, a importância de fazer o desenho e esses baguio tudo aí.

B: *Esse exercício de fazer o levantamento e de projetar mudou a forma como você vê a sua casa? Como e por quê?*

A: Esse negócio de desenhar mudou muito. De desenhar a casa. Por quê? Eu via minha casa de outro jeito. Quando eu fiz esses dois cômodos aqui, eu arrependi até ter feito. Porque eu não via projeto de casa nele. Os outros ainda passava falava “*Uai Adriana, cê construindo dois cômodos separados da sua casa?*” E com o desenho na... Ali, no papel, eu pude ver onde eu podia colocar uma porta, mudar tudo, aí formei, tipo a casa mesmo. Aí dá pra ver que é uma casa. Que não parecia que era uma casa. Parecia que era uma gaiolinha assim, esquisita que tava por aí. [risos] Mas aí deu pra entender bastante.

AP: Totalmente. A gente fazendo o projeto, a gente tem outra visão da casa da gente, né? Porque tipo assim, a gente, é, eu e as meninas, a gente fez o projeto, a gente não sabe desenhar direito né, então fez o projeto, assim, a gente tava achando o máximo. Aí a Carina foi e levou o projeto que a gente fez pra poder fazer com as medidas, e tal, tudo direitinho. Quando ela chegou com o projeto “*Gente, que isso!*” Tava muito lindo. Foi muito bom. Porque a gente achava que, como a gente não conhecia, a gente não sabia fazer projeto, quando a gente começou a ter outra visão da casa da gente, a gente viu que as coisas não eram assim, um bicho de sete cabeças. Que a gente mesmo, se a gente quisesse, a gente poderia mudar nossa casa sim. Do jeito que a gente queria. Erguer as mangas né? E vão trabalhar. Ficou mais fácil pra gente poder entender... Como a gente poderia mudar as coisas pra melhor pra gente. Comecei, porque tipo assim, a gente... Igual, o primeiro projeto que a gente fez, a gente desenhou o projeto tal, só que a gente não tinha noção de medida, de nada. E a gente assim, olhava pr’um espaço e pensava que podia fazer uma coisa, só que aí quando a Carina chegou com o projeto todo medidinho, a gente falou “*pera aí, não é bem assim, não cabe!*” Que a gente não tinha noção mesmo de espaço. A gente achava que cabia, dava certo. E às vezes não. Às vezes cê tem que medir até os móveis da sua casa procê ver se cabe realmente naquele lugar que cê quer. E fazer o desenho e achar que cê pode fazer e vai dar tudo certo, porque não vai dar. Aí cê tem que medir mesmo pra ver se vai caber direitinho porque se não depois cê vai ter que derrubar tudo de novo. Eu acho que foi mais esse o conceito que a gente ficou, de ter conceito de espaço né? Saber o que cabe o que não cabe no lugar.

B: *Você notou diferenças entre as ideias que tinha e os desenhos que você fez? Quais?*

A: Muito! Mudei várias vezes, né? Porque a gente fazia um projeto aí vinha outras ideias na cabeça, aí fazia outro projeto. Aí depois foi olhar pr’aquele e não tava bom, “*Ah não, vou fazer outro!*” Nó, tem várias mudanças. Muitas. Uns quatro ou cinco projetos que nós fizemos. Bastante.

AP: Não, igual eu te falei. A gente, é, pensava, no começo do projeto a gente pensava em fazer uma coisa. Aí depois que a gente começou a fazer o projeto, a gente começou “*Nossa, eu podia fazer isso, podia fazer aquilo outro! Não, podia quebrar essa parede e fazer assim, que ia ficar bacana!*” Só que aí a gente percebeu que a gente tava saindo do foco da gente. Não, ideia a gente tem sim, mil. Não só pra minha casa, mas também do Dandara inteiro. [risos] Mas, é... O problema é cê continuar com foco né? Tendo mil coisas pr’ocê fazer, mil ideias. O problema é cê ficar lá no foco, o que cê prioriza mesmo. Ideias? Muitas.

B: *O que você sentiu quando viu os projetos que a Carina fez?*

A: Vontade de chorar! Quando eu vi os projetos que a Carina trouxe? Vontade de chorar! Porque é muito diferente do que a gente vive, né? Do que a casa que a gente tá, assim, parece um sonho. Casa de boneca, casa dos sonhos. Muito diferente. Porque eu não sei te explicar não. Mas é uma emoção boa. De você ver uma coisa assim, que cê ta vendo no dia-a-dia de um jeito e uma pessoa te entregar ela num papel assim, tipo de novela, sabe? Aquele trem chique. Aí é... bom demais. Muita emoção pra pouca gente né. [riso]

L: Quando a Carina trouxe os desenhos que ela fez, mas assim que era o que eu queria, nossa Deus, eu fiquei louca, de verdade. Assim, eu fiquei emocionada porque cê vê o negócio pronto sabe. Assim, no meu desenho eu via mas assim, num sei, era uma coisa mais perfeita sabe, eram uns desenhos mais direitinho, com tudo no lugar, parecia que tava certo, era um negócio certo. E o meu era um rabisco que eu tava tentando mais ou menos mostrar. Num sei, parece que é como se cê olhasse o desenho feito pelo arquiteto é como se cê vesse a casa da maneira que ela vai ficar. Num é como se eu tivesse olhando um projeto, é como se eu tivesse olhando a foto de um lugar que já existe sabe. Nossa, foi massa demais. E aí quando ela trouxe as opções com todas as intervenções que eu tinha feito, as ideias que eu tinha dado, só que um negócio mais elaborado, né. E aí com as opções, porque o meu também tinha as opções, foi o mesmo desenho, só que profissional. [riso]

B: *Como foi trabalhar em grupo?*

A: Oh, esse negócio de trabalhar em grupo, foi ótimo. Uma porque eu já conhecia a Luciana e a Paula, mas porém nós num tinha essa amizade que nós tem hoje. Então a nossa amizade criou mais. Eu tinha mais conhecimento com a Paula, com a Luciana eu já nem

tinha conhecimento muito, conhecia mas num era aquela... agora não. Agora cê vê é a maior cachorrada né [riso], parece três irmãs, uma brigando com a outra, xingando. Foi maravilhoso, porque uniu nós. Então por causa disso eu já tô fazendo parte de Associação junto com elas, já tô né fazendo outros tipos de planos com elas, então foi bom demais. Durante o processo a gente trabalhando em grupo a gente aprendeu a respeitar uma o lado da outra e pedi a opinião também delas, né. Porque, por exemplo, a Luciana, a palpiteira, dava palpite no meu, eu dava no dela, tinha vez que nós nem concordava sabe, mas é bom que a gente discutia pra ver onde tava o certo e o errado. Foi legal.

AP: Eu tava comentando com a Adriana ontem, quando vocês foram embora que esse grupo vai ser o único. [risos] O melhor que a Carina teve, pode ter certeza. Ela não vai ter mais um grupo como esse. Que o nosso grupo foi muito unido, desde o começo. Assim, não sei se é por a gente conhecer todo mundo né. Mas a gente brincava muito, zuava muito, mas tudo na esportiva e tal. E foi muito bom trabalhar com todo mundo. A Carina também até, no começo era meio quietinha né, não conversava muito, era bem focada naquilo, “*oh gente é assim, assim...*”, depois começou a se soltar mais né. A Mariana que nem conversava direito, aí começou a conversar mais com a gente. Acho que esse vai ficar pra história, o nosso grupo, número um. Eu acho que a maior diferença que fez trabalhar em grupo, o nosso, porque eu acho que todo mundo conversava uma com a outra, sabia onde que a outra morava, isso facilitou bastante né. A gente conversava sobre tudo tranquilo. Nunca teve briga, nunca teve discussão nem nada, foi tranquilo. Todo mundo ajudava umas as outras e, até mesmo pra poder construir, que a professora veio dar aula pra gente de construção, todo mundo se empenhou bastante. Se uma num tinha uma coisa, a outra “*não peraí que eu tenho, vou lá buscar*”, entendeu. Foi todo mundo muito solidário umas com as outras. E todo mundo colocou a mão na massa mesmo pra poder concretizar as coisas. Não só na parte da aula de construção, mas também em outras coisas também. Tipo ir fazer orçamento, essas coisas. A Carina falava pra gente conversar, a gente sempre conversava muito, a respeito das coisas que ela queria que a gente conversasse, sentava e conversava. E tipo assim, quando uma num podia ir a outra passava pra outra o quê que aconteceu o quê que era pra fazer, quais eram as tarefas que tinham. No primeiro momento do projeto, assim que a Carina falou pra gente fazer o projeto, cada um fez o seu, até porque todo mundo queria sonhar um pouquinho né. Só que aí depois a gente foi e tinha a reunião já marcada pra gente apresentar os nossos projetos. Aí a Carina falou assim “*Oh gente porque que cês não faz é... dá palpite no projeto da outra?*” Aí foi indo, todo mundo começou a dar palpite, as palpiteira né. Mas ninguém, falou assim “*Ah eu não gostei disso aí não*”, ninguém aceitava muito não as ideias da outra não, mas palpite sempre tem. [risos]

L: No começo me assustou muito porque a gente tinha que montar uma turma. E cê tinha

que confiar na turma. E o mais difícil pra mim foi confiar na turma sabe. Assim, não confiar nas meninas, mas encontrar as pessoas que eu poderia confiar. É uma comunidade de quase cinco mil pessoas né. Cada uma veio de um canto, todo mundo que tá aqui a gente conhece há quatro anos. Então assim esse negócio de você confiar, trabalhar em grupo aqui na Dandara a gente já trabalha desde quando a gente veio pra cá, mas isso de você confiar sabe em quem tá ali do seu lado é mais difícil. E foi uma coisa muito difícil pra gente poder montar um grupo e era a coisa que eu mais falava na reunião, que eu ia ter que confiar nas meninas, que as meninas iam ter que confiar em mim e que eu não sei como que isso ia acontecer porque é difícil confiar nas pessoas. Trabalhar em grupo, se tiver jogo de cintura cê até vai, porque cê vai engolir algumas coisas, algumas coisas cê vai fingir que não vê, umas coisas cê vai estourar e a outra pessoa vai relevar, agora você confiar, nossa confiança é uma coisa muito grande. E aí eu tinha medo de chegar no meio do caminho e as pessoas desistir, e aí a oportunidade que eu tinha de melhorar alguma coisa na minha casa e eu num conseguir atingir isso. E a coisa que a gente se cobra até hoje é esse negócio de discutir, de trabalhar junto, porque a gente tem uma dificuldade muito grande de se juntar, mesmo a gente tá morando aqui todo mundo perto. Mas o legal que assim, toda hora que a gente se esbarra na rua, a gente já começa a falar do projeto. Às vezes uma coisa tão simples que eu não tinha conseguido enxergar na minha casa, que ficaria melhor, e aí as meninas chegava e falava “*mas porque que cê num faz assim?*”. Aí o negócio mudava totalmente de figura, porque aquela mudança ali era menor entendeu, num é que mudava o projeto, diminuía a quantidade de trabalho, com a interferência das outras. Porque a gente também, quem tá de fora consegue ver melhor as coisas né. E a gente as vezes fica muito fechado naquela ideia fixa ali.

B: *Depois que os projetos foram feitos e foi abordada a questão do financiamento, como foi?*

A: Pois é, quando foi já no final do projeto, que já era parte do financiamento, teve algumas dúvidas. Com quem que vai ficar esse dinheiro? Como que vai pagar? Como se diz, será que a gente vai dar conta de pagar essa mensalidade? Ainda tá ainda nessas dúvidas. Mas é, foi nesse... Foi bom que gente teve confiança uma com a outra, entendeu? Abrindo, né, espaço pra uma ter confiança com a outra também. Bom, eu acho bom. Mas assim, não foi ainda colocado, esse projeto ainda do financiamento em prática. Né, porque nós não abrimos a conta ainda, tem que abrir uma conta. E tem que depositar o dinheiro. E nós não olhamos ainda. Ontem nós começou a conversar com a Carina, mas não deu tempo. E agora tem que ver como isso vai ficar, né? Porque tem que fazer o primeiro depósito, que não foi feito ainda o primeiro depósito. Mas é tudo uma segurança pra nós, né? Começar a

depositar o mais rápido possível. Medo? Se eu tenho algum medo? Nô, não, agora não. No começo teve. Por quê? A gente apanhou tanto da vida, sabe? Já teve tanta gente pra entrar aqui dentro do Dandara pra aproveitar da gente. Que nós pensamos “*Será que não é mais um tipo de golpe que vai dar? Ou alguma coisa assim.*” Mas é igual eu te falei, é a na convivência aqui do grupo, nas reunião, nos projetos que a gente foi vendo que não era aquilo que a gente... Sabe? Aquele medo foi saindo! Mas medo teve, da gente, por exemplo, a Luciana ainda brincou “*Coloca na minha conta que aí eu vou e sumo com o dinheiro!*” Então, sabe? Teve esses receios assim, de quem que ia ficar, de quem ia ter a responsabilidade de ficar com esse dinheiro. Será que a Carina ta levando isso a sério? Será que não é mais uma pessoa que tá entrando no Dandara pra... Sabe? Esse tipo de coisa assim. Mas eu... Assim, perdoa Carina, mas é o tipo de coisa que vem na cabeça da gente, sem a gente querer vem. Infelizmente. Porque o ser humano é falho. Viu Carina? [risos] É só.

AP: Na hora que entrou no assunto de financiar... Foi aí que a gente colocou o pé no chão. Que a gente tava muito empolgada com as coisas. Tava querendo fazer coisas demais. E coisas que quando a Carina falou o orçamento, não ia caber no orçamento. Aí a gente falou assim “*Gente, pera aí, vão colocar o pé no chão né? Voltar lá no comecinho que a gente falou qual eram as nossas prioridades. Colocar nossas prioridades em prática!*” Porque o financiamento que tem não vai dar pra fazer as coisas que a gente queria fazer. A gente tava sonhando alto demais né? Quando a gente sonha alto demais é perigoso cair no chão e despencar. Aí a gente foi focou mais, mas de uma certa forma, foi bom, foi bom por isso. Até pra gente parar de voar e pensar que as coisas é fácil, porque não é. E a gente tem que correr atrás. Correr atrás e ver o que dá pra melhorar no momento. A gente ficou pensando também é quanto tempo que a gente ia demorar pra poder pagar o empréstimo, né? Que isso também era uma preocupação, tanto nossa quanto da Carina também. Aí ficou meio complicado. Porque assim, pelo que a gente pode tirar da nossa renda, vai demorar um tempinho bem bom. Pra poder pagar. Tipo um ano e meio eu acho. Aí vai ficar meio puxado, mas eu acho que é uma coisa que a gente vai poder pagar com prazer também né. De ter as coisas no lugar que a gente queria ter certinho.

L: Aí quando a gente começou a falar do financiamento, o assunto voltou a ficar sério igual no começo, quando a gente conversava muito sobre confiança. Porque aí é o dinheiro né? [risos] O pouquinho que cê tem aí cê vai, né, entregar na mão de alguém. Porque tem aquele negócio tipo, cê vai no banco, cê sabe que os camarada vai te roubar. E aí é opção que cê tem. Só que aí quando vem o financiamento aí cê pensa assim “*Nossa, é mil maravilhas!*” Tipo, cê não vai pagar juros, né, cê vai ter que se controlar pra conseguir pagar. Você vai ver a maneira que cê vai fazer pra poder pagar. Cê que vai decidir o valor

que cê consegue pagar e tudo. Não é uma pessoa que vai falar assim eu só te empresto se você conseguir pagar tanto. Só que daí cê entregar o seu dinheiro pra uma pessoa. E cê não sabe... [risos] Carina, foi mal. [risos] Mas aí, tipo assim, cê vai entregar pra pessoa e se essa pessoa pega aquele seu dinheirinho e racha fora. Aí é foda né? [risos] Tipo, cê acreditar em uma coisa e aí depois ser outra totalmente diferente, rolou esse medo sabe? E aí assim, só que, o legal também é que é tudo em grupo, discutido em grupo, o grupo que decide. E aí a gente conseguiu chegar num acordo. Mas, eu achei uma coisa muito estranha pra começar, sabe? Tipo assim, cê vai receber o empréstimo, cê não vai pagar juros e tudo. Só que cê vai começar a pagar pra uma pessoa que não é uma instituição, que tipo, se cê perder esse dinheiro, a pessoa perder aquele dinheiro, sabe, cê não vai conseguir ele de novo, sabe? O medo que rolava era esse.

B: *Você acha que esse financiamento, é diferente dos outros?*

A: Oh, eu não conheço os financiamentos pessoalmente né, mas o que eu vejo falar é que é totalmente diferente. Porque eu acho que ninguém dá esse tipo de oportunidade igual a Carina tá dando. Um banco mesmo, se cê for lá fazer um empréstimo no banco tem uma maior 'democracia', eu mesma acho não conseguiria, porque eu tô com o meu nome sujo, então entendeu, então tem muita coisa. Então é muito diferente mesmo. Como diz minha mãe *"isso é de mãe pra filho"*, isso que a Carina tá fazendo [riso]. Porque ela também tem que ter confiança em nós né. É a mesma coisa, igual, nós ficou assim, ela também poderia falar *"oh meu deus, será que essas meninas vai fazer, cumprir o que elas tá prometendo?"*. Sempre passa essa dúvida na cabeça.

AP: O que tem de diferente no financiamento que a Carina tá proporcionando pra gente e nos outros, porque, nos outros, igual no começo como eu falei, tem muita burocracia. E assim é muito difícil você conseguir fazer um financiamento com um juros pequeno que dá pra você pagar e o que a Carina propôs pra gente, a gente vai pagar uma taxa fixa, até acabar de pagar. E uma coisa que a gente não precisa ficar batendo de porta em porta, tentando, praticamente implorando pra conseguir um financiamento. Isso também ajudou muito, que a gente podia decidir o quanto que a gente ia pagar, quantas parcelas que dava. A gente calculou quanto que cada uma podia tirar do seu orçamento pra poder pagar. Por isso que facilitou bastante né. Que aí a gente dividiu, aí a Carina falou assim "Oh, dá tipo doze meses procês pagar 'x', todo mundo concorda?". Falou assim, "Ah não, pra mim esse valor num dá". "Então vamo abaixar". "Só que aí vai ficar mais tempo pagando". "Mas se dá pra todo mundo é melhor assim, porque é melhor todo mundo começar junto e terminar

junto”, e tal. E foi bom, melhor por isso né. A gente ficou meio preocupada, meio com o pé atrás porque... [riso] mexer com dinheiro dos outros né, complicado né. Tanto pro nosso lado, que a gente tinha que começar a pagar antes de começar as obras, até pra ter um prazo maior né, pra poder acabar de pagar. E tanto, pro lado dela também né, da Carina, porque ela que tá colocando a cara dela pra bater também né. Tipo assim, aí a gente pensou assim, é, a gente paga tipo uns dois, três meses, depois essa menina vai e some. Aí o que que a gente vai fazer. Só que por outro lado eu também tô assim “Oh gente a gente, mas também a gente tem que pensar também, a gente pega o dinheiro que ela dispôs pra gente e a gente vai e para de pagar, e aí?” Então é um confiar no outro também né. Que é uma coisa complicada quando se trata de dinheiro.

L: A diferença é que assim, quando eu fui pegar meu empréstimo, eles decidiram o valor que iam me emprestar e eles decidiram o valor que eu ia pagar, entendeu? E aí esse não. Esse, logico que na medida do meu projeto e do que tinha disposto, porque o banco tem dinheiro né e esse projeto não é assim, então eu pude decidir “*olha, que quero tanto e depois eu quero mais tanto*”. A gente teve até essa discussão assim, que R\$ 3.000,00 era pouco. “*Ah não, mas aí se você quer pegar tanto, então cê pega esse tanto, paga ele e pega o outro tanto*”. Né, cê só não vai se endividar por um longo tempo, que também é interessante. Porque a gente num sabe o que vai acontecer amanhã. Então às vezes a gente faz uma dívida, a gente tá num terreno que ainda não foi legalizado, aí eu vou e pego um valor assim muito expressivo e não consigo pagar ele, né, e de repente vem o despejo e aí eu vou precisar de dinheiro, só que eu vô tá pagando! Então isso foi bem pensado assim, o valor e a minha situação no momento. Eu acho que é isso que é a diferença, de você conseguir se organizar e conseguir decidir quanto que você quer pegar emprestado e como que cê vai pagar. E não as pessoas decidir por você e ainda por fora te roubar um dinheirinho.

B: *Pensar na questão financeira influenciou no projeto?*

AP: Influenciou. Por que? Porque nós pensamos que ia ser um valor, depois era outro. Depois nós pensamos muito nas prestação, se vai... pensar muito sabe? Então... deu pra esquentar a moringa um tiquinho, deu pra pensar bastante. Quando nós começamos a pensar no dinheiro, nós tinha outras idéias. Que nós pensou que o financiamento ia ser mais e pagar menos. Aí quando a Carina sugeriu uns R\$ 200,00 aí dá pra assustar porque a gente, por exemplo, quem vive de... faxina, eu teria que fazer bem dizer duas faxina pra conseguir isso, né, então vem aquele medo: “*será que eu vou conseguir pagar esse*

dinheiro?”. Aí deu um pouco de medo... mas é normal. Igual eu te falei no começo, a Carina deu muita corda pra nós, então nós pensou que o financiamento ia dar pra fazer um monte de coisa. Então nós já tava expandindo e num era, o financiamento é mais praquilo que é necessário né, que é o reboco e essas coisas. Então deu uma cortadinha assim sabe, de leve [riso], mas não foi muito não.

L: Na verdade, quando a gente começou com o projeto a gente sabia que era melhorias na casa, não era construção de casa, né. A gente sabia que era pra gente pegar as coisas que incomodavam na casa pra poder tentar mudar. Só que como a gente foi conversando, e a gente foi tendo ideias assim *“Oh, se a gente vai mexer aqui a gente tem que pensar como que vai ser a nossa casa daqui a um tempo, como que eu quero a minha casa? Sabe, pra mim por uma torneira aqui, é melhor que eu coloque ela aqui, onde ela vai ficar pra sempre, pra mim num ficar sempre reformando a casa, sempre tá mudando as coisas”*. E aí nessa conversa que a gente se perdeu, sabe. Foi nisso que mudou o projeto, mas comparando do começo pra hora que a gente começou a falar sobre o financiamento, o negócio ia se ligar, se a gente não tivesse se perdido no meio, que era essas coisas pequenas que ia mudar. E quando cê começa a discutir onde que essas coisas vão ficar, cê começa a pensar muito lá na frente e começa a se preparar pra fazer o negócio lá na frente e começou a esquecer as coisas pequenas.

B: *Como que surgiu a ideia de fazer a Oficina de Construção?*

A: Pois é, porque aqui no Dandara, as mulheres da Dandara, elas são muito lutadeira sabe, lutam muito pelos objetivos. Então, nós achamos que se nós mesmas conseguisse fazer alguma coisa, e não dependesse de pagamento, o dinheiro ia render mais. Aí foi a ideia que a Carina falou *“ah eu tenho uma conhecida que pode dar umas aulas procês”*. Aí foi nesse procedimento que surgiu, acho que quem começou isso tudo foi até a Luciana. Porque cada uma também acho que já sabia um tiquinho, porque, as casa aqui sempre teve uma mãozinha das mulheres pra ajudar a construir. Então nós já tinha uma alguma coisinha básica já. Aí surgiu esse negócio, aí a Carina arrumou a professora e nós entramos e foi bom demais, foi ótimo.

AP: A ideia da Oficina de Construção surgiu no momento em que a Carina falou assim *“Oh gente, como que vocês pretende fazer as obras que vocês querem fazer nas suas casas?”* Aí a gente falou assim *“Ah Carina, a gente vai pedir alguém pra poder fazer, ou então fazer um mutirão né”*. Porque a gente que é de comunidade, ocupação, a gente não é acostumado a pagar um pedreiro, um eletricista, encanador, bombeiro né que eles falam. A

gente não é acostumado a pagar. Aí tipo assim, sempre tem um na família da gente que sabe fazer, “*Oh, eu sei fazer isso, se precisar chama*”, e tal. A gente sempre foi assim. Então aí a gente falou assim “*Ah Carina, a gente vai fazer um mutirão né*”. “*Mas aí cês vai pagar?*” “*Não Carina, tá doida?*” [risos] Aí ela falou assim “*Uai gente, como assim?*” “*Não Carina a gente vai chamar os pessoal e a gente só faz um almoço pra eles ué. Tem que pagar nada a ninguém não*”. Aí a Carina falou “*Uai, como gente? Tem até uma moça que mexe, ia até falar com cês, tem uma moça que eu conheço que é pedreira e tal*”. “*Ah cê podia falar com ela pra ela vim aqui dar uma oficina pra gente, pra gente aprender também a mexer né, que aí ia facilitar mais ainda*”. “*Uai, a gente pode tentar marcar*”. Foi assim que surgiu a ideia da Oficina de Construção.

L: A gente começou com a ideia de fazer mutirão, cada uma arrumava um grupo de pessoas pra poder ajudar na construção da casa e a gente ia revezando, cada fim de semana na casa de uma e tal. Só que tem aquele negócio de sabe, você saber o que que a pessoa tá fazendo. E aí a gente trabalhou tanto tempo pra poder criar um projeto e pedreiro, sabe, quando é de graça também, nossa eles querem mudar a casa da gente toda! Pago já quer mudar, né, quando é de graça aí que quer mudar mesmo. Então assim, foi também uma maneira da gente conseguir pensar assim, é isso que eu quero, é isso que eu vou fazer, eu trabalhei muito pra chegar até nisso né e vai continuar assim. E também porque a gente viu como que ia ser difícil a gente conseguir as pessoas pra trabalhar pra gente no fim de semana, de graça, as vezes ia faltar dois pedreiro e vim só o servente, né. E aí a gente sabendo fazer a gente ia conseguir tocar a obra, mesmo que a gente não fosse fazer as coisas que fosse tão pesada, porque a gente também não tem prática. Mas a gente já, sabe, já ia conseguir tocar a obra, revezar algumas coisas. E aí assim, a gente pensou que assim a gente ia conseguir tocar melhor a obra, mesmo que a gente consiga o mutirão, a gente vai ter autonomia pra decidir porque a gente vai saber o que a gente tá falando, que que a gente vai tá pedindo pra pessoa fazer. E também que se faltar alguém, a gente sabe fazer. Então assim a obra não vai parar por falta de pessoa pra fazer, mesmo que a gente vai demorar o dobro de tempo, né, se a gente tivesse o pedreiro, mas a gente vai conseguir fazer.

B: *Como foram essas aulas? O que você sentiu?*

A: Pois é, no começo dá medo. Porque assim, procê fazer sozinha é uma coisa, agora procê fazer com uma professora te ensinando, aí dá medo, né, no dia do reboco mesmo acho que eu tremia mais que vara verde. E... ah num sei, foi bom, tirando o medo assim,

depois a gente foi acostumando e foi ótimo. Mas dá medo. Tudo que a gente vai fazer a primeira vez também dá medo né. Aí a gente... eu mesma fiquei com muito medo. No primeiro dia mesmo da oficina... nossa deus, eu ainda fiquei assim sabe? Eu tenho que preparar, tenho que preparar aquilo, cabe embanando tudo, num preparei nada, aí foi tudo naturalmente, do jeito que nós tamo aqui... O que eu mais senti medo foi de não conseguir fazer a professora dá puxão de orelha [risos]. Eu pensei que eu não ia ter capacidade de... dar conta de fazer. O reboco eu não gosto não, mas as parede é bom [riso].

AP: No processo da Oficina de Construção foi bom porque assim, a gente já tava acostumada a pegar na enxada, colocar a mão na massa. Só que foi melhor ainda porque aí a gente aprendeu a fazer as coisas e a sentir que a gente pode ser independente se a gente quiser. Basta você querer e correr atrás daquilo que você quer. Você conquista, com muita persistência também, porque num é fácil não. Rebocar é doloroso. Levantar uma alvenaria também num é fácil não. Fazer instalação... Mas é possível se você quiser.

L: A gente ficou empolgada, sabe, "*nossa nós vamos ser pedreiro*" e tal. Só que cê esquece que isso aí vai tomar seu tempo, cê vai cansar, cê vai ter que ter força, né, então assim, foi muito cansativo. Muito cansativo mesmo. Mas assim, é muito gostoso quando cê vê assim uma coisa que cê fez, uma coisa que cê construiu e cê olha assim "*nossa meu, fui eu mesmo que construí*", sabe? É... Aqui em casa a gente colocou a torneira, toda vez que eu passo ou então que vem alguém aqui eu mostro a minha torneira. [risos] "Olha a minha torneira que eu coloquei". Sabe, eu sei colocar uma torneira entendeu, se quebrar eu não vou depender do meu marido pra concertar, num vô ter que esperar a boa vontade de ninguém. Sabe, eu vou pegar e vou fazer. Então eu acho que foi uma experiência massa demais.

B: *Daqui pra frente, como você imagina que vai ser?*

A: Daqui pra frente? Pois é, ontem, na hora que nós tava levantando a parede na oficina, eu senti que eu não preciso mais depender dos outros. Que eu mesma dou conta de fazer o que eu quero, entendeu? Então daqui pra frente é bola pra frente, é lutar pra comprar o material, lutar pra conseguir fazer, sem ter medo, porque eu tenho capacidade de fazer. Não vou precisar depender dos outros. Por quê? Se eu tivesse um pouquinho de aprendizagem igual eu tenho agora, as minhas paredes não teriam ficado torta, eu não teria pagado os outros pra fazer coisa que eu não gostei de ter feito, entendeu. Então agora daqui pra frente? Erguer a cabeça, trabalhar, arrumar o material e fazer a minha casa do jeito que eu

quero. [Do financiamento] eu imagino que eu vou ter que ter uma responsabilidade muita né, trabalhar e por esse dinheirinho lá, e sempre manter em dia. É uma responsabilidade grande, mas que nós tira de letra, rapidinho nós consegue. Ah, e outra coisa, a Carina não vai ter outra turma igual teve nossa não. A nossa foi a primeira que... Superou, com certeza. Porque nós aprendemos muito rápido, sabe? Dois dias de oficina nós aprendemos coisa assim que, que agora vai durar pra vida inteira, né? Se a gente colocar em prática vai ser pra vida inteira. Depois cê vai vim cá ver como é que vai ficar a nossa casa [risos], vai ser ótimo. Com certeza, tenho a maior confiança, eu acho que se eu também, se eu não confiasse eu nem tava participando. Então assim, igual no começo eu não tinha essa confiança, no começo não. Cê vê que demorou umas três reuniões pra gente se erguer, a gente se juntar mesmo, então no começo eu já não tava tão confiante. Mas agora não, agora é tudo diferente, é bola pra frente. E ter confiança umas com as outras né... Tem que fazer mutirões, andar direitinho com o financiamento. Nós já devia ter começado esse financiamento desde esse mês, final desse mês de novembro que passou. A Ana e a Paula [Luciana] diz que já tão com o dinheiro, eu devo ter até semana que vem. Aí nós vamo reunir as três pra ver com quem que vai abrir a conta pra ir depositar esse dinheiro, mas nós já devia ter depositado. [B: *O que está faltando pra abrir a conta?*] Uma pessoa pra abrir. Porque ia por no meu nome, mas eu acho que eu não dou conta porque o meu nome... Eu paguei um bocado de conta mas eu não sei se o meu nome saiu do SPC. Então temo que discutir de novo né pra que que vai ficar a conta, se é com a Paula, se é com a Ana [Luciana], se vai pedir a Carina, ou se... entendeu? O que ta faltando é só a conta, abrir a conta né. Então tem que ver como é que vai ficar... espero que essa semana que entra agora nós consiga resolver esse trem o mais rápido possível né, porque, andar mais rápido, agilizar mais as coisas. E... falar com as meninas que nós são nós meu filho, nós consegue. As mulher de Dandara é de luta.

AP: As minhas expectativas pro futuro é que só vai melhorando né? E a gente colocar a mão na massa mesmo, com tudo aquilo que a gente aprendeu e ir e resolver as coisas. Tipo assim, não ficar até pedindo ajuda pros outros né? Muito pelo contrário, oferecer. Que a gente já ganhou muita ajuda também, não pode falar que não ganhou, porque ganhou. Então chegou a hora da gente também se doar um pouco né? E vão aprender cada vez mais. A respeito do financiamento da casa eu espero que seja tranquilo. Eu acho que vai ser tranquilo até porque, como eu coloquei, o nosso grupo é bem tranquilo, bem unido e tal. Acho que a gente num vai ter problema nenhum quanto a isso não. E espero que a gente vai realizar mesmo o projeto que a gente fez, o que a gente se propôs a fazer. E eu acho que vai dar tudo certo, acho que foi um projeto muito bacana. E assim, tem muita gente já, depois que viu a gente fazendo as coisas, já tem muita gente querendo entrar. E no começo

a gente tava com dificuldade de encontrar pessoas pra poder entrar nesse projeto né. Agora pelo contrário, já tem gente falando assim “*Que dia que vai começar o outro projeto, que eu tô querendo!*” Então, é, tá ótimo né. Pelo menos, eu acho assim, todo mundo tá vendo que ta fazendo alguma diferença. Na minha vida fez muita. Corta pra dezoito! [risos]

L: Daqui pra frente eu acho que, eu acho não, tenho certeza. Que a gente vai trabalhar pra caraca. A gente tá assim, com tanta vontade, com tanta vontade de fazer né? E de pagar também, que assim, o que vier pela frente de serviço extra pra gente poder conseguir o dinheiro pra poder pagar o empréstimo talvez até antes da data que a gente tá pensando em pagar, do mês que a gente ta pensando em terminar, melhor. Então é isso, eu acho que vai vir, acho não, tenho certeza, vai vim muito trabalho. E tentar se programar né.